

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO
SUL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Março/2013



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO
SUL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria-CGU nº 133/ 2013.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012	12
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	12
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	15
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	21
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	27
1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO	29
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012	30
2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO	30
2.2. EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO	33
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012	38
3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	38
3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	42
3.3. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	44
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012	45
4.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ ..	45
4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	55
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012	69
5.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	69
5.2. SUPRIMENTO DE FUNDOS	71
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012	74
6.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	74
6.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	84
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012	90
7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	90
7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	92
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012	95
8.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO ..	95
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012	97
9.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	97
9.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	100
10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012	103
10.1. DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	103
10.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA ..	132
10.3. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	143
10.4. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	144
11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012	145
11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	145
11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	147
12. PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012	148

12.1. INDICADORES DE GESTÃO DO IFRS NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU N° 2.267/2005.....	148
12.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO.....	149
12.3. RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO ...	158
CONCLUSÃO	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Identificação da UJ	12
Quadro 02 - Bolsas de Fomento à Pesquisa	17
Quadro 03 – Resultados: Bolsa-Formação do PRONATEC.....	18
Quadro 04 – Macroprocessos Finalísticos	28
Quadro 05 – Macroprocessos de Apoio	29
Quadro 06 – Principais Ações Realizadas.....	30
Quadro 07 – Realizações e resultados alcançados	33
Quadro 08 - Plano de Ação 2012: Situação Final	36
Quadro 09 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	42
Quadro 10 - Processos Instaurados em 2012	44
Quadro 11 - Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ.....	45
Quadro 12 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	50
Quadro 13 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	55
Quadro 14 – Programação de Despesas Correntes.....	55
Quadro 15 – Programação de Despesas de Capital.....	55
Quadro 16 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	56
Quadro 17 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	58
Quadro 18 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	63
Quadro 19 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	64
Quadro 20 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	66
Quadro 21 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	67
Quadro 22 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	69
Quadro 23 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	71
Quadro 24 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	71
Quadro 25 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	72
Quadro 26 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	72
Quadro 27 – Força de Trabalho da UJ	74
Quadro 28 - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	74
Quadro 29 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	75
Quadro 30 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária.....	75
Quadro 31 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	76
Quadro 32 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	77
Quadro 33 - Composição do Quadro de Servidores Inativos.....	79
Quadro 34 - Bolsas de Fomento à Pesquisa	79
Quadro 35 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU	80
Quadro 36 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU.....	81
Quadro 37 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	81
Quadro 38 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU.....	82
Quadro 39 - Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro	82
Quadro 40 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da UJ	84
Quadro 41 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	84
Quadro 42 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	86
Quadro 43 - Composição do Quadro de Estagiários	89
Quadro 44 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União ...	92
Quadro 45 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	92
Quadro 46 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	93

Quadro 47 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	95
Quadro 48 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	97
Quadro 49 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	102
Quadro 50 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	103
Quadro 51 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	107
Quadro 52 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	109
Quadro 53 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	118
Quadro 54 - Equipe de Auditoria Interna	132
Quadro 55 - Constatações realizadas pelos auditores que estiveram em exercício na Reitoria	132
Quadro 56 – Constatações realizadas pelo auditor lotado no Câmpus Porto Alegre	137
Quadro 57 – Constatações realizadas pelo auditor lotado no Câmpus Rio Grande	138
Quadro 58 – Constatações realizadas pelo auditor lotado no Câmpus Sertão	138
Quadro 59 - Relação: quantidade de recomendações implementadas & quantidade de recomendações pendentes	140
Quadro 60 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	143
Quadro 61 – Vidra útil padrão	145
Quadro 62 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	147
Quadro 63 – Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005	148
Quadro 64 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio	158

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução temporal: Alunos Matriculados	17
Gráfico 02 – Bolsa-Formação do Pronatec: Pactuações X Ofertas	19
Gráfico 03 – Bolsa-Formação do Pronatec: Taxa de Ocupação	19
Gráfico 04 – IFRS - Ações 2012	37
Gráfico 05 – Administração - Ações 2012	37
Gráfico 06 – Desenvolvimento Institucional – Ações 2012	37
Gráfico 07 – Ensino - Ações 2012	37
Gráfico 08 – Extensão - Ações 2012	37
Gráfico 09 – Pesquisa - Ações 2012	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Organograma Funcional	21
Figura 02 – Estrutura Multicâmpus	26
Figura 03 – Macroprocessos do IFRS	27

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AIPCT - Auxílios Institucionais à Produção Científica e Tecnológica
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
AUDIN - Auditoria Interna
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD – Colégio de Dirigentes
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CGP - Coordenações de Gestão de Pessoas
CGU - Controladoria Geral da União
CIS - Comissão Interna de Supervisão
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CND - Certidão Negativa de Débitos
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAD - Comitê de Administração
CODI - Comitê de Desenvolvimento Institucional
COEN - Comitê de Ensino
COEX - Comitê de Extensão
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP - Conselho Superior
COPI - Comitê de Pesquisa e Inovação
CPD - Centro de Processamento de Dados
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CSIC - Comissão de Segurança da Informação e Comunicação
DAP - Diretoria de Administração e Planejamento
DBR - Declaração de Bens e Rendas
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito
DGP - Direção de Gestão de Pessoas
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
EaD - Ensino a Distância
EM - Ensino Médio
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FIC - Formação Inicial e Continuada
FURG - Universidade Federal de Rio Grande
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IN - Instrução Normativa
IP - Internet Protocol
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados
ISO - International Organization for Standardization
JIIF - Jogos de Integração do Instituto Federal
LOA - Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério da Educação
MP - Ministério Público
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAAC - Núcleo de Acompanhamento Acadêmico
NAPNE - Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais
NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade
NDE - Núcleo Docente Estruturante
NEABI - Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
NUDEC - Núcleo Comunitário de Defesa Civil
OCI - Órgão de Controle Interno
ODC - Outras Despesas Correntes
PAINT - Plano de atividades da Auditoria Interna
PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCCTAE - Plano de Carreira dos Servidores Técnico Administrativos em Educação
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI - Plano Diretor de TI
PETI - Plano Estratégico de TI
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PPA - Plano Plurianual
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PRODI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
PROPI – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
PROBIC - Programa de Bolsas de Iniciação Científica
PROBITI - Programa de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação
PRODI - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PVC - Poli Cloreto de Vinila
RA - Relatório de Auditoria
RAINT - Relatório Anual de Auditoria Interna
REFAP - Refinaria Alberto Pasqualini
RFB - Receita Federal do Brasil
RMA - Relatório de Movimento do Almoxarifado
RMB - Relatório Mensal de Bens Móveis
RP - Restos a Pagar
RS - Rio Grande do Sul
SCDP - Sistema de Controle de Diárias e Passagens
SCP – Sistema de Cartão de Pagamento
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SF - Suprimento de Fundos
SIA - Sistema de Informações Acadêmica
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGProj - Sistema de Informação e Gestão de Projetos
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais
SISAC - Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública
TAE - Técnico Administrativo em Educação
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
UF - Unidade Federativa
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil
UO - Unidade Orçamentária

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão 2012 foi elaborado de acordo com as normas de organização e apresentação de processos de tomada e prestação de contas estabelecidas pela Instrução Normativa-TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, pela Decisão Normativa-TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, pela Portaria-TCU nº 150, de 03 de julho de 2012 e pela Portaria-CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013.

Neste relatório, as informações estão estruturadas de acordo com o Anexo II da Decisão Normativa-TCU nº 119, de 2012, nos termos das Partes A e B do referido anexo. O presente documento consolida as informações sobre a gestão das unidades pertencentes ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS.

O IFRS foi criado através da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão. As escolas técnicas vinculadas a UFRGS e FURG passaram a integrar o Instituto.

Através da Portaria nº 4, de 06 de janeiro de 2009, foi estabelecida a relação dos Câmpus que fariam parte do IFRS, quais sejam: Câmpus de Bento Gonçalves, Porto Alegre, Porto Alegre-Restinga, Sertão, Canoas, Caxias do Sul, Osório, Erechim e Rio Grande.

Atualmente, o IFRS é constituído por 9 (nove) Câmpus e por 3 (três) Câmpus Avançados, e como parte do Plano de Expansão da Rede Federal Educação Profissional e Tecnológica, o Instituto ainda ganhará 4 (quatro) novos câmpus, que irão abranger os municípios de Alvorada, Rolante, Vacaria e Viamão.

O Instituto tem como órgão gestor central a Reitoria, composto pelo Gabinete, pelas Pró-Reitorias de Ensino, de Extensão, de Administração, de Desenvolvimento Institucional e de Pesquisa e Inovação e pela Diretoria de Gestão de Pessoas.

Não se aplicam à natureza jurídica do IFRS, ou não ocorreram no período, os seguintes itens do Anexo II da DN-TCU nº 119/2012:

- Item 1.6. da Parte A: Não há principais parceiros a serem declarados.
- Item 2.4. da Parte A: O IFRS utiliza apenas os indicadores de gestão determinados pelo Acórdão TCU nº 2.267/2005, deste modo, não existem indicadores de desempenho da gestão desenvolvidos pelo Instituto.
- Item 3.4. da Parte A: Ainda não há na Instituição uma estrutura constituída de um Sistema de Correição.
- Item 4.1. da Parte A (Quadro A.4.5): Não se aplica, tendo em vista que este Instituto não teve sob sua responsabilidade Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado inscritos no Plano Plurianual (PPA) no exercício de referência do relatório de gestão.
- Item 5.1. da Parte A (Quadro A.5.1): Conforme consulta realizada via SIAFI, não há movimento nas Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 no exercício 2011.
- Item 5.3. da Parte A (Quadro A.5.3): Não se aplica. O IFRS não realizou transferências no exercício de 2012.
- Item 5.3. da Parte A (Quadro A.5.4): Não se aplica. O IFRS não celebrou instrumentos de convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, ou termo de compromisso nos três últimos exercícios.
- Item 5.3. da Parte A (Quadro A.5.5): Não se aplica. O IFRS não realizou transferências no exercício de 2012, portanto não terá instrumentos que permanecerão vigentes no exercício de 2013 e seguintes.

- Item 5.3. da Parte A (Quadro A.5.6 e Quadro A.5.7): Não se aplica. O IFRS não realizou transferências nos três últimos exercícios e por isso não há resumo ou análise da prestação de contas.
- Item 5.4. da Parte A (Quadro A.5.9): Não se aplica. O IFRS não está autorizado a utilizar contas tipo “B”. Os gastos com suprimento de fundos são realizados apenas com Cartão de Crédito Corporativo.
- Item 5.5. da Parte A (Quadro A.5.13, Quadro A.5.14, Quadro A.5.15, Quadro A.5.16, Quadro A.5.17, Quadro A.5.18, Quadro A.5.19, Quadro A.5.20, Quadro A.5.21 e Quadro.A.5.22): Não se aplica. O IFRS não gere tributos sobre os quais a renúncia incide e não é responsável pela gestão de renúncia de receitas tributárias.
- Item 5.5. da Parte A (Declaração): Não se aplica. O IFRS não concede benefício tributário, portanto, não verifica a regularidade dos beneficiários.
- Item 5.5. da Parte A (Quadro A.5.23): Não se aplica. As fiscalizações são realizadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB junto aos contribuintes beneficiários de renúncia de receita.
- Item 6.2. da Parte A (Quadro A.6.15): Não se aplica. Não houve, no período de 2012, nenhuma substituição de trabalhador terceirizado por servidor efetivo.
- Item 6.2. da Parte A (Quadro A.6.16): Não se aplica. Não houve, no período de 2012, autorização para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.
- Item 11.3. da Parte A: Não se aplica. Os registros contábeis do IFRS são efetuados diretamente no SIAFI.
- Item 11.6. da Parte A: Não se aplica. O IFRS não firmou contrato de gestão durante o exercício 2012, não havendo parecer de Auditor independente sobre as demonstrações contábeis produzidas pela Administração.
- Item 12.1. da Parte A: Não existem outras informações a declarar.
A estrutura do Relatório de Gestão 2012 está organizada da seguinte forma:
 - I - Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada;
 - II - Planejamento Estratégico e Plano de Ação Anual;
 - III - Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão;
 - IV - Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira;
 - V - Execução Orçamentária e Financeira;
 - VI - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de obra e Custos Relacionados;
 - VII - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário;
 - VIII - Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento;
 - IX - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental;
 - X - Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas;
 - XI - Informações Contábeis;
 - XII - Indicadores e Análise de Resultados.

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 01 – Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul				
Denominação Abreviada: IFRS				
Código SIORG: 100918		Código LOA: 26419		Código SIAFI: 158141
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 10.637.926/0001-46		
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Tecnológico			Código CNAE: 85.42-2-00	
Telefones/Fax de contato:		(054) 3449-3300		(054) 3449-3301
Endereço Eletrônico: gabinete@ifrs.edu.br				
Página na Internet: http://www.ifrs.edu.br				
Endereço Postal: Rua General Osório, 348, Centro, CEP 95700-000, Bento Gonçalves/RS				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	10.637.926/0001-46	158141	ativa	100918
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
- Lei no 11.892, de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008 – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
- Portaria n.º 04, de 6 de janeiro de 2009 – Estabelece a relação dos Câmpus que fazem parte de cada Instituto.				
- Resolução n.º 01/2009 – Regimento Geral do Colégio de Dirigentes do IFRS.				
- Resolução n.º 06/2009 – Aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional.				
- Resolução n.º 07, de 20 de agosto de 2009 – Aprova o Estatuto do IFRS.				
- Resolução n.º 024, de 22 de abril de 2010 - Regulamenta as normas para submissão de propostas para instalação e funcionamento de Pólos Vinculados aos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.				
- Resolução n.º 064, de 23 de junho de 2010 – Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.				
- Resolução n.º 065, de 23 de junho de 2010 – Aprova o Regimento Interno do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.				
- Resolução n.º 068, de 28 de julho de 2010. Aprova o regimento da Comissão Própria de Avaliação do IFRS.				
- Resolução n.º 073, de 28 de julho de 2010 - Aprova o Regimento do Comitê de Ensino do IFRS.				
- Resolução n.º 084, de 28 de julho de 2010 – Aprova o Regimento do Comitê de Desenvolvimento Institucional do IFRS.				
- Resolução n.º 093, de 25 de agosto de 2010 - Aprova o Regimento do Comitê de Extensão do IFRS.				
- Resolução n.º 094, de 25 de agosto de 2010 – Aprova o Regimento do Comitê de Pesquisa e Inovação do IFRS.				
- Resolução n.º 136, de 18 de novembro de 2010 - Aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética do IFRS.				
- Resolução n.º 137, de 18 de novembro de 2010 - Aprova o Regimento da Comissão de Tecnologia da Informação do IFRS.				
- Resolução n.º 180, de 18 de novembro de 2010 - Delega autonomia aos Câmpus do IFRS para regulamentar questões ordinárias da rotina administrativa dos mesmos, desde que os documentos normativos sejam construídos com a participação da comunidade e estejam devidamente acompanhados dos registros pertinentes a tais, como "ata,				

requerimentos, projetos e justificativas".

- Resolução nº 184, de 22 de dezembro de 2010 - Aprova o Regimento do Comitê de Administração do IFRS.
- Resolução nº 031, de 24 de maio de 2011 - Aprova a minuta do Edital Extraordinário de Remoção Interna do IFRS.
- Resolução nº 051, de 31 de agosto de 2011 - Aprova o funcionamento dos setores do IFRS e flexibilização da jornada de trabalho sem prejuízo à remuneração dos servidores técnico-administrativos desta IFE.
- Resolução nº 081, de 19 de outubro de 2011 - Determina que sejam dispensados do registro diário de ponto os docentes das Carreiras do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Ensino Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS.
- Resolução nº 082, de 19 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento da Atividade Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS.
- Resolução nº 010, de 30 de março de 2012 - Aprova a Prestação de Contas Anual - exercício 2011 do IFRS.
- Resolução nº 038, de 26 de junho de 2012 - Aprova o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação para os anos 2012-2013 do IFRS com o acréscimo das fontes de recursos e indicadores.
- Resolução nº 044, de 26 de junho de 2012 - Aprova o Regulamento de Alteração de regime do trabalho docente.
- Resolução nº 047, de 26 de julho de 2012 - Aprova o Plano de Ação e Orçamento do IFRS para o ano de 2013.
- Resolução nº 048, de 26 de julho de 2012 - Aprova a regulamentação da progressão dos TAES.
- Resolução nº 053, de 28 de agosto de 2012 - Aprova o Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação 2012-2013.
- Resolução nº 056, de 28 de agosto de 2012 - Aprova as alterações no Regimento do Comitê de Tecnologia de Informação do IFRS.
- Resolução nº 059, de 28 de agosto de 2012 - Aprova o Regimento da CIS - Comissão Interna de Supervisão da Carreira do PCCTAE.
- Resolução nº 094, de 7 de novembro de 2012 - Aprova o Plano de Reposição de Trabalho dos servidores do IFRS, referente aos dias não trabalhados por motivo de greve ou paralisações de serviços.
- Resolução nº 111, de 18 de dezembro de 2012 - Aprova o Plano Anual da Auditoria Interna (PAINT), exercício de 2013, conforme anexo.
- Resolução nº 114, de 18 de dezembro de 2012 - Aprova o Regimento da Comissão de Segurança da Informação e Comunicação (CSIC).
- Resolução nº 115, de 18 de dezembro de 2012 - Aprova a criação do Regimento Geral da Comissão Permanente de Pessoal Docente do IFRS (CPPD).
- Resolução nº 121, de 18 de dezembro de 2012 - Aprova a doação e transferência dos bens adjudicados da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), localizados no Câmpus Porto Alegre, aos Câmpus do IFRS e outras Instituições Federais.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

- Resolução nº 15/2009 - Texto que norteia a confecção dos diplomas dos cursos superiores e técnicos do IFRS.
- Resolução nº 16/2009 - Procedimentos para encaminhamento dos diplomas dos cursos superiores do IFRS.
- Instrução Normativa nº 01/2010, de 20 de abril de 2010 - Regulamenta as normas para descentralização orçamentária para o pagamento de auxílio financeiro aos alunos matriculados em cursos de Proeja e Proeja-Fic do IFRS.
- Resolução nº 026, de 22 de abril de 2010 - Regulamenta a troca de turma, a transferência e o reingresso, para os alunos dos cursos técnicos de nível médio e superiores do IFRS.
- Resolução nº 027, de 22 de abril de 2010 - Regulamenta o funcionamento do Programa de Assistência Estudantil para o estudante de Proeja e/ou Proeja-Fic do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
- Resolução nº 067, de 28 de julho de 2010 - Regulamenta o processo de execução, através de edital do programa Certific do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
- Resolução nº 083, de 28 de julho de 2010 - Regulamenta o aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos para os alunos dos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio e superiores do IFRS.
- Resolução nº 095, de 25 de agosto de 2010 - Aprova o Regimento do Programa Geral de Incentivo ao Desenvolvimento da Pesquisa e Inovação no IFRS.
- Resolução nº 096, de 25 de agosto de 2010 - Aprova o Programa de Bolsas e Auxílio Institucional de Incentivo à Pesquisa no IFRS.
- Resolução nº 186, de 22 de dezembro de 2010 - Aprova a política de Incentivo ao Desenvolvimento da Extensão no IFRS.
- Resolução nº 187, de 22 de dezembro de 2010 - Aprova o programa de Bolsas de Extensão do IFRS.
- Resolução nº 188, de 22 de dezembro de 2010 - Regulamenta os processos de efetivação, renovação, trancamento, cancelamento da matrícula e reingresso, para alunos do nível médio e cursos superiores.
- Resolução nº 189, de 22 de dezembro de 2010 - Regulamenta os processos de troca de turma, de ingresso de diplomado, para os alunos dos cursos técnicos de nível médio e superiores do IFRS.
- Resolução nº 190, de 22 de dezembro de 2010 - Regulamenta a matrícula em cursos técnicos e superiores ofertados pelo IFRS.
- Resolução nº 011, de 23 de fevereiro de 2011 - Retifica a Resolução do Consup nº 189, de 22 de dezembro de 2010,

que regulamenta os processos de troca de turma, de transferência, de ingresso de diplomado, para os alunos dos cursos técnicos de nível médio e cursos superiores do IFRS.

- Resolução nº 016, de 23 de fevereiro de 2011 - Retifica o Anexo da Resolução do Consup nº 096, de 25 de agosto de 2010, que aprova o Programa de Bolsas e Auxílio Institucional de Incentivo à Pesquisa no IFRS.

- Resolução nº 009, de 07 de março de 2012 - Regulamenta a certificação dos cursos ofertados pelo Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes nos câmpus do IFRS.

- Resolução nº 016, de 30 de março de 2012 - Aprova a obrigatoriedade de confecção de Relatório de Desenvolvimento Institucional para abertura e alteração de cursos dos Câmpus do IFRS.

- Resolução nº 018, de 30 de março de 2012 - Determina que todos os recursos de atos administrativos do IFRS, encaminhados ao Conselho Superior, tenham parecer da Comissão de Legislação, Normas, Regimentos, Redação e Recursos e posterior encaminhamento ao plenário deste Conselho.

- Resolução nº 058, de 28 de agosto de 2012 - Declara o impedimento do IFRS para os procedimentos de reconhecimento interna-corporis de títulos de Pós-Graduação obtidos no exterior, incluindo países do Mercosul.

- Resolução nº 083, de 28 de setembro de 2012 - Aprova o Programa de Capacitação dos Servidores do IFRS.

- Resolução nº 088, de 24 de outubro de 2012 - Regulamenta Ad referendum do Conselho Superior as normas para o processo seletivo de discentes do IFRS.

- Resolução nº 095, de 7 de novembro de 2012 - Aprova o ingresso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS de estudantes credenciados por convênio com instituições nacionais ou estrangeiras ou por convênio, intercâmbio ou acordo cultural entre o Brasil e outros países.

- Resolução nº 092, de 7 de novembro de 2012 - Homologa a Resolução Ad Referendum Consup nº 88 de 24 de outubro de 2012, que regulamenta Ad referendum do Conselho Superior as normas para o processo seletivo de discentes do IFRS.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
158141	Reitoria - IFRS
158261	Câmpus Porto Alegre
158262	Câmpus Rio Grande
158263	Câmpus Sertão
158264	Câmpus Bento Gonçalves
158265	Câmpus Canoas
158325	Câmpus Erechim
158326	Câmpus Restinga
158327	Câmpus Osório
158328	Câmpus Caxias do Sul

Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
26419	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158141	26419
158261	26419
158262	26419
158263	26419
158264	26419
158265	26419
158325	26419
158326	26419
158327	26419
158328	26419

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O IFRS é uma entidade educacional vinculada diretamente ao Ministério da Educação e, como tal, deve pautar suas ações com base nas suas diretrizes e normatizações. Nesse sentido, seu arcabouço legal está fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e na lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008).

A competência institucional do IFRS está definida nas finalidades e características dos Institutos Federais de Educação, conforme o Artigo 6º da sua lei de criação:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Assim, para cumprir as atribuições definidas em sua competência institucional, a mesma lei estabelece os seguintes objetivos, conforme o seu Artigo 7º:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Todas as ações desenvolvidas pelo IFRS, baseadas nas finalidades e objetivos estabelecidos na referida lei, estão também em sintonia com os elementos norteadores definidos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, cuja missão, visão e valores são apresentados a seguir:

Missão

Promover a educação profissional e tecnológica gratuita e de excelência, em todos os níveis, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, para formação humanista, crítica e competente de cidadãos, capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável da região.

Visão Institucional

Ser uma instituição de referência regional em educação, ciência e tecnologia buscando a formação de profissionais-cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Valores

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul garantirá a todos os seus Câmpus a autonomia da gestão Institucional democrática a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública:

a) Ética – Ser referência básica que orientará as ações institucionais;

b) Desenvolvimento Humano – Desenvolver a cidadania, a integração e o bem-estar social;

c) Inovação – Buscar soluções às demandas apresentadas;

d) Qualidade e Excelência – Promover a melhoria permanente dos serviços prestados;

e) Autonomia dos Câmpus – Administrar preservando e respeitando a singularidade de cada Câmpus;

f) Transparência – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão;

g) Respeito – Valorizar e prestar atenção especial aos alunos, servidores e público em geral;

h) Compromisso Social – Participar efetivamente das ações sociais.

1.2.1. Sucessos e impactos positivos da atuação do IFRS

Foram, ao longo do exercício 2012, algumas das principais realizações da gestão:

- oferta de 6.339 vagas;

- 5.898 alunos ingressantes;

- aumento de 29% no número de alunos, totalizando 16.063 alunos matriculados;

- 515 vagas ofertadas na modalidade Bolsa-Formação Estudante – Pronatec;

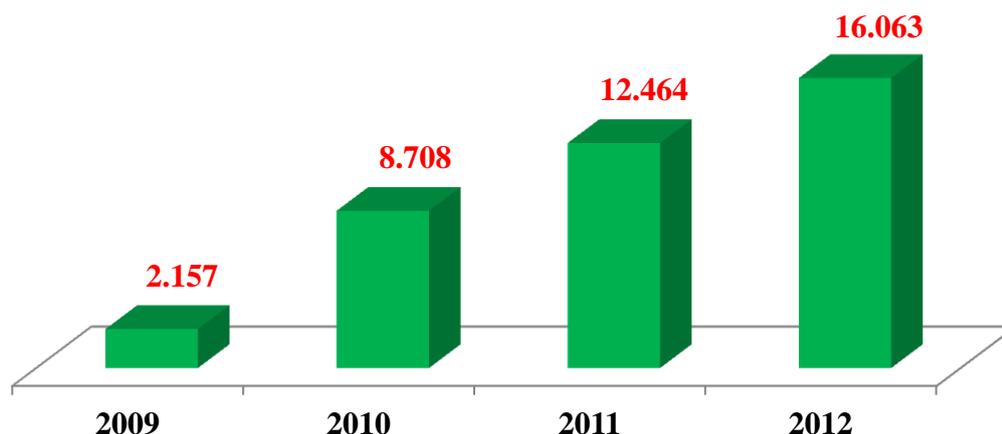
- 2.133 vagas ofertadas na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador – Pronatec;

- ocupação de 92% das vagas ofertadas para Bolsa-Formação do Pronatec, totalizando 2.429 beneficiários;
- 161 bolsas concedidas para atividades de pesquisa, em diversas modalidades.

Alguns dos principais sucessos e destaques da atuação do IFRS podem ser representados pelos seguintes dados acadêmicos e informações institucionais:

Alunos Matriculados

Gráfico 01 – Evolução temporal: Alunos Matriculados



Fonte: SIMEC, SISTEC e Pesquisa Institucional/IFRS

Vagas Ofertadas

No exercício de 2012, o IFRS, ofertou 6.339 novas vagas discentes em:

- Cursos técnicos integrados, concomitantes e subseqüentes ao Ensino Médio;
- Cursos Superiores de Tecnologia;
- Cursos de Licenciatura;
- Cursos de Bacharelado;
- Cursos de Especialização; e
- Cursos de Formação Inicial e Continuada integrada ao Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA-FIC), em parceria com Municípios.

Bolsas de Fomento Externo e Interno

Quadro 02 - Bolsas de Fomento à Pesquisa

Agência de Fomento à Pesquisa	Modalidade de bolsas concedidas	Ano 2012
CNPq	PIBITI	25
	PIBIC	03
	PIBIC-EM	30
FAPERGS	PROBIC	10
	PROBITI	10
Fomento Interno*	PROBICT IFRS - modalidade BICET	49
	PROBICT IFRS - modalidade BICTES	34

*Período de vigência: agosto de 2011 até julho de 2012

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Atuação na Bolsa-Formação do Pronatec

Para o exercício de 2012, foram previstas ações destinadas à oferta de 73 cursos para a modalidade Bolsa-Formação Trabalhador - FIC (totalizando 3.127 vagas) e de 14 cursos para a modalidade Bolsa-Formação Estudante - TEC (totalizando 515 vagas).

Quadro 03 – Resultados: Bolsa-Formação do Pronatec

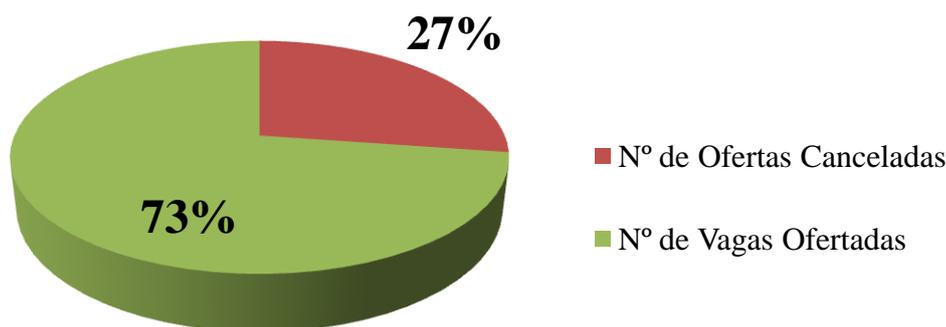
	Câmpus / Unidades	Nº de Vagas Pactuadas	Nº de Ofertas Canceladas	Nº de Vagas Ofertadas	Nº de Beneficiários Matriculados	% Oferta*	% Ocupação de Vagas**
T E C	Bento Gonçalves	140	0	140	126	100%	90%
	Erechim	30	0	30	30	100%	100%
	Farroupilha	25	0	25	23	100%	92%
	Ibirubá	60	0	60	58	100%	97%
	Osório	60	0	60	52	100%	87%
	Sertão	200	0	200	200	100%	100%
	IFRS - TEC	515	0	515	489	100%	95%
F I C	Bento Gonçalves	140	0	140	120	100%	86%
	Canoas	40	0	40	40	100%	100%
	Erechim	160	54	106	98	66%	92%
	Farroupilha	30	0	30	30	100%	100%
	Ibirubá	202	50	152	144	75%	95%
	Osório	180	0	180	176	100%	98%
	Porto Alegre	1540	130	1410	1310	92%	93%
	Restinga	75	0	75	22	100%	29%
	Sertão	760	760	0	0	0%	0%
	IFRS - FIC	3127	994	2133	1940	68%	91%
T E C & F I C	Bento Gonçalves	280	0	280	246	100%	88%
	Canoas	40	0	40	40	100%	100%
	Erechim	190	54	136	128	72%	94%
	Farroupilha	55	0	55	53	100%	96%
	Ibirubá	262	50	212	202	81%	95%
	Osório	240	0	240	228	100%	95%
	Porto Alegre	1540	130	1410	1310	92%	93%
	Restinga	75	0	75	22	100%	29%
	Sertão	960	760	200	200	21%	100%
	(TEC + FIC)	3642	994	2648	2429	73%	92%

* % Oferta = (Nº Vagas Ofertadas + Nº de Ofertas Previstas) / Nº de Vagas Pactuadas

** % Ocupação de Vagas = Nº de Beneficiários Matriculados / Nº de Vagas Ofertadas

Fonte: Coordenação Geral da Bolsa-Formação do Pronatec – Pró-Reitoria de Extensão

Gráfico 02 – Bolsa-Formação do Pronatec: Pactuações X Ofertas

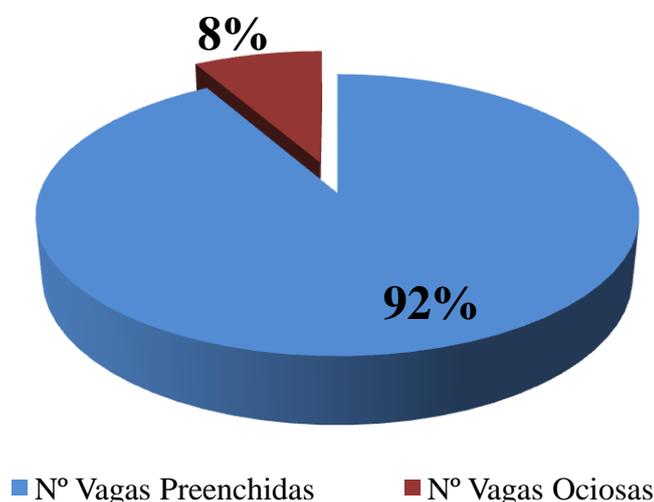


Nº de Vagas Pactuadas - TEC & FIC: 3.642 vagas

Nº de Ofertas Canceladas: 994 vagas

Nº de Vagas Ofertadas: 2.648 vagas

Gráfico 03 – Bolsa-Formação do Pronatec: Taxa de Ocupação



Nº de Vagas Ofertadas - TEC & FIC: 2.648 vagas

Nº de Vagas Preenchidas: 2.429 vagas

Nº de Vagas Ociosas: 219 vagas

1.2.2. Dificuldades encontradas e superações vivenciadas

Durante o cumprimento dos objetivos e da execução de ações traçadas para o exercício de 2012, a gestão do IFRS se deparou com certas dificuldades, entre elas:

- a suspensão e alteração do calendário acadêmico do exercício de 2012, decorrente do movimento de greve dos servidores públicos federais, que resultou no atraso do término do ano letivo;
- a infraestrutura física insuficiente, que prejudicou o pleno funcionamento de algumas unidades e inviabilizou a abertura de todos os cursos desejados, limitando a oferta de vagas nos câmpus;
- limitações no desenvolvimento da estrutura física devidas à escassez de recursos para obras de expansão, licitações desertas, atrasos em obras por parte das construtoras contratadas e pela insuficiência de servidores, lotados na Diretoria de Projetos e Obras, para atender o grande número de projetos encaminhados pelos câmpus;
- a quantidade escassa de servidores para atendimento à demanda de todas as atividades e ações planejadas;

- os problemas e atrasos no cronograma do concurso público para os docentes, que protelou o processo de nomeação de novos professores.

Perante os percalços e dificuldades que mais impactaram na execução das atividades ao longo do último exercício, o IFRS vivenciou as seguintes superações:

- independente das paralisações, os servidores primaram pela manutenção da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, na tentativa de minimizar os prejuízos nos serviços ofertados causados pela alteração do calendário acadêmico;

- a ênfase em atividades de levantamento das causas/motivos de evasões e desistências serviu para o planejamento de ações que favoreçam a permanência dos alunos nas unidades, bem como o acompanhamento destes alunos com reforço escolar;

- a conscientização sobre a importância de uma participação coletiva dos servidores nos processos de planejamento institucional, assim como a percepção da necessidade de vinculação entre o plano de ação e o orçamento anual das unidades;

- os atrasos na entrega e na finalização de obras demandaram a realocação dos espaços em sedes provisórias de alguns câmpus, com o objetivo de atender a necessidade de salas de aula que suportassem o planejamento inicial, que previa um ingresso maior de novos alunos;

- em virtude destes atrasos e do não cumprimento do contrato por parte de uma construtora, o IFRS optou pela não renovação do mesmo para o prosseguimento da obra, propondo um novo processo licitatório para que outras empresas terminem os trabalhos.

Assim, com base nas dificuldades encontradas e aprendizados adquiridos, espera-se que nos próximos exercícios os atuais percalços, inerentes ao processo de estruturação e expansão do IFRS, continuem sendo superados, contribuindo de forma efetiva para a solidificação do instituto. A partir disso, acredita-se estar facilitando a ampliação e a diversificação da oferta educacional, bem como o trabalho da gestão, e consolidando o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul como uma instituição de ensino público de qualidade.

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O IFRS possui uma estrutura multicâmpus, em que a o organograma definido para a instituição possui uma forma e cada câmpus possui uma estrutura semelhante. A estrutura do IFRS prevê a existência de dois colegiados superiores, que possuem funcionamento regulamentado nos regimentos próprios aprovados pelo Conselho Superior. Esses dois órgãos colegiados são: Conselho Superior e Colégio de Dirigentes. As definições da estrutura funcional, competências e a disciplina das atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional do IFRS, nos planos administrativo, didático-pedagógico e disciplinar, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias são definidas pelos documentos citados abaixo:

- **Regimento Geral do IFRS:** aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 064 de 23 de junho de 2010. Disponível em:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20107241783262regimento_geral_do_ifrs_05-08-2010.pdf

- **Regimento Interno do Conselho Superior do IFRS:** aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 065, de 23 de junho de 2010. Disponível em:

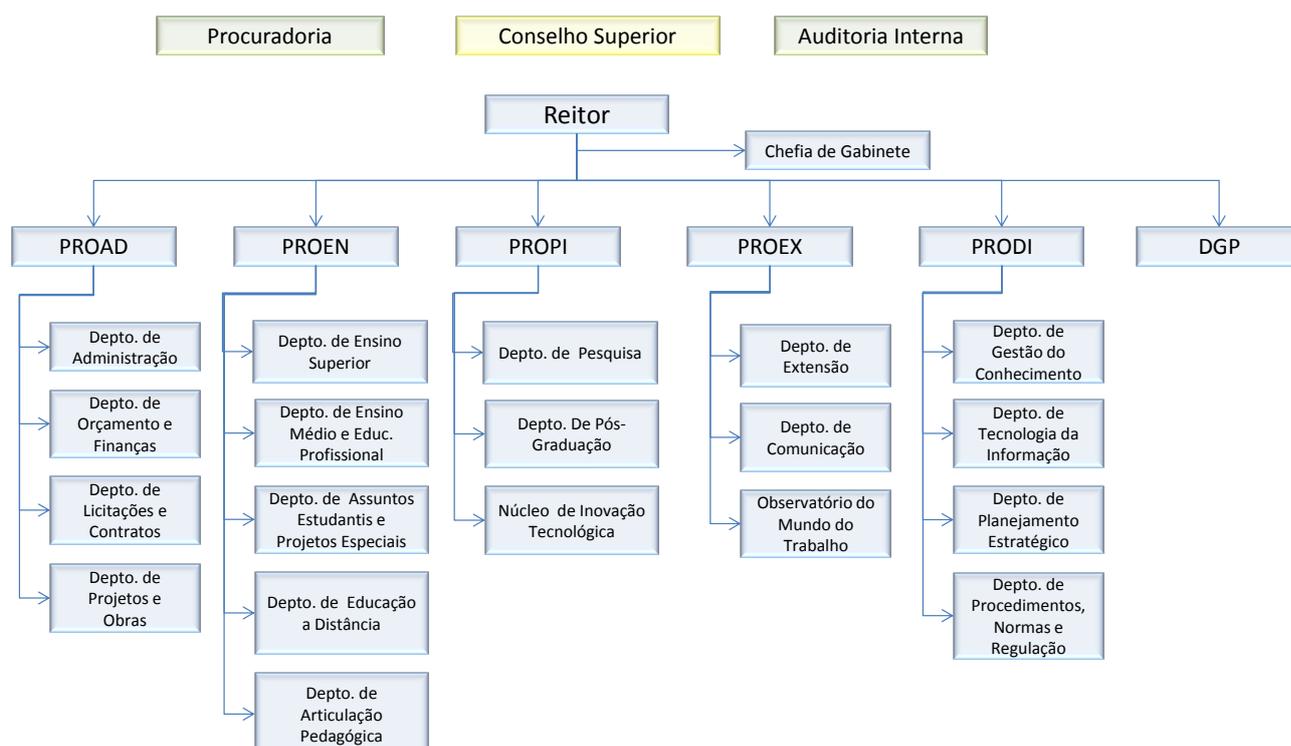
http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201075143332890regimento_interno_consul_04-08-2010.pdf

- **Regimento Interno do Colégio de Dirigentes do IFRS:** aprovado pela Resolução “Ad Referendum” nº 001, de 20/02/2009. Referendado pela Resolução do Conselho Superior nº 003, de 19/02/2010. Disponível em:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010112172710623regimento_cd_final.pdf

O organograma funcional do IFRS é apresentado na Figura 01, abaixo.

Figura 01 – Organograma Funcional



Fonte: Elaborado com base no Regimento Geral e no Regimento Interno da Reitoria do IFRS.

Reitor

A administração do IFRS, apoiada pelos seus Órgãos Colegiados, é realizada pela Reitoria e pela Direção-Geral dos Campi, através de uma estrutura organizacional que define a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível.

A Reitoria, órgão executivo superior do IFRS, é exercida pelo Reitor nomeado na forma da lei. Além das atividades exercidas pelo Reitor, os processos finalísticos são executados pelas cinco Pró-Reitorias e por um Departamento de Gestão de Pessoas.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente. Dentre as competências, podem ser destacadas: analisar os procedimentos, rotinas e controles internos; avaliar a eficiência, eficácia e economia na aplicação e utilização dos recursos públicos, e; examinar os registros contábeis quanto à sua adequação.

Procuradoria Federal

A Procuradoria Federal tem por finalidade a execução dos encargos de consultoria e assessoramento jurídicos, a defesa judicial e extrajudicial do IFRS, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais emanadas do poder público.

Conselho Superior

O Conselho Superior é o órgão máximo do Instituto Federal do Rio Grande do Sul de caráter consultivo e deliberativo, tendo sua composição e competência definidas nos artigos 8º e 9º do Estatuto do IFRS e seu funcionamento definidos no Regimento Geral e no Regimento Interno do próprio conselho.

Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes é um dos órgãos superiores, de caráter consultivo, da administração do IFRS, emitindo parecer sobre questões pertinentes à administração, ao planejamento, ao ensino, à pesquisa e à extensão, propor ações para a melhoria da organização e do funcionamento do Instituto e propor ações para melhoria do processo ensino-aprendizagem nos cursos e elaborar.

Pró-Reitoria de Administração – PROAD

A PROAD é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de planejamento, administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A PROAD é formada pelos seguintes departamentos:

- a. **Departamento de Administração:** tem como objetivo planejar, coordenar, fiscalizar, subsidiar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à área administrativa, patrimonial dos campi e da reitoria;
- b. **Departamento de Orçamento e Finanças:** tem como objetivo assessorar, organizar, acompanhar e supervisionar a gestão orçamentária e financeira e o planejamento e execução das propostas orçamentárias dos campi e reitoria;
- c. **Departamento de Licitações e Contratos:** tem como objetivo, acompanhar a legislação, analisar, fiscalizar critérios de contratações e coordenar todos os processos licitatórios do IFRS;
- d. **Departamento de Projetos e Obras:** tem como objetivo planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas aos projetos, obras e prestação de serviços de engenharia, urbanização e construção.

Pró-Reitoria de Ensino – PROEN

A PROEN é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão no IFRS.

A PROEN é formada pelos seguintes departamentos:

- a. **Departamento de Ensino Superior:** tem como função, dentre outras, a coordenação e supervisão do planejamento, execução e avaliação das ações implementadas pelas várias instâncias do IFRS a partir das políticas de ensino superior, envolvendo a oferta educacional do IFRS, aperfeiçoamento da qualidade e a garantia da articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;
- b. **Departamento de Ensino Médio e Profissional:** tem como função a coordenação e supervisão do planejamento, execução e avaliação das ações implementadas pelas várias instâncias do IFRS, a partir das políticas de ensino de Educação Profissional, em articulação ou não com a Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos ou outra modalidade educacional, além das atividades visando o aumento da oferta educacional do IFRS, aperfeiçoamento de sua qualidade e garantia da articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;
- c. **Departamento de Assuntos Estudantis e Projetos Especiais:** tem como objetivos principais a implantação, consolidação, planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil no contexto do IFRS, viabilizando a execução dos programas de assistência estudantil;
- d. **Departamento de Educação a Distância:** tem como objetivos principais a o assessoramento à Pró-Reitoria de Ensino nas questões relativas a cursos ou projetos educativos na modalidade à distância, além de articular, implementar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução dos projetos de Educação a Distância do IFRS;
- e. **Departamento de Articulação Pedagógica:** tem como funções principais a de assessorar a Pró-Reitoria de Ensino nas questões relativas ao processo educativo e pedagógico, interagir com os demais Departamentos da PROEN, com vista ao desenvolvimento das atividades de ensino e acompanhar os processos de elaboração

de projetos de criação, implantação, reformulação e/ou extinção de cursos, no âmbito de sua competência.

Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPI

A PROPI é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa, integradas ao ensino e à extensão, bem como promove ações de intercâmbio com instituições e empresas.

A PROPI é formada pelos seguintes departamentos:

- a. **Departamento de Pesquisa:** tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à pesquisa, definindo políticas de pesquisa, planejando programas institucionais de iniciação científica e tecnológica e fomentando a produção e publicação científica e tecnológica;
- b. **Departamento de Pós-Graduação:** tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução as ações relacionadas à pós-graduação, definindo as políticas de pós-graduação e elaborando o plano institucional de demandas de qualificação em pós-graduação dos servidores do IFRS, juntamente com a área de Gestão de Pessoas;
- c. **Núcleo de Inovação Tecnológica:** tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à inovação tecnológica, propondo e gerenciando as políticas do IFRS quanto à propriedade intelectual e inovação tecnológica e difundindo a cultura da propriedade intelectual, bem como a geração e difusão de novas tecnologias.

Pró-Reitoria de Extensão – PROEX

A PROEX é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais. Dentre as competências da PROEX, podem ser destacadas: apoiar o desenvolvimento de ações de integração entre a instituição e o mundo do trabalho, nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas; atuar no planejamento estratégico e operacional do IFRS, com vistas à definição das prioridades na área de extensão dos Campi; fomentar relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais, nacionais e internacionais, e; promover o desenvolvimento da extensão como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento científico e tecnológico.

A PROEX é formada pelos seguintes departamentos:

- a. **Departamento de Extensão:** tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das ações de extensão; promover as ações que assegurem a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; apoiar e assessorar ações de extensão em todas as suas dimensões, dentre elas: tecnológica, social, cultural, artística e esportiva e prospectar instituições para o estabelecimento de parcerias;
- b. **Departamento de Comunicação:** tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à política de comunicação do IFRS. As principais competências do Departamento são:

propiciar a contínua prestação de contas à sociedade através dos meios disponíveis; disponibilizar aos cidadãos informações relativas às oportunidades propiciadas pela instituição; elaborar o Plano Anual de Comunicação do IFRS.

- c. **Observatório do Mundo do Trabalho:** tem como objetivos principais realizar estudos e pesquisas do mundo do trabalho, definir as diretrizes para o seu funcionamento; pesquisar indicadores relativos ao mundo do trabalho; propor e elaborar metodologias de prospecção para a oferta de modalidades/cursos e a adequação de currículos, em articulação com as demais Pró-Reitorias do IFRS, e; realizar pesquisas de egressos dos cursos oferecidos pelo IFRS.

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODI

A PRODI é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de desenvolvimento e a articulação entre as Pró-Reitorias e os Câmpus. Dentre as competências da PRODI, destacam-se: atuar na articulação da Reitoria com os câmpus; atuar no planejamento estratégico do IFRS, com vistas à definição das prioridades de desenvolvimento dos câmpus; colaborar com a Reitoria na promoção de equidade institucional entre os câmpus, quanto aos planos de investimentos do IFRS; propor alternativas organizacionais, visando ao constante aperfeiçoamento da gestão do IFRS, e; supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas do IFRS.

A PRODI é formada pelos seguintes departamentos:

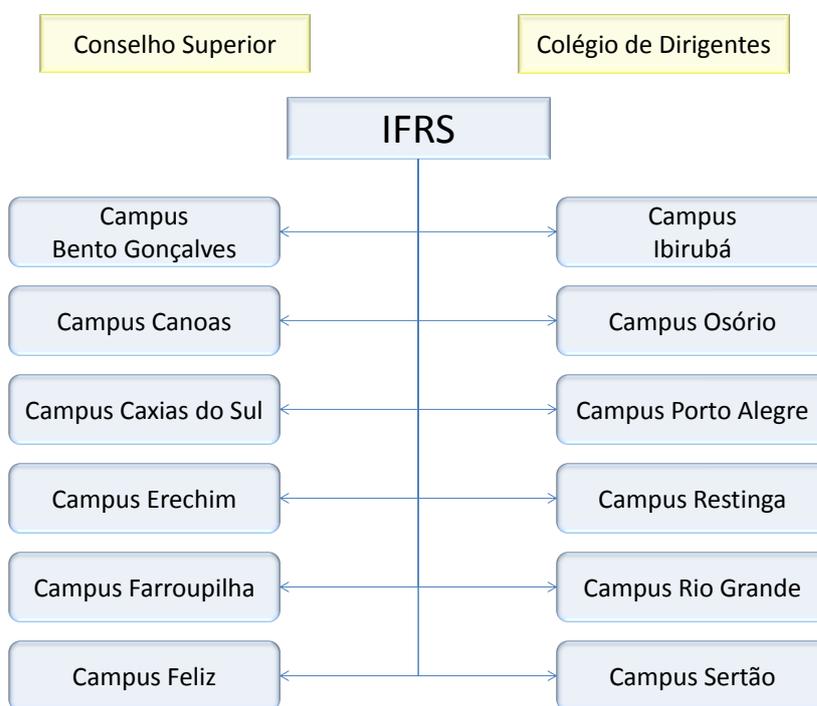
- a. **Departamento de Gestão do Conhecimento:** tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas à área de gestão, planejamento estratégico, normas, políticas e gestão da informação e do conhecimento. Dentre as suas competências, destacam-se: dirigir, coordenar e orientar os processos de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico e planejar as atividades de obtenção e gerenciamento de dados e informações e na formação de políticas de desenvolvimento institucional;
- b. **Departamento de Tecnologia da Informação:** tem como objetivos principais planejar, coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades relacionadas ao campo de Tecnologia da Informação do IFRS nas áreas de redes, infraestrutura e sistemas, com atuação na Reitoria e nos câmpus. Além disso, atribui-se ao departamento as atividades de planejar e manter, em conjunto com as áreas correlatas, o Plano Departamento de Tecnologia da Informação – PDTI e desenvolver ações de Tecnologia da Informação (TI) em consonância com o PDTI, com as diretrizes, políticas e normas do IFRS.
- c. **Departamento de Planejamento Estratégico:** tem como objetivos principais estabelecer e propor a metodologia de Planejamento Estratégico para o IFRS, coordenar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e a elaboração dos Planos de Ação anuais, estabelecer metodologia de acompanhamento para o Planejamento Estratégico e forma de controle para os Planos de Ação, em articulação com o planejamento orçamentário e analisar as necessidades e prioridades de desenvolvimento dos câmpus, com vistas a subsidiar o processo de elaboração do planejamento.

Departamento de Gestão de Pessoas – DGP

A DGP é o órgão executivo que possui como objetivos planejar, orientar, dirigir, coordenar e organizar processos de trabalho bem como executar toda a política de pessoal do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Dentre as competências da DGP, destacam-se: presidir os processos de provimentos de cargos, bem como gerenciar os de remoção e redistribuição de servidores; supervisionar os serviços de processamento da folha de pagamento; subsidiar a elaboração da proposta orçamentária relativa às ações de gestão de pessoas; elaborar e supervisionar a política de gestão de pessoas.

Estrutura Multicâmpus do IFRS

Figura 02 – Estrutura Multicâmpus



Fonte: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O IFRS possui um conjunto de processos em operação para que os seus objetivos possam ser atendidos. A classificação das atividades de uma organização, segundo Porter (1992)¹, pode ser relacionada ao seu conjunto das atividades, sendo representado em basicamente duas categorias: atividades primárias (finalísticas) e atividades secundárias (ou de apoio). Utiliza-se a classificação do autor para a definição dos macroprocessos finalísticos e dos macroprocessos de apoio.

Assim, os macroprocessos finalísticos do IFRS são considerados aqueles diretamente relacionados com a criação do “valor para a sociedade” através dos serviços que são prestados, envolvendo todos os elementos operacionais relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, envolvem as relações com egressos, estágios, organizações do mundo do trabalho e parcerias com outras organizações públicas ou privadas.

De outra forma, os macroprocessos de apoio do IFRS são considerados aqueles que prestam suporte aos processos diretamente relacionados com a criação do “valor para a sociedade”. Esses processos relacionam-se entre si e com os macroprocessos primários, permitindo que eles possam ser executados dentro dos padrões de qualidade, eficiência e eficácia objetivados pela organização.

A seguir, destaca-se a representação dos processos finalísticos (primários) e de apoio, seguindo-se a mesma forma de Porter (1992) quanto às atividades primárias e secundárias. Também estão representados nas figuras abaixo os principais processos de cada macroprocesso.

Figura 03 – Macroprocessos do IFRS



Fonte: Elaborado conforme processos da organização, Regimento Geral e Regimento Interno da Reitoria do IFRS. Baseado no conceito de Cadeia de Valor (Porter, 1992).

A seguir, no quadro abaixo, apresenta-se os macroprocessos finalísticos, os objetivos estratégicos definidos no planejamento do IFRS e os principais processos de cada macroprocesso. Segundo Harrington (1993)², um processo pode ser considerado “qualquer atividade que recebe uma entrada (*input*), agrega-lhe valor e gera uma saída (*output*) para um cliente externo ou interno. Os processos fazem uso dos recursos da organização para gerar resultados concretos.”

Quadro 04 – Macroprocessos Finalísticos

¹ PORTER, M. E. (1992). Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus.

² HARRINGTON, H. J. (1993). Aperfeiçoando processos empresariais. São Paulo: Makron Books.

Macroprocesso	Objetivos Estratégicos	Processos
Ensino	Promover a articulação pedagógica e a verticalização da educação	Articulação Pedagógica
	Assuntos Estudantis e Projetos Especiais	Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades de Educação Profissional
	Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância	Educação a Distância
	Consolidar a educação de nível superior na instituição	Ensino Superior
	Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional	Ensino Técnico e Educação Profissional
Pesquisa	Estabelecer relações e convênios com instituições internacionais	Relações Internacionais
	Impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e processos	Inovação Tecnológica
	Promover a pesquisa e o desenvolvimento científico	Pesquisa
	Desenvolver um programa de pós-graduação para o IFRS	Pós-graduação
Extensão	Desenvolver ações e programas de extensão	Extensão
	Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade	Comunicação
	Desenvolver metodologias de prospecção de demanda para ensino, pesquisa e extensão	Observação do Mundo do Trabalho

Fonte: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

O IFRS, através de suas Pró-Reitorias, com o apoio dos seus respectivos comitês (representados por todos os Câmpus do IFRS) e da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, tem trabalhado no estabelecimento de fluxos referentes aos seus processos. Alguns exemplos de fluxos referentes às atividades dos macroprocessos finalísticos estão apresentados a seguir:

- Instrução Normativa 3/2012- Revoga a IN 01/2009 e dispõe novo fluxo de submissão de projetos de curso. Disponível em:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201284164756557in_03-2012.pdf

- Orientações acerca da construção de Projetos Pedagógicos de cursos. Disponível em:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010822162735191orientacoes_para_elaboracao_do_ppc_-_final.pdf

- Instrução Normativa nº 02/2010- Exercícios. Disponível em:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201123116192265instrucao_normativa-exercicios_domiciliares.pdf

- Instrução Normativa nº 06/2010- Faltas Abonadas. Disponível em:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201272792113589instrucao_normativa_6_de_2010-faltas_abonadas.pdf

1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO

Assim como os macroprocessos finalísticos podem ser definidos e gerenciados, entende-se que os processos de apoio também podem. No quadro abaixo são apresentados macroprocessos de apoio, os objetivos estratégicos definidos no planejamento do IFRS e os principais processos de cada macroprocesso.

Quadro 05 – Macroprocessos de Apoio

Macroprocesso	Objetivos Estratégicos	Processos
Administração	Proporcionar agilidade e transparência na gestão contratual e elaboração de processos licitatórios	Licitações e Contratos
	Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento	Orçamento e Finanças
	Otimizar a infraestrutura física dos Campi e da Reitoria	Projetos e Obras
Desenvolvimento Institucional	Promover a sistematização dos dados e a disponibilização de informações estratégicas	Gestão do Conhecimento
	Desenvolver a instituição estrategicamente	Planejamento Estratégico
	Aprimorar a estruturação dos fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização	Procedimentos, Normas e Regulação
	Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação	Tecnologia da Informação e Comunicação
Gestão de Pessoas	Otimizar o quadro de pessoal	Ingresso
	Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores	Capacitação

Fonte: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional

Alguns exemplos de fluxos referentes às atividades dos macroprocessos de apoio estão apresentados a seguir:

- **Instrução Normativa nº 01, de 07 de janeiro de 2013.** Estabelece fluxo de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS. Disponível em:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20130217420752in_01_%281%29.pdf

- **Instrução Normativa nº 12, de 18 de outubro de 2012.** Estabelece fluxo de solicitação de obras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul ? IFRS.1 - IFRS. Disponível em:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201291992332720instrucao_normativa_n012_fluxo_sollicita_obras.pdf

- **Instrução Normativa nº 09, de 24 de agosto de 2012.** Normatiza procedimentos com relação à organização dos concursos públicos do IFRS. Disponível em:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2012724151946276instrucao_normativa_n%C2%BA_09_procedimentos_sobre_manuais_dos_concursos_publicos.pdf

- **Instrução Normativa nº 05, de 29 de março de 2012.** Estabelece o fluxo para Agendamento de Reuniões pelos setores da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS. Disponível em:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2012329024704instrucao_normativa_n%C2%BA_05_agendamento_de_reuinoes-1.pdf

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012

2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

O Instituto Federal do Rio Grande do Sul está trabalhando na elaboração de um novo plano de longo prazo, chamado PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional, trata-se de um planejamento para cinco anos. A metodologia já foi definida e a finalização deste processo de planejamento deverá ocorrer no exercício de 2013.

O PDI em vigor, que contempla o período de 2009 a 2013, segue fornecendo os elementos norteadores para a elaboração do Plano de Ação Anual do instituto, em conjunto com as informações da matriz orçamentária. Assim, o Plano de Ação 2012 do IFRS foi sistematizado através de uma metodologia de planejamento que atende às realidades pontuais de cada unidade, no seu contexto regional, e de cada setor, vinculada também às previsões orçamentárias.

Dessa maneira, o Plano de Ação 2012 foi elaborado com base na estrutura de gestão que é comum às Pró-Reitorias e aos câmpus, conforme os macroprocessos apresentados anteriormente: Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração e Desenvolvimento Institucional. Os câmpus planejaram as suas ações considerando as estruturas, os objetivos pré-definidos e a proposta orçamentária que foi previamente aprovada pelo MEC, enquanto a Reitoria estabeleceu ações referindo-se às necessidades gerais relacionadas ao IFRS, ou que eram comuns a todos os câmpus, tendo sido também baseadas nos seus planos específicos.

As principais ações realizadas no exercício de 2012 são apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 06 – Principais Ações Realizadas

OBJETIVOS TRAÇADOS	PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS
<i>Proporcionar agilidade e transparência na gestão dos recursos e elaboração do orçamento</i>	- Elaboração do planejamento orçamentário com apoio e participação democrática dos servidores e comunidade acadêmica;
<i>Proporcionar agilidade e transparência na gestão contratual e elaboração de processos licitatórios</i>	- Elaboração de manuais e otimização de fluxos de procedimentos internos; - Promoção de treinamentos para fiscais de contrato; - Desenvolvimento e implantação de medidas de controle interno destinadas a aperfeiçoar a efetividade no gerenciamento do IFRS;
<i>Promover a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores</i>	- Capacitação de servidores do IFRS na área administrativa; - Realização de atividades de acolhimento e integração de novos servidores;
<i>Otimizar o quadro de pessoal</i>	- Realização de 02 (dois) Concursos Públicos; - Ingresso de novos servidores; - Ambientação, adaptação e treinamento dos novos servidores;
<i>Otimizar a infraestrutura física dos câmpus e da Reitoria</i>	- Aquisição de veículos oficiais, computadores, mobiliários, equipamentos e demais materiais permanentes; - Reformas em salas e aulas, laboratórios e bibliotecas; - Ampliação do acervo bibliográfico das unidades;
<i>Administrar o patrimônio e os recursos materiais da instituição</i>	- Gerenciamento do patrimônio do IFRS no sistema Spiunet;
<i>Promover a sistematização dos dados e a disponibilização de informações estratégicas</i>	- Implantação de metodologia para acompanhamento sistemático da execução do Plano de Ação Anual; - Revisão e análise do Termo de Acordo de Metas e Compromissos;
<i>Desenvolver a instituição estrategicamente</i>	- Coordenação da implantação de novas unidades; - Normatização do Relatório de Desenvolvimento Institucional; - Definição da metodologia de trabalho para a revisão e elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional; - Elaboração do Plano de Ação Anual com a colaboração dos servidores e da comunidade acadêmica;
<i>Aprimorar a estruturação dos</i>	- Preparação da instituição para a Lei de Acesso à Informação;

<i>fluxos de trabalho e procedimentos, propondo a sua normatização</i>	- Execução e acompanhamento do processo de Autoavaliação Institucional; - Elaboração de proposta de normatização relativa aos processos de trabalho do IFRS;
<i>Otimizar a infraestrutura tecnológica e de comunicação</i>	- Elaboração do Plano Diretor de TI do IFRS; - Fortalecimento a atuação da Comissão de TI; - Ofertas de capacitação para equipe de servidores da TI; - Ampliação e melhoria na infraestrutura de rede física e lógica de computadores;
<i>Consolidar a educação de nível superior na instituição</i>	- Implantação de monitorias para disciplinas de cursos superiores;
<i>Buscar a excelência no ensino técnico e na educação profissional</i>	- Promoção de visitas técnicas; - Execução de medidas e atividades para identificação das causas da evasão; - Efetivação da implantação do SIA (Sistema de Informações Acadêmicas) nas unidades; - Realização de supervisão pedagógica dos cursos; - Promoção de cursos de Formação Inicial e Continuada;
<i>Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades e projetos especiais de Educação Profissional</i>	- Implantação de estratégias de inclusão; - Realização de programas de orientação pedagógica, psicológica e de assistência ao educando; - Adoção de estratégias de preenchimento de vagas ociosas;
<i>Estruturar e desenvolver um programa institucional de Educação a Distância</i>	- Fomento a implantação do Ensino a Distância no IFRS; - Capacitação de docentes e servidores técnico-administrativos para uso do <i>Moodle</i> ; - Aprimoramento das estruturas dos Núcleos de Educação a Distância nas unidades; - Realização de estudos para ofertar cursos na modalidade EaD;
<i>Promover a articulação pedagógica e a verticalização da educação</i>	- Formação de grupos de trabalhos para estudo de temas relevantes da área Educacional; - Implementação e consolidação de NAPNEs e NEABIs; - Realização de pesquisa de demanda para novos cursos integrados, subsequentes e superiores;
<i>Promover a pesquisa e o desenvolvimento científico</i>	- Realização da Iª Mostra de Iniciação Científica e Tecnológica do IFRS - Atuação no programa Ciência sem Fronteiras; - Incentivo e participação de servidores e alunos em eventos científicos; - Ofertas de bolsas e agências de fomento;
<i>Desenvolver um programa de pós graduação para o IFRS</i>	- Fomento da criação de programas de Pós-Graduação (<i>lato e stricto sensu</i>) nos câmpus; - Elaboração e implantação de projetos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> ;
<i>Impulsionar o desenvolvimento de novas tecnologias e processos</i>	- Ampliação do acervo bibliográfico para a difusão da cultura da Pesquisa e Inovação Tecnológica; - Capacitação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação em Inovação Tecnológica;
<i>Desenvolver ações e programas de extensão</i>	- Ampliação de parcerias com instituições nacionais (públicas e privadas); - Execução do Bolsa-Formação do PRONATEC no IFRS; - Aquisição de tecnologias assistivas para os NAPNEs;
<i>Promover a divulgação e a comunicação institucional com a sociedade</i>	- Participação e promoção de encontros dos Comunicadores do IFRS; - Elaboração de materiais de divulgação das ações e projetos realizados pelas unidades e dos processos seletivos (placas, panfletos, banner, etc.); - Participação em eventos (workshops, feiras regionais e eventos acadêmicos); - Divulgação de ações e oportunidades por meio do site institucional e das redes sociais (<i>twitter, facebook, youtube e blogs</i>);
<i>Desenvolver metodologias de prospecção de demanda para ensino, pesquisa e extensão</i>	- Ofertas e oportunidades para a realização de estágios regionais, nacionais e internacionais; - Promoção de atividades culturais;
<i>Estabelecer relações e convênios com instituições internacionais</i>	- Participação em missões internacionais e eventos de cooperação internacional; - Incentivo a criação de um Centro de Línguas nos câmpus do IFRS.

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2012 - IFRS - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Ainda que o IFRS tenha tomado todos os cuidados necessários na elaboração, execução e acompanhamento do plano de ação anual, visando garantir o sucesso na realização das ações planejadas frente às suas responsabilidades institucionais, ao longo do exercício de 2012 algumas situações de risco foram vivenciadas, resultando em alterações no planejamento. Entre as principais alterações, são citadas:

- a permanência do Câmpus Caxias do Sul na sede provisória, devido ao atraso nas obras da unidade, causando problemas para no cumprimento de algumas ações, principalmente para as relacionadas à abertura de novas turmas, processo seletivo e projetos de pesquisa que dependiam de infraestrutura, como laboratórios em funcionamento, salas de aula, etc.;
- devido ao atraso na entrega da sede definitiva do Câmpus Osório, diversas atividades planejadas pela unidade foram reduzidas e continuadas na sede provisória;
- no Câmpus Sertão, por conta do início de uma nova gestão na unidade, foi observada a necessidade de ouvir a comunidade institucional e rediscutir as ações de expansão e qualidade de educação, com o objetivo de promover adequações ao planejamento;
- a prorrogação do cronograma de elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional;
- devido à impossibilidade de atender à grande demanda por obras e projeto de engenharia, optou-se por priorizar a elaboração projetos destinados à construção de bibliotecas e a centro de convivências;
- as paralisações, atrasos e alterações no cronograma para execução de diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão, em razão da greve dos servidores públicos.

2.2. EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

2.2.1. Realizações e resultados alcançados

As principais realizações de cada unidade e os resultados alcançados são apresentados abaixo, no Quadro 07.

Quadro 07 – Realizações e resultados alcançados

UNIDADES	REALIZAÇÕES E RESULTADOS ALCANÇADOS
Reitoria	<ul style="list-style-type: none">- 657 servidores capacitados em eventos/cursos na área administrativa;- 5 treinamentos de fiscais de contrato realizados nas unidades, com cerca de 150 servidores treinados;- criação do site/sítio da Diretoria de Gestão de Pessoas;- elaboração de diversos fluxos e procedimentos internos para o Setor de Contratos;- elaboração de Instrução Normativa que regulamenta no âmbito do IFRS a solicitação, autorização, concessão, pagamento e prestação de contas de diárias e passagens no âmbito do IFRS;- otimização do controle patrimonial dos imóveis pertencentes ao IFRS, através de ajustes e atualização do SPIUNET;- elaboração das normativas relativas a obras, concessão de bolsas de estudos e processos administrativos disciplinares;- definição dos locais e recepção dos terrenos das 4 novas unidades do IFRS (Alvorada, Rolante, Vacaria e Viamão);- obrigatoriedade de aprovação do Relatório de Desenvolvimento Institucional, com pesquisa de demanda, para abertura e alteração de cursos nos câmpus do IFRS;- realização de evento para desenvolver políticas de discussão das questões de Ensino no IFRS;- coordenação da pactuação de 6.797 vagas da Bolsa-Formação do Pronatec para 2013, envolvendo os 12 câmpus do IFRS;- coordenação da oferta e execução de 2.648 vagas da Bolsa-Formação do Pronatec em 2012;- representação em 5 missões internacionais da Rede Federal promovidas pela CAPES e pelo CONIF, vinculadas ao Programa Ciência sem Fronteiras;- 231 mulheres certificadas no Programa Mulheres Mil;- realização do I Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica, com 39 exposições orais e 66 pôsteres.
Câmpus Bento Gonçalves	<ul style="list-style-type: none">- realização de projeto, licitação e contrato para construção do Centro de Convivência;- aquisição de mobiliário adequado ergonomicamente, resultando na melhoria das condições de trabalho dos servidores no aspecto ergonomia e acessibilidade;- aquisição de 100 computadores portáteis previstos no PDTI 2012 para serem disponibilizados aos docentes da Instituição;- efetivação da permanência dos estudantes na Instituição, alcançado por meio da distribuição de bolsas de auxílio permanência e auxílio moradia;- manutenção e implementação de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>, colocando em ação a perspectiva da verticalidade do ensino;- disponibilização eletrônica dos trabalhos de conclusão de curso, possibilitando aos interessados o acesso direto aos TCC produzidos no Câmpus;- realização da 1ª Semana de Educação, Ciência e Cultura e da VIII Mostra Técnica, com melhorias na estrutura do evento e na qualidade dos trabalhos apresentados;- foi firmado convênio de duplo diploma com a Universidade de Udine na Itália, contemplando o Curso Superior de Tecnologia em Viticultura e Enologia;- oferta de 25 bolsas de extensão;- realização de 180 visitas técnicas e eventos;- 231 estágios realizados;- ampliação do Programa de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica por meio da concessão de 17 Auxílios Institucionais à Produção Científica e/ou Tecnológica e 16 Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica.
Câmpus Canoas	<ul style="list-style-type: none">- eventos realizados: II Salão de Iniciação Científica e Tecnológica, I Salão de Extensão, II Semana do Meio Ambiente, II Feira das Cidades e II Semana do Livro e da Leitura;- abertura do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas;- estruturação dos colegiados e NDEs;

	<ul style="list-style-type: none"> - formação pedagógica para servidores do Câmpus; - avanços, em parceria com a REFAP, na implantação do laboratório de automação; - oferta de 12 bolsas de extensão; - 13 ações de extensão registradas no SIGProj: 07 projetos aprovados no edital de fomento interno, 04 cursos aprovados no edital de fluxo contínuo e 02 eventos aprovados no edital de fluxo contínuo; - 07 novos projetos de pesquisa; 06 projetos de pesquisa prorrogados; 13 bolsistas de fomento interno; 01 bolsista CNPq e 01 bolsista FAPERGS.
Câmpus Caxias do Sul	<ul style="list-style-type: none"> - através do Programa Institucional de Bolsas de Extensão, o Câmpus realizou 03 programas e 02 projetos de Extensão, contando com 07 bolsistas em regime integral, pelo Edital de Fluxo Contínuo o Câmpus totalizou 15 ações, sendo 02 projetos, 09 cursos e 04 eventos; - 15 projetos contemplados na área de Pesquisa, sendo que 14 deles institucionalizados no SIGPROJ e um projeto realizado de fomento Externo, totalizando 10 bolsas concedidas; - realização da I Mostra IFTEC, que contou com a apresentação de 100 trabalhos, a participação de aproximadamente 300 alunos-pesquisadores e cerca de 50 professores-orientadores; - realização de diversas ações inclusivas, tais como: visitas a outras instituições, debates em grupos e palestras relacionados ao tema, a criação de grupos como o NEABI, NAPNE e NEAD, e execução do I Workshop Inclusão Matemática; - oferta de programas de Recuperação Paralela de Conteúdos para todas as disciplinas ofertadas; - realização de 04 visitas técnicas com cada turma de curso Técnico de Nível Médio, totalizando 24 visitas; - implantação do BrOffice como ferramenta de trabalho e ensino; - elaboração do projeto para Rádio Comunitária; - promoção de 04 palestras sobre NIT.
Câmpus Erechim	<ul style="list-style-type: none"> - realização da I Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão, da III Semana Acadêmica e da II Semana Técnica do IFRS; - promoção de 07 visitas técnicas dos discentes a empresas da região e de outros estados, envolvendo as áreas de Gestão e Negócios, Alimentos, Vestuário e Mecânica; - prestação de assistência estudantil através de Auxílios Alimentação, Moradia, Transporte e das Bolsas Permanência, objetivando evitar a evasão escolar; - ampliação da infraestrutura do Câmpus: aquisição de 10 novas salas de aula, 01 auditório para 200 pessoas e início das obras do bloco da Biblioteca e do bloco da Agroindústria; - aumento de 40% no número de bolsas de extensão, perfazendo um total de 07 bolsistas; - aumento de 433% no número de bolsas de pesquisa, perfazendo 16 bolsistas; - aumento de 50% no número de auxílio a pesquisadores; - cerca de 600 certificações de cursos e eventos, o que reflete no número de pessoas que foram beneficiadas pelas ações de extensão.
Câmpus Farroupilha	<ul style="list-style-type: none"> - implementação e consolidação do NAPNE e NEABI; - realização da Feira Tecnológica, Sarau no Câmpus e Ciclo de Palestras; - ofertas de cursos FIC destinados aos professores das redes públicas, municipal e estadual; - consolidação dos NDEs e Colegiados de Curso; - promoção de um curso de empreendedorismo para alunos; - realização da Semana Acadêmica Integrada do Câmpus; - realização de 17 visitas técnicas; - 07 projetos realizados com recursos do Fomento Interno; - 02 convênios com a Prefeitura Municipal de Farroupilha para dar suporte às ações de extensão e 16 convênios para realização de estágios.
Câmpus Feliz	<ul style="list-style-type: none"> - realização da I Mostra Técnica do Câmpus Feliz, com grande êxito, atraindo mais de 200 pessoas da comunidade local e de cidades próximas; - realização da Feira de Iniciação Científica; - implantação de Laboratório de Hardware e Redes; - realização de uma pesquisa de demanda com 600 pessoas para oferta de novos cursos junto a comunidade regional; - efetivação de convênio com a prefeitura de Pareci Novo para cursos da Bolsa-Formação do PRONATEC e pactuação para novos cursos com a prefeitura de Bom Princípio.
Câmpus Ibirubá	<ul style="list-style-type: none"> - aquisição de equipamentos para diversos laboratórios; - melhoria na infraestrutura de TI, com a adequação do CPD e cabeamento; - melhoria da infraestrutura para receber os alunos, aumentando a disponibilidade de equipamentos em laboratórios de ensino; - adequação na distribuição e otimização das atividades dos servidores; - promoção de atividades culturais; - realização de visitas técnicas;

	<ul style="list-style-type: none"> - realização de programas, projetos e outras ações de extensão.
Câmpus Osório	<ul style="list-style-type: none"> - 32 alunos foram beneficiados com bolsa estudantil; - 10 alunos foram beneficiados com bolsa auxílio permanência; - implantação do NEABI; - ampliação das ações do NAPNE e NEABI: APAE, Seminários, oficinas, etc.; - promoção da II MOEXP realizada num espaço público, no centro do município de Osório e a realização da Semana Acadêmica na Câmara Municipal de Osório; - maior integração com a comunidade externa, tendo em vista que a II MOEXP foi, fortalecendo a imagem do câmpus e ampliando parcerias; - realização de 08 projetos, 02 programas, 06 eventos e 15 cursos, sendo que, 22 são de fluxo contínuo e 09 com bolsa, totalizando mais de 1.800 participantes entre alunos e comunidade; - encaminhados e concluídos em torno de 70 estudantes para estágios; - 04 grupos de pesquisas e 19 linhas de atuação; - oferta de bolsas de Fomento Interno: 09 cotas (07 para ensino técnico e 02 para ensino superior); - 02 participações em eventos científicos internacionais; - 05 participações em eventos científicos regionais e nacionais; - o Câmpus foi agraciado com o troféu Pescador, no segmento de Gestão Pública, um prêmio importante e disputado pelos gestores públicos locais; - outros prêmios e conquistas: Destaque no VII Salão UFRGS jovem com bolsa CNPq na 27ª Mostra Internacional de Ciências e Tecnologia, credenciamento para o VII, Foro Internacional de Ciência e Ingeniería no Chile, em jornais locais, rádios, etc.
Câmpus Porto Alegre	<ul style="list-style-type: none"> - ampliação do número de bolsas através do NAAC; - implantação de equipamentos multimídia em todas as salas de aula; - consolidação do Conselho do Câmpus – CONCAMP, que tem a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e de zelar pela correta execução das políticas do IFRS; - realização de convênio com a Rede Nacional de Pesquisa para ingresso na RedeComep (Metropoa); - submissão à CAPES de proposta de Mestrado Profissional em “Educação, Tecnologia e Meio Ambiente”; - atendimento, através do Projeto Prelúdio, a mais de 250 estudantes em projetos de extensão, além de mais de 300 professores em programas de formação docente continuada, além da participação em dois cursos técnicos na área de música; - realização da Mostratec em parceria com a Pesquisa e com a Extensão; - implementação dos NDEs (Núcleo Docente Estruturante) dos cursos superiores e cursos técnicos; - incentivo a cooperação internacional do Câmpus Porto Alegre com o CEGEP Sherbrooke (Canadá), com a oferta do curso de Tecnologias para Web e Dispositivos móveis, com a participação de alunos canadenses em intercâmbio institucional; - formalização de 57 convênios de estágios nacionais com diversos setores (empresas, instituições, órgãos públicos, etc.).
Câmpus Restinga	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento socioeconômico e regional, e elevação da escolaridade da população local; - promoção do desenvolvimento técnico-científico e aproximação com a pesquisa, extensão e ensino; - fomento do processo ensino-aprendizagem e das práticas pedagógicas dos servidores do Câmpus; - criação do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas); - realização da II Mostra Científica e da Semana da Restinga Conseguimos, estabelecendo parcerias e fortalecendo as relações do Câmpus com a comunidade; - participação de aproximadamente 200 pessoas nos seminários e ciclos de palestras promovidos pelo NAPNE e NEABI; - participação de aproximadamente 40 servidores na III Semana Pedagógica; - realização de 16 projetos de extensão; - bolsas de fomento interno: 11 cotas (10 p/ ensino técnico e 01 p/ ensino superior); - bolsas de fomento externo: 09 cotas (06 PIBITI, 3 PIBIC-EM) e 01 cota (FAPERGS); - 06 participações em eventos científicos nacionais e internacionais; - 06 participações em eventos científicos regionais.
Câmpus Rio Grande	<ul style="list-style-type: none"> - finalização da estruturação do ginásio de esportes e a organização pela primeira vez, dos Jogos de Integração do IFRS - Câmpus Rio Grande (JIIF); - transição da biblioteca da FURG para o IFRS; - estruturação do NAPNE/NAS, que tiveram seus espaços ampliados (sala estruturada para o NAS) e foram adquiridos diversos materiais e equipamentos possibilitando a ampliação e a melhoria na qualidade do atendimento dos núcleos; - realização de uma mostra de Ações de Extensão oriundas de trabalhos que apresentam fomento interno e externo; - realização de projeto visando a área temática “Esporte e Lazer” com a comunidade local;

	<ul style="list-style-type: none"> - ampliação significativa na oferta de bolsas de assistência estudantil (na forma de auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-creche, auxílio a estudantes residentes em outro município, auxílio para material de ensino), possibilitando a participação de mais alunos; - resultados expressivos no ENEM, ficando o Câmpus com o 1º lugar entre as escolas públicas da cidade, em 7º lugar entre as escolas públicas no Rio Grande do Sul e conquistando o 1º lugar entre os Câmpus dos Institutos do RS; - finalização da estruturação do Anfiteatro.
Câmpus Sertão	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento do plano diretor do Câmpus, traçando diretrizes que deverão ser observadas pelas ações que serão desenvolvidas; - melhoria da formação dos alunos através de novas experiências de aprendizado proporcionadas pelas viagens e participações em eventos de cunho técnico; - implantação e desenvolvimento de cursos de licenciatura pelo PARFOR; - envolvimento das inúmeras comunidades vizinhas do IFRS – Câmpus Sertão na definição de seus novos cursos a serem oferecidos; - oferta da segunda turma do Curso Técnico em Comércio na modalidade PROEJA; - disponibilização de bolsas para pesquisa pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Técnico e Superior: 07 bolsas BICET (Bolsa de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Técnico) e 15 bolsas BICTES (Bolsa de Iniciação Científica e/ou Tecnológica no Ensino Superior); - oferta de Auxílios Institucionais à Produção Científica e/ou Tecnológica (AIPCT), com 05 projetos contemplados; - disponibilização de bolsas (02 cotas) para pesquisa pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) – FAPERGS; - disponibilização de bolsas (03 cotas) para pesquisa pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (PROBITI) – FAPERGS; - disponibilização de bolsas (06 cotas) para pesquisa pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; - disponibilização de bolsas (07 cotas) para pesquisa pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC-EM), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2012 - IFRS - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

2.2.2. Motivos e justificativas para a não execução de ações planejadas

Ao longo do exercício anterior, algumas ações e atividades previstas foram canceladas, ou adiadas, sendo a maioria por conta das seguintes situações:

- alteração do calendário acadêmico, por conta da greve dos servidores públicos federais;
- atraso na conclusão e entrega de obras;
- infraestrutura limitada e falta de espaço físico nas sedes provisórias;
- quantidade, ainda insuficiente, de recursos humanos;
- escassez de recursos financeiros para atender à demanda de expansão;
- atraso na execução do cronograma do concurso público para os docentes.

2.2.3. Desempenho quantitativo frente às ações planejadas

Quadro 08 - Plano de Ação 2012: Situação Final

ESTRUTURA / ÁREAS	TOTAL (Ações Planejadas)	CONCLUÍDA(s)	INICIADA(s)	ATRASADA(s) (Prevista p/ 2013)	CANCELADA(s)
Administração	328	150	81	48	49
Desenvolvimento Institucional	190	71	48	48	23
Ensino	405	192	123	49	41
Extensão	288	193	49	19	27
Pesquisa	177	98	39	17	23

TOTAL	1388	704	340	181	163
-------	------	-----	-----	-----	-----

Fonte: Relatórios de Ação e Resultados 2012 - IFRS - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Os gráficos a seguir demonstram - por área - a relação percentual entre as ações planejadas para o ano de 2012 e as suas respectivas situações finais.

■ CONCLUÍDAS ■ INICIADAS ■ ATRASADAS ■ CANCELADAS

Gráfico 04 – IFRS - Ações 2012

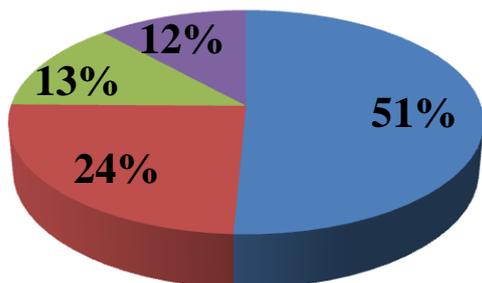


Gráfico 05 – Administração - Ações 2012

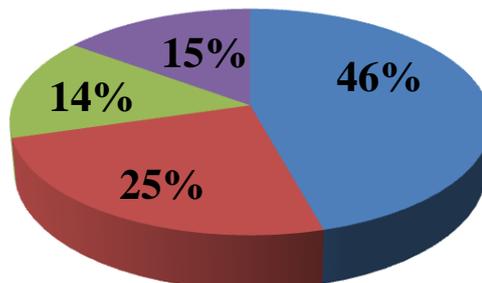


Gráfico 06 – Desenvolvimento Institucional – Ações 2012

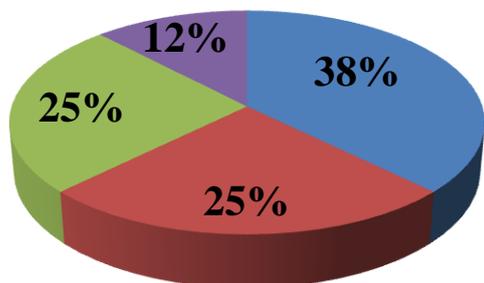


Gráfico 07 – Ensino - Ações 2012

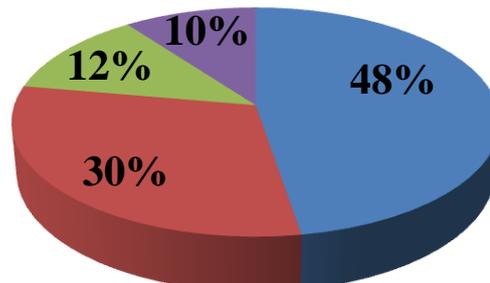


Gráfico 08 – Extensão - Ações 2012

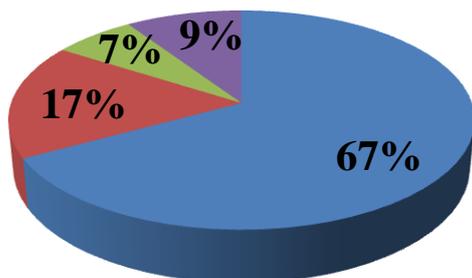
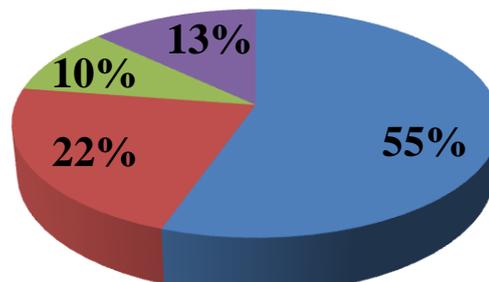


Gráfico 09 – Pesquisa - Ações 2012



3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012

3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O IFRS possui uma estrutura multicâmpus, conforme apresentado anteriormente. Em sua estrutura de governança, a instituição conta com órgãos de colegiados superiores, órgãos de controle, comitês e comissões. Os órgãos colegiados superiores da instituição são: Conselho Superior e Colégio de Dirigentes. Em cada câmpus da instituição se constitui um órgão colegiado, chamado Conselho de Câmpus.

Os documentos que determinam a estrutura de governança do IFRS estão publicados, conforme abaixo:

- **Estatuto do IFRS:** publicado no Diário Oficial União de 24 de agosto de 2009. Disponível em:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20091110105029906dou24ago2009_-_estatuto_do_ifrs.pdf

- **Regimento Geral do IFRS:** aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 064, de 23 de junho de 2010. Disponível em:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20107241783262regimento_geral_do_ifrs_05-08-2010.pdf

- **Regimento Interno da Reitoria do IFRS:** aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 020, de 17 de abril de 2012. Disponível em:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20124158422338regimento_reitoria.pdf

- **Regimento Interno do Conselho Superior do IFRS:** aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº. 065, de 23 de junho de 2010. Disponível em:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201075143332890regimento_interno_consul_04-08-2010.pdf

- **Regimento Interno do Colégio de Dirigentes do IFRS:** aprovado pela Resolução “Ad Referendum” nº 001, de 20/02/2009. Referendado pela Resolução do Conselho Superior nº 003, de 19/02/2010. Disponível em:

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010112172710623regimento_cd_final.pdf

A seguir, descreve-se de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação da estrutura de governança do IFRS:

a) Órgãos Colegiados:

O IFRS conta com dois órgãos colegiados institucionais. São eles:

1) **Conselho Superior (CONSUP)**, que trata-se do órgão máximo de caráter consultivo e deliberativo do IFRS, tendo sua composição e competência definidas nos artigos 8º e 9º do Estatuto Geral do IFRS e seu funcionamento definidos no Regimento Geral e no Regimento Interno. Conforme o artigo 10 de seu Regimento Interno, as atribuições do CONSUP são:

I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional;

II. deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal e dos Diretores-Gerais dos Campi, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;

III. aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;

IV. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;

- V. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VI. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- VIII. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal;
- IX. autorizar a criação e a alteração curricular de cursos de graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto Federal, bem como o registro de diplomas;
- X. extinguir cursos técnicos, de graduação e pós-graduação no âmbito do Instituto Federal.

2) **Colégio de Dirigentes (CD)**, que trata-se de órgão de caráter consultivo do IFRS, formado pelos Pró-Reitores, pelo Reitor e pelos Diretores Gerais dos Câmpus do IFRS. Conforme o artigo 4º de seu Regimento Interno, as competências do CD são:

- I – atuar como um dos órgãos superiores, de caráter consultivo, da administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, emitindo parecer sobre questões pertinentes à administração, ao planejamento, ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- II – propor ações para a melhoria da organização e do funcionamento do Instituto;
- III – propor ações para melhoria do processo ensino-aprendizagem nos cursos do Instituto;
- IV – elaborar, aprovar ou modificar o próprio Regimento, por maioria simples.

Além dos dois órgãos institucionais, cada Câmpus do IFRS possui constituído o seu Conselho de Câmpus. Esses órgãos colegiados dos câmpus são os órgãos máximos deliberativos em cada Câmpus e possuem regimentos internos construídos na comunidade acadêmica do Câmpus e aprovados pelo CONSUP.

b) Comitês:

O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com Comitês ligados às cinco áreas de gestão, sendo eles órgãos responsáveis por apoiar a gestão administrativa e acadêmica, nos termos do § 2º do artigo 7º do Estatuto do IFRS. Os comitês são formados por servidores da Reitoria e dos Câmpus, especializados nas áreas em que atuam e têm a atribuição de propor normativas, acompanhar e propor políticas e emitir pareceres sobre os temas de sua especialidade para subsidiar a gestão da instituição. O Regimento Geral do IFRS, no seu artigo 30, apresenta os seguintes comitês:

- I - Comitê de Administração (COAD): formado pelo Pró-Reitor de Administração, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos Câmpus;
- II - Comitê de Ensino (COEN): formado pelo Pró-Reitor de Ensino, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos Câmpus;
- III - Comitê de Extensão (COEX) formado pelo Pró-Reitor de Extensão, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos Câmpus;
- IV - Comitê de Pesquisa e Inovação (COPI): formado pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos Câmpus;
- I. Comitê de Desenvolvimento Institucional (CODI): formado pelo Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, diretorias sistêmicas da área e diretorias da área nos Câmpus;

c) Comissões:

O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com Comissões ligadas a áreas específicas, sendo elas órgãos responsáveis por apoiar a gestão administrativa e acadêmica, nos termos do § 2º do artigo 7º do Estatuto do IFRS. As comissões são formadas por servidores da Reitoria e dos Câmpus, especializados nas áreas em que atuam e têm atribuições definidas em seus regulamentos específicos. O Regimento Geral do IFRS, no seu artigo 30, apresenta as seguintes comissões:

I. Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): é um órgão consultivo, colegiado, independente e competente de assessoramento do CONSUP do IFRS para formulação, acompanhamento e execução da política de pessoal docente, estando a sua constituição documentada na Resolução nº 115, de 18 de dezembro de 2012, disponível em no endereço abaixo.

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201301775350552resolucao_115.pdf

II. Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (CIS): é um órgão consultivo, independente e competente de assessoramento do CONSUP, tendo como atribuições principais auxiliar a área de pessoal, bem como os servidores, quanto ao plano de carreira dos cargos Técnico-Administrativos em educação; fiscalizar e avaliar a implementação do plano de carreira (PCCTAE) no âmbito do IFRS e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do PCCTAE. O seu regimento interno aprovado pela Resolução nº 059, de 28 de agosto de 2012 e disponível no link abaixo.

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201291973118746anexo_da_resolucao_059_-_regimento_cis-2.pdf

Além das comissões apresentadas nos itens I e II, o IFRS possui também uma **Comissão Própria de Avaliação (CPA)**, prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. A CPA está instituída em nível institucional e há subcomissões próprias de avaliação (SPA). A CPA tem como objetivo assegurar o processo de avaliação da instituição, nas áreas acadêmica e administrativa, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e atua com autonomia, no âmbito de sua competência legal, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. O Regimento da CPA do IFRS pode ser encontrado no link abaixo.

http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2011612173349515regimento_cpa.pdf

Além das comissões apresentadas nos itens I e II, o IFRS possui também uma **Comissão Própria de Avaliação (CPA)**, prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. A CPA está instituída em nível institucional e há subcomissões próprias de avaliação (SPA). A CPA tem como objetivo assegurar o processo de avaliação da instituição, nas áreas acadêmica e administrativa, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e atua com autonomia, no âmbito de sua competência legal, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. O Regimento da CPA do IFRS pode ser encontrado no link abaixo.

Por fim, outras comissões podem ser constituídas no IFRS O IFRS, através do conselho superior e conforme suas necessidades específicas, com natureza normativa e consultiva e comissões técnicas e/ou administrativas, de caráter permanente ou provisório, em nível institucional e nos câmpus, através do conselho de câmpus, conforme redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 do Regimento Geral.

d) Auditoria interna:

O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com a Auditoria Interna, que, segundo o artigo 25 do Regimento Geral define a estrutura e as atribuições desse órgão. A Auditoria Interna é

dirigida por um Chefe nomeado pelo Reitor, sendo um órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitando-se a legislação vigente.

As principais competências relacionadas à área de Auditoria Interna são a análise dos procedimentos, rotinas e controles internos, avaliação da eficiência, eficácia e economia na aplicação e utilização dos recursos públicos, o exame dos registros contábeis quanto à sua adequação, o fortalecimento, racionalização e assessoramento da gestão no tocante às ações de controle, bem como a orientação dos diversos setores da Instituição, visando à eficiência e eficácia dos controles para melhor racionalização de programas e atividades.

e) Procuradoria Jurídica:

O IFRS conta, em sua estrutura de governança, com a Procuradoria Jurídica, que, conforme o artigo 27 do Regimento Geral, possui como finalidade a execução dos encargos de consultoria e assessoramento jurídicos, a defesa judicial e extrajudicial do IFRS, bem como o zelo pelo cumprimento das normas legais emanadas do poder público.

De acordo com o Regimento Interno da Reitoria, em seu artigo 9º, as principais atribuições da Procuradoria Jurídica são: assistir à Reitoria em questões referentes à legalidade dos atos a serem praticados, emitir parecer sobre processos licitatórios, contratos, convênios, procedimentos relativos à gestão de pessoas e outros assuntos que demandem análise jurídica, representar judicial e extrajudicialmente o IFRS, exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao IFRS, examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do IFRS os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados pela Instituição.

3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro 09 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		x			
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise Crítica:					
O IFRS está atuando na elaboração do seu plano de longo prazo, chamado PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional. Trata-se de um planejamento para cinco anos (de 2013 a 2017). Após a definição dos objetivos e metas para o longo prazo, será realizado um diagnóstico dos riscos de origem interna e externa, relacionados aos processos estratégicos, avaliando-se a probabilidade de ocorrência e a adoção de medidas para mitigá-los.					
Quanto a normativos relacionados às atividades de guarda de estoques e inventário de bens, o IFRS, através do Comitê de Administração - COAD, trabalhou em sua elaboração no exercício 2012 e elaborou uma minuta da Instrução Normativa que deverá ser aprovada pela Reitora em 2013.					
Para analisar os quesitos foi realizada reunião com representantes das áreas de administração, desenvolvimento institucional, da extensão, de licitações e contratos, da auditoria e da gestão de pessoas, onde cada quesito era lido e debatido com os presentes.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Em atendimento aos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1043/2007, cabe referir que o controle dos procedimentos administrativos disciplinares vem sendo regularmente efetuado pela Instituição através do lançamento das informações pertinentes no sistema CGU/PAD, por servidor habilitado junto ao sistema, estando o quantitativo de processos instaurados em 2012 representado através da tabela e dados abaixo:

Quadro 10 - Processos Instaurados em 2012

Nº processo principal	Data situação	Tipo processo
23361000199201214	18/06/2012	Rito Sumário (8112/90)
23365000125201248	20/07/2012	Proc Adm Disciplinar
23365000186201213	20/10/2012	Proc Adm Disciplinar
23366000136201218	29/06/2012	Rito Sumário (8112/90)
23367000071201217	04/05/2012	Sindicância
23371000100201265	30/04/2012	Sindicância
23371000149201218	30/04/2012	Sindicância
23371000229201192	30/04/2102	Sindicância
23419001213201294	06/09/2012	Sindicância
23419001608201297	03/12/2012	Sindicância
23419001648201239	19/11/2012	Sindicância

- Total de Processos Administrativos Disciplinares: 02

- Total de Ritos Sumários: 02

- Total de Sindicâncias: 07

Fonte: Sistema CGU/PAD

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012

4.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

4.1.1. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 11 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Quadro 11.1

Identificação da Ação						
Código	20RG					
Descrição	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.800.000,00	31.521.207,00	20.680.304,21	2.268.998,39		18.411.305,82	1.844.379,02
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
3	Construção, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios pelas Instituições vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 11.892/08 e o Termo de Acordo de Compromissos e Metas.	Vaga disponibilizada	450	2.031	10.800.000,00	1.844.379,02

Quadro 11.2

Identificação da Ação	
Código	20RJ
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica

Iniciativa	02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.107.343,00	238.071,00	63.368,00	48.310,90		15.057,10	45.457,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, considerando o currículo de educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.	Pessoa beneficiada	1.886	541	1.107.343,00	45.457,04

Quadro 11.3

Identificação da Ação			
Código	20RL		
Descrição	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica		
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.		
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul		
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
43.126.271,00	40.306.750,00	33.654.383,42	24.051.378,37		9.603.005,05	22.304.614,91
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
6	Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.	Aluno Matriculado	9.825	12.657	43.126.271,00	22.304.614,91

Quadro 11.4

Identificação da Ação						
Código	2994					
Descrição	Assistência ao Educando da Educação Profissional					
Iniciativa	02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.699.586,00	3.711.123,00	3.241.798,83	3.145.947,36		95.851,47	2.987.254,10
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

6	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.	Aluno assistido	8.681	2.564	3.699.586,00	2.987.254,10
---	--	-----------------	-------	-------	--------------	--------------

Quadro 11.5

Identificação da Ação						
Código		6358				
Descrição		Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional				
Iniciativa		02B3 - Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.				
Unidade Responsável		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul				
Unidade Orçamentária		26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
242.000,00	242.000,00	242.000,00	181.152,00		60.848,00	181.152,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2	Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na educação profissional.	Pessoa capacitada	16	16	242.000,00	181.152,00

O Programa Temático é aquele que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade.

No ano de 2012, o Instituto foi responsável por ações governamentais vinculadas a esse programa, quais sejam: 20RG – Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica; 20RL - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica; 6358 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional.

As ações, de um modo geral, atingiram suas metas e os recursos aplicados garantiram a ampliação do número de vagas ofertadas, a melhoria e manutenção dos espaços físicos, a permanência dos alunos na escola e a capacitação dos profissionais que atuam na área da educação, apesar do contingenciamento do orçamento do custeio em 7% do previsto inicialmente.

Na ação 20RG as metas físicas superaram a previsão inicial, eis que as 450 vagas previstas referiam-se àquela a serem ofertadas pelos três novos Câmpus da Expansão Fase III. A doação dos terrenos onde serão implantados os Câmpus Alvorada e Vacaria foram efetivadas no final de 2012, porém são fração ideal de um todo maior, devendo ser providenciado o desmembramento e abertura de nova matrícula. A doação do terreno do Câmpus Viamão não foi concretizada nesse ano. Além disso, não foram concluídos os projetos de engenharia necessários para abertura do processo licitatório. Com isso, restaria prejudicada a ação.

Em 26 de julho de 2012, a SETEC/MEC lançou o Edital 01/2012, com o objetivo de proporcionar apoio à Reestruturação da Rede Federal da EPT, sendo o IFRS contemplado com R\$ 11.657.514,19 (onze milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e quatorze reais e dezenove centavos), os quais seriam utilizados na construção de salas de aula, bibliotecas, almoxarifado, convivência, sistema de cabos de distribuição e aquisição de equipamentos para laboratórios.

Devido ao atraso de alguns processos licitatórios, grande parte dos recursos seria devolvida. Então, a SETEC autorizou a utilização dos recursos da Expansão Fase III para atender as demandas do IFRS, mediante a devolução dos recursos do edital. Com isso, conseguimos maior prazo para empenho e a meta física ultrapassou o previsto inicialmente.

Os recursos destinados a ação 20RJ foram remanejados, na sua maioria, para a ação 20RL, visando utilizar os recursos orçamentários de acordo com a finalidade estabelecida para ação. Com isso, a meta física prevista restou prejudicada.

Na ação 20RL, a meta física foi superada com ações voltadas ao funcionamento dos cursos oferecidos. A meta prevista de 9825 alunos chegou a 12657, sobretudo como resultado das ações de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, configuradas através de investimentos em novos espaços pedagógicos como salas de aula e laboratórios. Outro importante elemento que contribuiu para o crescimento positivo do número de matrículas no IFRS, foi o lançamento de editais de programas especiais por parte da Secretaria Nacional de Educação Profissional e Tecnologia - SETEC-MEC. Os programas Mulheres Mil e E-Tec Brasil, dependem basicamente da adesão das unidades do IFRS, com base na disponibilidade de servidores para atender as demandas de forma qualificada. Neste sentido, os números finais de matrículas obtidas estão diretamente ligados ao aumento do número de servidores, o que ocorreu tanto com docentes quanto para técnicos-administrativos, além da disposição dos câmpus em aderirem aos projetos voltados à inclusão social.

É importante ressaltar que a demanda social pela criação de cursos para atender o mundo do trabalho influenciou a abertura de novas vagas, proporcionando o aumento indicado nesta análise.

A meta física prevista para a ação de assistência ao educando foi lançada equivocadamente, considerando quase que a totalidade dos alunos da Instituição. No entanto, os benefícios foram concedidos apenas aos alunos que atenderam requisitos estabelecidos em edital, ocasionando uma grande diferença entre a meta prevista e a realizada. No entanto, os objetivos da ação foram alcançados, sendo os beneficiários atendidos com auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio transporte e outros benefícios típicos da assistência.

Já as metas da ação de capacitação foram atingidas em sua integralidade, proporcionando a 16 servidores do IFRS um Curso de Doutorado em Educação.

O IFRS recebeu crédito suplementar, decorrente do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, que totalizou o montante de R\$ 1.397.827,00 (um milhão, trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e sete reais) na ação 20RL e de R\$ 73.698,00 (setenta e três mil, seiscentos e noventa e oito reais) na ação 20RJ, ambos alterados posteriormente para a ação 20RG.

Houve também, no dia 28 de dezembro, abertura de crédito extraordinário de investimento ao IFRS, conforme Medida Provisória 598/12, no montante de R\$ 10.729.659,00 (dez milhões, setecentos e vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove reais) para a ação 20RG; R\$ 2.066.752,00 (dois milhões, sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta e dois reais), para a ação

20RL e R\$ 11.537,00 (onze mil, quinhentos e trinta e sete reais) para a ação 2994. Cabe destacar que os mesmos foram bloqueados pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF, não sendo disponibilizado para utilização do IFRS.

Os restos a pagar, principalmente os não processados, contribuíram para a expansão e reestruturação do Instituto, eis que os valores de maior vulto inscritos referem-se a obras em andamento e aquisição de equipamentos e mobiliários para os Câmpus e Reitoria.

4.1.2. Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Quadro 12 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Quadro 12.1

Identificação da Ação						
Código	2004					
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes					
Iniciativa	não há					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.500.000,00	1.745.291,00	1.737.455,44	1.737.455,44			1.737.455,44
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.	Pessoa beneficiada	1.316	1.673	1.500.000,00	1.745.291,00

Quadro 12.2

Identificação da Ação	
Código	2010
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
Iniciativa	não há
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
144.000,00	163.000,00	156.091,00	156.091,00			156.091,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.	Criança atendida	148	181	144.000,00	156.091,00

Quadro 12.3

Identificação da Ação						
Código	2011					
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados					
Iniciativa	não há					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
972.000,00	1.102.000,00	996.420,17	996.420,17			996.420,17
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.	Servidor beneficiado	526	292	972.000,00	996.420,17

Quadro 12.4

Identificação da Ação	
Código	2012
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Iniciativa	não há					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.780.000,00	4.350.000,00	4.350.000,00	4.350.000,00			4.350.000,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.	Servidor beneficiado	1.036	1.253	3.780.000,00	4.350.000,00

Quadro 12.5

Identificação da Ação						
Código	20CW					
Descrição	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos					
Iniciativa	não há					
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Unidade Orçamentária	26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
67.615,00	67.615,00					
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.	Servidor beneficiado	376		67.615,00	

Quadro 12.6

Identificação da Ação	
Código	4572
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Iniciativa	Não há
Unidade Responsável	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Unidade Orçamentária		26419 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
661.609,00	791.637,00	472.085,19	454.280,34		17.804,85	446.605,89
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.	Servidor Capacitado	400	652	661.609,00	446.605,89

O Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Vinculadas a esse Programa, estavam sob responsabilidade do IFRS, no ano de 2012 as ações: 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados; 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados; 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados; 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos e 4572- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Na ação de capacitação de servidores a meta física foi superada de forma significativa. Podemos evidenciar como causa, o empenho da administração em capacitar os seus servidores com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho. Foi ofertado curso de Gestão Pública, com a utilização do ambiente virtual, o que possibilitou a capacitação de considerável número de servidores. Além desse, foram ministrados cursos de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia; Gestão e Fiscalização de Contratos, Contratação de Bens e Serviços de TI, a Legislação de Pessoal como Instrumento de Gestão, Curso SIAPE Cadastro e SIAPE Folha, Retenção de Tributos, com turmas fechadas que contemplaram a participação de servidores de todos os Câmpus do IFRS. Também houveram a participação de servidores em cursos de Elaboração do Plano Anual de Capacitação; de Gestão de Pessoas – Fundamentos e Tendências; Gestão por Competências; Auditoria e Controles Internos Governamentais; Aposentadorias e Pensões; Reforma da Previdência; Metodologia e Planejamento de Auditoria de Riscos; na IX Semana de Administração Orçamentária e Financeira e de Contratações Públicas; no 5º Congresso Internacional de Inovação – Economia Criativa – Ideias e Ideias Gerando Riquezas, dentre outros.

Cabe destacar o aporte de recursos de investimento nesta ação, decorrente do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, que totalizou o montante de R\$ 157.778,00 (cento e cinquenta e sete mil, setecentos e setenta e oito reais).

A execução dos recursos da ação 20CW restou prejudicada pois a empresa contratada para realizar os exames não aceitou a renovação do contrato, sendo portanto necessário novo processo licitatório, após o levantamento das demandas necessárias. Optou-se pelo processo de “carona” em ata de registro de preços de outro Órgão, cujos trâmites demoraram além do previsto. Além disso, a servidora que estava realizando o acompanhamento desse processo pediu exoneração do cargo e, não havia disponibilidade de servidores para desempenhar tal tarefa. Diante dos fatos, a execução da ação foi transferida para 2013.

A superação das metas previstas nas ações 2004, 2010 e 2012 justificam-se pelo ingresso de novos servidores durante o exercício.

Os recentes reajustes dos vencimentos básicos contribuíram significativamente na redução do número de servidores que solicitam o auxílio transporte, tendo em vista que a parcela de contribuição do mesmo (6% do vencimento básico do cargo) é muitas vezes superior ao gasto efetivo auferido com o transporte.

Não houve reflexos dos restos a pagar na execução do programa, pois não havia inscrição de valores nessas ações.

4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro 13 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Reitoria - IFRS	26419	158141
Câmpus Porto Alegre	26419	158261
Câmpus Rio Grande	26419	158262
Câmpus Sertão	26419	158263
Câmpus Bento Gonçalves	26419	158264
Câmpus Canoas	26419	158265
Câmpus Erechim	26419	158325
Câmpus Restinga	26419	158326
Câmpus Osório	26419	158327
Câmpus Caxias do Sul	26419	158328

4.2.2. Programação de Despesas

Quadro 14 – Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes (Valores em R\$ 1,00)						
		Pessoal e Encargos Sociais		Juros e Encargos da Dívida		Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	91.529.762,00	48.396.952,00	-	-	42.683.200,00	29.479.947,00	
	PLOA	91.529.762,00	48.396.952,00	-	-	42.683.200,00	29.479.947,00	
	LOA	91.529.762,00	48.396.952,00	-	-	42.683.200,00	29.479.947,00	
CRÉDITOS	Suplementares	17.840.000,00	46.634.142,00	-	-	3.762.410,00	3.245.000,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	1.380,00	19.356,00	-	-	7.140.261,00	1.221.484,00		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		109.368.382,00	95.011.738,00	-	-	39.305.349,00	31.503.463,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro 15 – Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesa de Capital (Valores em R\$ 1,00)
-----------------------------------	--

		Investimentos		Inversões Financeiras		Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	23.475.165,00	36.371.899,00	-	-	-	-	
	PLOA	23.475.165,00	36.371.899,00	-	-	-	-	
	LOA	23.475.165,00	36.371.899,00	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	10.537.422,00	1.583.484,00	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	12.897.115,00	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	1.829.249,00	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		45.080.453,00	37.955.383,00	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro 16 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência - Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	134.212.962,00	77.876.899,00	23.475.165,00	36.371.899,00	-	-	
	PLOA	134.212.962,00	77.876.899,00	23.475.165,00	36.371.899,00	-	-	
	LOA	134.212.962,00	77.876.899,00	23.475.165,00	36.371.899,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	21.602.410,00	49.879.142,00	10.537.422,00	1.583.484,00	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	12.897.115,00	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	7.141.641,00	1.240.840,00	1.829.249,00	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		148.673.731,00	126.515.201,00	45.080.453,00	37.955.383,00	-	-	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Ao proceder a análise da programação orçamentária do Instituto, verificamos que houve compatibilidade dos limites orçamentários estabelecidos pelos órgãos envolvidos na gestão do sistema orçamentário, em relação às necessidades de crédito do Instituto, para cumprimento da programação de trabalho, exceto pessoal e encargos sociais, que necessitou de créditos suplementares de R\$ 1.750.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta mil) para a ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais; de R\$ 13.990.000,00 (treze milhões, novecentos e noventa mil)

na ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União e de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil) na ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

Os valores constantes na proposta elaborada pelo Instituto foram os mesmos do Projeto de Lei Orçamentária e na dotação aprovada pelo Congresso Nacional.

A suplementação de recursos para custeio é oriunda de alterações orçamentárias realizadas, superávit financeiro apurado no balanço patrimonial e de complementação de valores destinados às ações 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados e 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.

Verificamos que houve alterações relevantes no grupo de despesas correntes em relação às dotações anteriores, que se justifica pelo processo de expansão do IFRS.

Os recursos de capital sofreram uma redução de 35,46% em relação ao ano anterior. Tal fato justifica-se, pois em 2011 o orçamento para Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica constava na LOA, no montante de R\$ 32.369.995,00 (trinta e dois milhões, trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais), destinados para aplicação do IFRS. No ano de 2012, a SETEC/MEC destinou inicialmente R\$ 12.800.000,00 (doze milhões e oitocentos mil reais) para construção de novos Câmpus do IFRS e optou por distribuir o restante dos recursos através de edital para apoio a reestruturação.

Houve a abertura de crédito extraordinário de investimento ao IFRS, conforme Medida Provisória 598/12, no montante de R\$ 12.897.115,00 (doze milhões, oitocentos e noventa e sete mil, cento e quinze reais) os quais foram bloqueados pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF, não sendo disponibilizado para utilização do IFRS.

A suplementação de recursos é oriunda de alterações orçamentárias realizadas e superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior.

Importante salientar que os valores apresentados nos quadros refletem o orçamento aprovado e não o efetivamente disponibilizado ao IFRS, tendo em vista que houve contingenciamento de 7% do orçamento destinado a outras despesas correntes (exceto despesas com benefícios), que não está demonstrado.

4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 17 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes (Valores em R\$ 1,00)		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158141	158261	12363203163800001			50.946,27
	Concedidos	158141	158264	12363203163800001			223.559,66
	Concedidos	158141	158265	12363203163800001			21.600,00
	Concedidos	158141	158325	12363203163800001			82.855,72
	Concedidos	158141	158326	12363203163800001			22.160,71
	Concedidos	158141	158327	12363203163800001			10.605,59
	Concedidos	158141	158328	12363203163800001			37.683,64
	Concedidos	158141	158263	12306203087440001			31.025,00
	Concedidos	158141	158264	12306203087440001			530,86
	Concedidos	158141	158265	12306203087440001			15.253,73
	Concedidos	158141	158326	12306203087440001			10.022,31
	Concedidos	158141	158327	12306203087440001			6.860,00
	Concedidos	158141	158328	12306203087440001			8.819,94
	Concedidos	158141	158261	12363203120RW0001			643.713,20
	Concedidos	158141	158263	12363203120RW0002			690.973,35
	Concedidos	158141	158264	12363203120RW0003			111.728,65
	Concedidos	158141	158265	12363203120RW0004			22.295,89
	Concedidos	158141	158325	12363203120RW0005			71.880,84
	Concedidos	158141	158326	12363203120RW0006			12.293,68
	Concedidos	158141	158327	12363203120RW0007			21.080,60

	Concedidos	158141	158262	12363203182520001			4.940,08
	Concedidos	158141	158264	04126203848380001			6.200,00
	Concedidos	158141	158326	04126203848380001			2.600,00
	Concedidos	158141	158264	19572202120950001			301.860,00
	Concedidos	90033	90051	28846090100050043	18.709,10		
	Concedidos	90033	90051	28846090100G50001	2.210,00		
	Concedidos	201002	201005	12128210945720043			2.495,20
	Concedidos	158141	158261	12128210945720043			35.282,49
	Concedidos	158141	158262	12128210945720043			14.177,46
	Concedidos	158141	158263	12128210945720043			22.388,14
	Concedidos	158141	158264	12128210945720043			6.673,30
	Concedidos	158141	158265	12128210945720043			5.325,00
	Concedidos	158141	158325	12128210945720043			20.759,83
	Concedidos	158141	158326	12128210945720043			1.560,00
	Concedidos	158141	158327	12128210945720043			15.440,46
	Concedidos	158141	158328	12128210945720043			10.667,87
	Concedidos	158141	158261	12363203120RL0043			2.430.837,59
	Concedidos	158141	158262	12363203120RL0043			2.207.868,73
	Concedidos	158141	158263	12363203120RL0043			3.523.195,10
	Concedidos	158141	158264	12363203120RL0043			3.323.282,12
	Concedidos	158141	158265	12363203120RL0043			1.322.934,33
	Concedidos	158141	158325	12363203120RL0043			913.035,82
	Concedidos	158141	158326	12363203120RL0043			1.064.052,12
	Concedidos	158141	158327	12363203120RL0043			858.729,22
Concedidos	158141	158328	12363203120RL0043			1.238.050,95	
Concedidos	158141	158261	12363203129940043			618.265,01	
Concedidos	158141	158262	12363203129940043			689.049,20	

	Concedidos	158141	158263	12363203129940043			525.630,00
	Concedidos	158141	158264	12363203129940043			444.435,39
	Concedidos	158141	158265	12363203129940043			98.015,27
	Concedidos	158141	158325	12363203129940043			155.400,00
	Concedidos	158141	158326	12363203129940043			106.966,55
	Concedidos	158141	158327	12363203129940043			78.338,98
	Concedidos	158141	158328	12363203129940043			106.101,08
	Concedidos	158141	158261	12368203020RJ0043			6.310,11
	Concedidos	158141	158264	12368203020RJ0043			41.750,00
	Concedidos	158141	158327	12368203020RJ0043			529,20
	Recebidos	158264	158141	12128210945720043			2.183,30
	Recebidos	158327	158141	12128210945720043			873,32
Movimentação Externa	Concedidos	158141	90033	28846090100050043	18.710,00		
	Concedidos	158141	90033	28846090100G50001	2.210,00		
	Concedidos	158263	158125	12128210945720043			15.577,94
	Concedidos	158141	153114	12128210945720043			2.495,20
	Concedidos	158141	170176	12128210945720043			12.482,42
	Concedidos	158141	201002	12128210945720043			2.495,20
	Concedidos	158262	154042	12363203120RL0043			10.050,93
	Recebidos	26101	158141	12122210920RH0001			5.240,15
	Recebidos	26101	158141	12306210920120053			11.337,56
	Recebidos	26101	158141	12363203163800001			619.707,06
	Recebidos	26241	158141	12128210945720041			360,00
	Recebidos	26244	158141	12128210945720043			1.080,00
	Recebidos	26247	158141	12128210945720043			240,00
	Recebidos	26273	158141	12364203220RK0043			5.766,87
Recebidos	26278	158141	12128210945720043			240,00	

	Recebidos	26284	158141	12364203220RK0043			738,45
	Recebidos	26291	158141	12368203020RJ0001			37.239,21
	Recebidos	26291	158264	12368203020RJ0001			17.042,00
	Recebidos	26298	158141	12306203087440001			121.737,17
	Recebidos	26298	158141	12363203120RW0001			3.861.901,09
	Recebidos	26298	158141	12363203182520001			6.061,87
	Recebidos	26436	158141	12363203120RL0043			360,00
	Recebidos	26438	158141	12128210945720042			240,00
	Recebidos	47101	158141	04126203848380001			8.800,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital (Valores em R\$ 1,00)		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	158141	158261	12363203120RG0001	311.883,96		
	Concedidos	158141	158262	12363203120RG0002	521.216,53		
	Concedidos	158141	158325	12363203120RG0003	1.391.139,15		
	Concedidos	158141	158261	12363203163800001	708.124,55		
	Concedidos	158141	158325	12363203163800001	5.211,96		
	Concedidos	158141	158262	12363203182520001	37.579,41		
	Concedidos	158141	158325	12363203120RG0001		3.700.000,00	
	Concedidos	158141	158261	12363203120RG0043	140.547,19		
	Concedidos	158141	158262	12363203120RG0043	3.426.212,01		
	Concedidos	158141	158263	12363203120RG0043	4.105.968,30		
	Concedidos	158141	158264	12363203120RG0043	2.071.976,11		
	Concedidos	158141	158265	12363203120RG0043	2.225.541,97		
	Concedidos	158141	158325	12363203120RG0043	963.977,23		
	Concedidos	158141	158326	12363203120RG0043	882.349,65		
	Concedidos	158141	158327	12363203120RG0043	701.452,26		
Concedidos	158141	158328	12363203120RG0043	3.065.558,98			

	Concedidos	158141	158261	12363203120RL0043	470.187,82		
	Concedidos	158141	158262	12363203120RL0043	1.008.309,68		
	Concedidos	158141	158263	12363203120RL0043	1.507.688,17		
	Concedidos	158141	158264	12363203120RL0043	1.267.492,97		
	Concedidos	158141	158265	12363203120RL0043	605.224,86		
	Concedidos	158141	158325	12363203120RL0043	987.496,87		
	Concedidos	158141	158326	12363203120RL0043	799.576,14		
	Concedidos	158141	158327	12363203120RL0043	369.798,11		
	Concedidos	158141	158328	12363203120RL0043	428.434,40		
	Concedidos	158141	158261	12368203020RJ0043	11.766,99		
	Concedidos	158141	158327	12368203020RJ0043	3.011,70		
Movimentação Externa	Recebidos	24901	158141	19572202120950001	301.860,00		
	Recebidos	26101	158141	12363203120RG0001	2.224.239,64		
	Recebidos	26101	158141	12363203163800001	819.641,41		
	Recebidos	26291	158141	12368203020RJ0001	4.334,50		
	Recebidos	26298	158141	12363203182520001	37.579,41		
	Recebidos	26101	158141	12363203120RG0001		3.700.000,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa

Quadro 18 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	20.298.623,50	19.874.234,56	18.457.398,01	18.400.576,89
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	1.094.744,65	284.677,54	739.525,41	284.677,54
c) Concorrência	755.958,04	2.099.094,06	745.395,58	1.904.426,64
d) Pregão	18.447.920,81	17.490.462,96	16.972.477,02	16.211.472,71
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	3.398.008,22	3.051.504,33	3.236.130,70	2.938.486,91
g) Dispensa	2.388.518,68	2.452.642,50	2.284.049,08	2.364.364,56
h) Inexigibilidade	1.009.489,54	598.861,83	952.081,62	574.122,35
3. Regime de Execução Especial	26.442,51	18.831,76	26.442,51	18.831,76
i) Suprimento de Fundos	26.442,51	18.831,76	26.442,51	18.831,76
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	114.696.028,39	101.920.887,52	114.694.905,71	101.920.814,32
j) Pagamento em Folha	113.824.581,59	101.196.668,96	113.824.581,59	101.196.668,96
k) Diárias	871.446,80	724.218,56	870.324,12	724.145,36
5. Outros	4.770.968,99	3.386.719,55	4.434.590,28	3.339.462,01
6. Total (1+2+3+4+5)	143.190.071,61	128.252.177,72	140.849.467,21	126.618.171,89

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro 19 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

DESPESAS CORRENTES (Valores em R\$ 1,00)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal	105.742.097,64	94.104.679,10	105.742.097,64	94.104.679,10	-	-	105.742.097,64	94.104.679,10
Vencimentos e Vantagens fixas - pessoal civil	72.679.582,02	66.623.351,76	72.679.582,02	66.623.351,76	-	-	72.679.582,02	66.623.351,76
Obrigações Patronais	15.681.664,99	13.881.096,13	15.681.664,99	13.881.096,13	-	-	15.681.664,99	13.881.096,13
Aposent.RPPS, Reser. Remuner e Refor.Militar	10.129.617,93	8.734.600,16	10.129.617,93	8.734.600,16	-	-	10.129.617,93	8.734.600,16
Demais elementos do grupo	7.251.232,70	4.865.631,05	7.251.232,70	4.865.631,05	-	-	7.251.232,70	4.865.631,05
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	34.031.364,03	28.182.615,71	30.842.635,28	24.760.482,42	3.188.728,75	3.422.133,29	29.629.123,04	24.136.673,22
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	14.981.039,13	11.432.491,33	13.233.070,61	9.318.771,36	1.747.968,52	2.113.719,97	12.569.617,76	8.996.292,62
Auxílio-Alimentação (2012) /Material de consumo (2011)	4.350.000,00	4.334.493,02	4.350.000,00	3.253.706,40	-	1.080.786,62	4.350.000,00	2.997.740,37
Auxílio Financeiros a Estudantes (2012) / Auxílio Alimentação (2011)	3.901.285,65	3.875.022,11	3.827.873,15	3.875.022,11	73.412,50	-	3.619.109,86	3.875.022,11
Demais elementos do grupo	10.799.039,25	8.540.609,25	9.431.691,52	8.312.982,55	1.367.347,73	227.626,70	9.090.395,42	8.267.618,12
Totais	139.773.461,67	122.287.294,81	136.584.732,92	118.865.161,52	3.188.728,75	3.422.133,29	135.371.220,68	118.241.352,32
DESPESAS DE CAPITAL (Valores em R\$ 1,00)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos	31.620.482,23	25.955.202,51	6.605.338,69	9.387.016,20	25.015.143,54	16.568.186,31	5.478.246,53	8.376.819,57
Equip. e Material Permanente (2012) / Obras e Instalações (2011)	18.472.772,18	13.352.152,60	4.865.405,99	2.257.014,66	13.607.366,19	11.095.137,94	4.107.882,87	2.062.347,24
Obras e Instalações (2012) / Equip. e Material Permanente (2011)	12.930.811,32	12.325.389,02	1.669.472,21	6.941.805,49	11.261.339,11	5.383.583,53	1.303.690,51	6.126.276,28

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	216.898,73	277.660,89	70.460,49	188.196,05	146.438,24	89.464,84	66.673,15	188.196,05
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	31.620.482,23	25.955.202,51	6.605.338,69	9.387.016,20	25.015.143,54	16.568.186,31	5.478.246,53	8.376.819,57

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro 20 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação - Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	2.017.806,42	779.780,79	1.691.966,08	641.748,77
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	466.025,94	-	466.025,94	-
c) Concorrência	168.192,59	-	-	-
d) Pregão	1.383.587,89	779.780,79	1.225.940,14	641.748,77
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (g+h)	3.850.511,28	48.137,63	3.796.442,89	44.718,23
g) Dispensa	3.844.035,44	20.297,63	3.789.967,05	18.188,23
h) Inexigibilidade	6.475,84	27.840,00	6.475,84	26.530,00
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
i) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	46.818,68	15.066,78	45.975,14	15.066,78
j) Pagamento em Folha	17.602,88	-	17.602,88	-
k) Diárias	29.215,80	15.066,78	28.372,26	15.066,78
5. Outros	2.409.206,56	412.877,10	1.980.220,35	412.525,10
6. Total (1+2+3+4+5)	8.324.342,94	1.255.862,30	7.514.604,46	1.114.058,88

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro 21 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES (Valores em R\$ 1,00)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	-	87.200,86	-	87.200,86	-	-	-	87.200,86
Obrigações Patronais	-	87.200,86	-	87.200,86	-	-	-	87.200,86
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	4.698.091,43	812.910,96	3.507.886,90	616.960,31	1.190.204,53	195.950,65	2.918.468,01	547.186,18
Outros Auxílios Financ. a PF (2012) / Aux. Financ.a Estudantes (2011)	1.562.456,00	210.360,00	1.067.522,00	210.360,00	494.934,00	-	804.388,50	210.360,00
Auxílio Financeiro a estudantes (2012) / Outros Serv.Terc. PJ (2011)	870.823,23	170.383,30	770.991,69	41.980,57	99.831,54	128.402,73	734.830,78	41.760,19
Outros Serviços de Terceiros PJ (2012) / Aux.Financ.a Pesquisador (2011)	797.955,38	110.100,00	613.832,58	110.100,00	184.122,80	-	494.212,51	110.100,00
Demais elementos do grupo	1.466.856,82	322.067,66	1.055.540,63	254.519,74	411.316,19	67.547,92	885.036,22	184.965,99
Totais	4.698.091,43	900.111,82	3.507.886,90	704.161,17	1.190.204,53	195.950,65	2.918.468,01	634.387,04
DESPESAS DE CAPITAL (Valores em R\$ 1,00)								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	3.387.654,96	7.555.378,87	1.116.456,04	652.043,78	2.271.198,92	6.903.335,09	896.136,45	580.014,49
Equip. e Material Permanente(2012) / Obras e Instalações (2011)	1.742.484,75	4.430.510,82	412.406,64	-	1.330.078,11	4.430.510,82	360.279,64	-
Obras e Instalações (2012) / Equip. e Mat. Permanente (2011)	1.645.170,21	3.124.868,05	704.049,40	652.043,78	941.120,81	2.472.824,27	535.856,81	580.014,49
5 – Inversões Financeiras	3.700.000,00	-	3.700.000,00	-	-	-	3.700.000,00	-
Aquisição de Imóveis	3.700.000,00	-	3.700.000,00	-	-	-	3.700.000,00	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	7.087.654,96	7.555.378,87	4.816.456,04	652.043,78	2.271.198,92	6.903.335,09	4.596.136,45	580.014,49

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Reflexo da expansão, novas contratações de pessoal foram realizada para suprir a necessidades do IFRS, crescendo em R\$ 11.637.418,54 (onze milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) as despesas de pessoal, destacando como mais relevantes os vencimentos e vantagens fixas pessoal civil, obrigações patronais e aposentadorias.

Alterações significativas ocorreram também no grupo 3 – Outras Despesas Correntes, crescendo o valor empenhado em 20,75% em relação ao ano de 2011, apesar do contingenciamento do orçamento em 7% e do remanejamento de recursos de custeio para investimento. A contratação de outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica – 339039 - destaca-se como elemento de despesa com maior valor empenhado, tendo em vista o alto custo de terceirização de pessoal para atender serviços de apoio à realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional, conforme Decreto nº 2.271/97, tais como vigilância, limpeza, cozinheira, serviços de apoio a agricultura, etc. Em seguida, temos o elemento material de consumo – 339030, cujos empenhos são destinados a aquisição de materiais para manutenção das atividades da Instituição, tais como expediente, limpeza, alimentação de alunos, alimentos para animais, etc. Juntos esses dois elementos de despesa, representam 56,80 % do total empenhado nesse grupo, pois essas são as despesas que garantem a manutenção efetiva da instituição.

Em relação ao grupo 4 – Investimentos - nota-se um acréscimo de 21,83% no total empenhado, sendo que o elemento de despesa 449052 – Equipamentos e Material Permanente - sofreu a variação mais significativa, com acréscimo de 38%. Os valores investidos em obras mantiveram a proporção do ano anterior, sendo possível empenhar com esse recurso as obras de adequação da rede elétrica de média e baixa tensão, a reforma e ampliação da agroindústria e a construção do bloco de convivência no Câmpus Bento Gonçalves; a construção da biblioteca e a reforma do ginásio poliesportivo e dos banheiros e vestiários do módulo esportivo do Câmpus Ibirubá; a construção do almoxarifado do Campus Osório; a pavimentação e drenagem do estacionamento e a construção do almoxarifado do Câmpus Restinga; a construção das instalações do centro administrativo, da biblioteca e do bloco salas de aulas da Unidade Urbana no Câmpus Sertão, sendo utilizadas as modalidades de tomada de preço e concorrência.

O contingenciamento de custeio não teve maiores efeitos, tendo em vista que o IFRS recebeu recurso do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Em relação as modalidades de licitação verificamos que o uso do Pregão Eletrônico vem se destacando a cada ano e que as dispensas estão diminuindo ao passo que o setor de compras está sendo estruturado com planejamento anual de compras, conseguindo atender as demandas de forma consolidada, através de processo licitatório.

Cumpra salientar que no quadro onde estão detalhados os montantes da despesa liquidada e paga por modalidade de contratação não estão detalhados os valores de Registro de Preços, uma vez que o valor dessa modalidade está inclusa na modalidade Pregão. Justifica-se tal procedimento por não existir instrumento informatizado para conseguir essa informação a qual só poderia ser realizada de forma manual, procurando processos e identificando todos os empenhos que cada unidade fez, o que torna inviável o levantamento de tais informações.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012

5.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 22 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados (Valores em R\$ 1,00)				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.775.809,25	(267,78)	1.772.943,47	2.598,00
2010	239.879,68	(8.786,55)	211.663,73	19.429,40
2009	115.187,94	-	115.187,94	-
Restos a Pagar não Processados (Valores em R\$ 1,00)				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	27.065.222,21	(2.113.926,35)	15.278.997,32	9.672.298,54
2010	4.095.210,97	(145.696,20)	3.923.936,77	25.578,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

O IFRS, durante o exercício de 2012, empenhou-se para regularizar os restos a pagar. Foi possível efetuar o pagamento de R\$ 115.187,94 (cento e quinze mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e quatro centavos) referente a obra do Câmpus Canoas, pois a empresa apresentou os documentos necessários para pagamento da última parcela. Com isso, não restou saldo em 31/12/2012 de restos a pagar do ano de 2009.

Em relação a 2010, todos os Câmpus revisaram seus empenhos inscritos e procederam ao cancelamento daqueles que estamos em situação de inadimplência do fornecedor por não cumprimento dos prazos de entrega. Assim, restou o saldo de R\$ 19.429,40 (dezenove mil, quatrocentos e vinte e nove reais e quarenta centavos) de materiais entregues, cujo pagamento deve acontecer nos primeiros meses de 2013. Apesar dos esforços, foi necessária a manutenção em restos a pagar não processados de 2 empenhos de equipamentos, que totalizaram R\$ 25.578,00 tendo em vista que no ano de 2011 foi instaurado processo de penalização nº 23363.000231.2011-61, conforme publicação no DOU de 22/11/2011, contra o qual o fornecedor ingressou com a Medida Cautelar Inominada nº 5003660-68.2011.404.7117/RS, cuja sentença suspendeu a penalidade. No processo n.º 5000255-87.2012.404.7117, ao qual referida medida cautelar está vinculada, a empresa solicita, além da nulidade da penalidade aplicada (na cautelar foi requerida apenas a suspensão da penalidade), a aceitação do material e o pagamento pelo IFRS. Ainda não houve sentença nesse feito, portanto aguarda-se o andamento do processo para decisão pelo cancelamento ou manutenção dos empenhos. Estima-se que tal situação seja regularizada em 2013.

Permanecem inscritos em restos a pagar não processados de 2011, obras que estão em andamento em diversos Câmpus do IFRS e equipamentos que ainda não foram entregues pelo fornecedor e/ou entregues com defeitos, falta de treinamento, etc., aguardando a regularização por parte dos fornecedores.

O valor expressivo de cancelamentos teve como principal fator o cancelamento do empenho de R\$ 1.167.002,54 (um milhão, cento e sessenta e sete mil, dois reais e cinquenta e quatro centavos) que era destinado a construção da biblioteca e centro administrativo do Câmpus Sertão, o qual foi cancelado pela falta de apresentação da garantia de execução contratual, o que impediu a contratação da empresa vencedora do certame licitatório para executar a obra.

Além desse, foi cancelado o valor de R\$ 348.895,67 (trezentos e quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos) referente a um contentor lateral equipado com móveis e equipamentos destinados ao Programa E-TEC, pois o IFRS havia recebido de doação pelo FNDE um caminhão com contentor equipado para essa finalidade. Então, entendemos que não haveria necessidade de outro laboratório para atender ao mesmo Programa.

Os demais são consequência da revisão dos restos a pagar, com cancelamento daqueles em que o fornecedor estava inadimplente pelo não cumprimento dos prazos de entrega, conforme orientação recebido pelos Órgão de Controle.

A permanência de restos a pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro justifica-se pelas obras não finalizadas e ainda a dificuldade encontrada na entrega dos produtos empenhados, sendo que este fato prejudica a gestão dos restos a pagar, por ser um evento que depende de agentes externos a Instituição.

O Decreto 7.468, de 28 de abril de 2011, estabeleceu que os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados, terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição e que permanecem válidos após essa data aqueles que sejam relativos às despesas do Ministério da Educação financiadas com recursos da manutenção e desenvolvimento do ensino, que é o caso dos empenhos do IFRS. Dessa forma, o IFRS não possui registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2011 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

5.2. SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.2.1. Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro 23 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos (Valores em R\$ 1,00)					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
158328	Câmpus Caxias do Sul	-	-	72,00	72,00
158265	Câmpus Canoas	-	999,94	5.282,75	6.282,69
158264	Câmpus Bento Gonçalves	-	160,00	4.087,33	4.247,33
158263	Câmpus Sertão	-	-	454,21	454,21
158261	Câmpus Porto Alegre	-	-	14.795,92	14.795,92
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	-	1.159,94	24.692,21	25.852,15

5.2.2. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 24 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG	158328	Limite de Utilização da UG	R\$ 100.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Claudiomir Marini	496.587.000-04	100,00	-	72,00	72,00
Total Utilizado pela UG			R\$ 0,00	R\$ 72,00	R\$ 72,00
Código da UG	158265	Limite de Utilização da UG	R\$ 30.000,00		
Édio Fontana	716.833.720-34	30.000,00	999,94	4.108,78	5.108,72
Jair Bruschi Junior	012.842.470-23	3.000,00	-	1.173,97	1.173,97
Total Utilizado pela UG			R\$ 999,94	R\$ 5.282,75	R\$ 6.282,69
Código da UG	158264	Limite de Utilização da UG	R\$ 12.000,00		
Nadia Cini	67047254072	4.000,00	160,00	3.271,64	3.431,64
Márcio Cristiano dos Santos	71684140030	4.000,00	-	815,69	815,69
Total Utilizado pela UG			R\$ 160,00	R\$ 4.087,33	R\$ 4.247,33
Código da UG	158263	Limite de Utilização da UG	R\$ 20.000,00		
Pedro Flores	219318280.91	20.000,00	-	39,00	39,00
Ildo José Seminotti	453123460.04	20.000,00	-	415,21	415,21
Total Utilizado pela UG			R\$ 0,00	R\$ 454,21	R\$ 454,21
Código da UG	158261	Limite de Utilização da UG	R\$ 32.000,00		
Rafael Dutra Soares	006.082.000-42	8000	-	2.129,15	2.129,15
Diego Hepp	002.402.180-60	8000	-	3.273,78	3.273,78

Ferenanda Missio Mario Neves	004.772.290-85	8000	-	7.994,16	7.994,16
Magali Lippert da Silva	961.666.220-15	1500	-	1.398,83	1.398,83
Total Utilizado pela UG			R\$ 0,00	R\$ 14.795,92	R\$ 14.795,92
Total Utilizado pela UJ			R\$ 1.159,94	R\$ 24.692,21	R\$ 25.852,15

Fonte: Diretorias de Administração e Planejamento e Coordenadorias de Execução Orçamentária e Financeira do IFRS

5.2.3. Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Quadro 25 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Suprimento de Fundos (Valores em R\$ 1,00)							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	-	-	4	1.159,94	32	24.692,21	25.852,15
2011	-	-	2	750,00	34	21.084,52	21.834,52
2010	-	-	8	940,00	17	8.581,48	9.521,48

Fonte: Diretorias de Administração e Planejamento e das Coordenadorias de Execução Orçamentária e Financeira dos Câmpus do IFRS

5.2.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 26 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	15	25.852,15	19	21.834,52	9	9.521,48

Fonte: Diretorias de Administração e Planejamento e Coordenadorias de Execução Orçamentária e Financeira do IFRS

As concessões de suprimento de fundos no IFRS ocorrem por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal e têm por finalidade atender às necessidades emergenciais e de pequeno vulto que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, possibilitando maior agilidade nas aquisições, com total acompanhamento das despesas e maior segurança às operações.

Durante o exercício de 2012, cinco Câmpus utilizaram essa ferramenta, quais sejam, Câmpus Bento Gonçalves, Câmpus Canoas, Câmpus Caxias do Sul, Câmpus Porto Alegre e Câmpus Sertão. Eles seguem, na montagem de seus processos, as orientações contidas no manual da STN e a Cartilha de Perguntas e Respostas da CGU - <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/SuprimentoFundos>.

Os processos contêm todas as etapas da concessão juntadas ao processo, devidamente autorizadas pelas chefias imediatas e superiores, inclusive o ordenador de despesa. São estabelecidos prazos para aplicação e para prestação de contas, realizados empenhos específicos para material de consumo ou serviços dentro dos limites permitidos e as compras/contratações efetuadas são lançadas no COMPRASNET-SCP, portanto, em conformidade com a legislação vigente.

Quanto aos procedimentos de utilização do Cartão, os Câmpus estabeleceram um Formulário de Requisição, que é enviado ao almoxarifado, que verifica a existência ou não no estoque ou se há licitação em vigor. Caso não haja estoque e processo licitatório em andamento, após análise das justificativas pertinentes ao objeto solicitado, o Suprido é autorizado a realizar a compra do material ou a contratação do serviço.

Para a efetivação da despesa e antes de realizar a compra, o suprido realiza consultas de preços em estabelecimentos e verifica se eles possuem máquina de cartão, a fim de evitar saques em dinheiro.

Os processos contêm as requisições assinadas pelos responsáveis e as notas fiscais devidamente atestadas. Os dados da compra são lançados no COMPRASNET- SCP, visando tornar o processo transparente e possibilitando o acompanhamento pela sociedade. O encerramento do processo é feito após a prestação de contas, anulação de saldos de empenho, reclassificação contábil das despesas, análise da prestação de contas e aprovação da mesma pelo ordenador de despesas.

Todas as despesas dizem respeito a insumos específicos de aulas práticas, alguns itens para manutenção elétrica e hidráulica, conserto de equipamentos de audiovisuais utilizados em aulas diárias, medicamentos para animais, medicamentos para atendimento de alunos na enfermaria e serviços gráficos para divulgação de processo seletivo. Essas aquisições resultam na manutenção da estrutura administrativa e pedagógica em plenas condições de funcionamento, atendendo satisfatoriamente a finalidade precípua do IFRS que é a educação.

Podemos destacar como principal razão para a utilização dessa ferramenta a impossibilidade de prever tais itens e mantê-los estocados no almoxarifado, pois serem materiais com prazos de validade curtos (cimentos, colas, tintas específicas ou cores fora do convencional, pilhas e baterias específicas de equipamentos e outros) ou por se tratar de material de pouca utilização, que poderia permanecer estocado no almoxarifado por vários anos sem nunca ter sua utilização necessária (encanamento de água e esgoto, anéis de vedação e reparos, pequenas peças de reparo de automóveis, material elétrico para adaptar instalações de equipamentos em laboratórios, peças feitas sob medida para adaptação em equipamentos, vidros para substituir quebrados, etc.). Com isso, há redução de investimento de recursos com produtos estocados que poderiam ser comprados e nunca utilizados, por falta de necessidade ou por término do prazo de validade.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012

6.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 27 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	2088	1119	201	129
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2088	1119	201	129
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1092	82	22
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		1		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1		
2. Servidores com Contratos Temporários	0	160	115	68
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		0		
4. Total de Servidores (1+2+3)	2088	1279	316	197

Fonte: SIAPE

Quadro 28 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	10
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	10
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	41
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	40
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	9
4.1. Doença em Pessoa da Família	0

4.2. Capacitação	9
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	60

Fonte: SIAPE

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 29 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	85	82	31	22
1.1. Cargos Natureza Especial	0			
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	85	82	31	22
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	85	78	30	22
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo		3	1	
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	240	202	96	118
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	240	202	96	118
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	325	284	127	140

Fonte: SIAPE

Quadro 30 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	393	529	299	134	31
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	393	529	299	134	31
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0

2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)	393	529	299	134	31

Fonte: SIAPE

Quadro 31 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	1	10	15	272	721	75	177	112
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira	0	1	10	15	272	571	75	177	112
1.3. Servidores com Contratos Temporários						150			
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	3	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial						3			
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)	0	1	10	15	272	724	75	177	112

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 32 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	71.924.912,63	4.196.162,06	9.261.780,42	1.876.110,84	6.212.918,64	1.915.622,16	962.007,56	12.916,09	1.079.023,40	96.349.514,31
	2011	62.284.157,51	4.030.159,78	9.018.954,13	2.825.827,28	5.011.727,59	1.640.419,45	845.406,66	-	1.031.018,34	85.656.652,40
	2010	41.533.717,36	3.706.143,52	6.420.347,51	1.723.515,37	3.333.488,95	996.365,84	552.385,42	-	844.107,78	58.265.963,97
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	3.754.309,51	-	447.833,78	52.362,14	571.942,17	-	-	-	-	4.826.447,60
	2011	1.396.087,87	-	150.037,35	21.252,71	201.015,35	-	-	-	-	1.768.393,28
	2010	1.042.716,56	-	115.218,03	29.089,54	164.629,44	-	-	-	-	1.351.653,57
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	353.633,47	-	49.622,38	12.392,01	26.060,80	13.316,00	-	-	-	455.024,66
	2011	203.947,03	-	31.353,72	6.539,67	19.747,83	8.831,00	-	-	-	270.419,25
	2010	115.013,47	-	18.673,44	5.247,79	9.560,07	4.296,16	-	-	-	152.790,93
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	135.423,90	-	19.063,82	2.824,26	7.296,00	-	-	-	-	164.607,98
	2011	154.579,25	-	11.835,33	1.765,17	9.424,00	-	-	-	-	177.603,75
	2010	227.332,16	-	24.914,95	1.412,13	12.160,00	166,00	-	-	-	265.985,24
Servidores Ocupantes de Cargos de Direção (CD)											
Exercícios	2012	-	2.948.192,77	-	-	-	-	-	-	-	2.948.192,77
	2011	-	2.894.289,86	-	-	-	-	-	-	-	2.894.289,86

	2010	-	2.817.876,35	-	-	-	-	-	-	-	2.817.876,35
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	-	2.126.571,32	-	-	-	-	-	-	-	2.126.571,32
	2011	-	1.238.304,15	-	-	-	-	-	-	-	1.238.304,15
	2010	-	888.267,17	-	-	-	-	-	-	-	888.267,17

Obs.: Não foi possível extrair dados dos vencimentos e vantagens fixas, adicionais, indenizações, benefícios assistenciais e previdenciários e demais despesas variáveis dos servidores ocupantes de Cargos de Direção - CD e de Funções Gratificadas - FG, pois na Demonstração de Despesas com Pessoal - DDP gerada pelo SIAPE, não tem esse nível de detalhamento e que tais informações estão inclusas neste quadro, no item "Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão".

Fonte: SIAFI e SIAPE – Demonstrativo de Despesa com Pessoal

6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro 33 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	120	6
1.1 Voluntária	118	6
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	2	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	53	2
2.1 Voluntária	53	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	2
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	173	8

Fonte: SIAPE

Quadro 34 - Instituidores de Pensão - Situação em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	43	2
1.1. Integral	43	2
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	0	1
3. Total (1+2)	43	3

Fonte: SIAPE

6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A instituição tem como procedimento padrão exigir de todos os novos ingressantes o preenchimento da Declaração de acumulação de cargos, funções e empregos, onde o declarante presta informações acerca da eventual acumulação de cargos públicos; constatada a acumulação indevida, desde já o ingressante é orientado a regularizar sua situação, até a data limite da posse.

Ainda, se por ventura a acumulação ilícita for detectada após a posse do servidor, o procedimento a ser seguido é aquele especificado no art. 133 da Lei 8.112/90, ou seja, a autoridade que teve ciência da acumulação ilegal notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, a apresentar opção por um dos cargos, no prazo de 10 (dez) dias, formalizando-se processo administrativo para apuração e regularização da situação no caso de omissão do servidor.

Além da prevenção dos casos de acumulação ilícita, é efetuado ainda o controle e a regularização nos casos onde reste constatada a realização, por parte do servidor, de carga horária superior ao limite de 60 (sessenta) horas semanais estabelecido pela Advocacia-Geral da União, levando-se em conta na soma dessa carga horária também a prática de atividades da iniciativa

privada, conforme os termos dos Acórdãos nº 533/2003, 2.047/2004, 2.860/2004, 155/2005, 933/2005, 2.133/2005, 544/2006, todos da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União.

Além do controle mencionado no item anterior, realizado simultaneamente ao ingresso do servidor junto à Instituição, cabe informar que, como medida preventiva, a Diretoria de Gestão de Pessoas passará a exigir anualmente dos servidores o preenchimento da Declaração de Acumulação mencionada, objetivando prevenir e detectar possíveis casos de acumulações ilícitas e/ou ocorrência de casos de servidores desempenhando carga horária superior a 60 (sessenta) horas semanais.

O controle implementado tem se apresentado eficaz, principalmente em relação aos novos ingressantes, que tem regularizado a situação já no momento anterior à posse, eliminando-se, com tal medida, a necessidade de expedição de notificações e/ou abertura de procedimentos disciplinares para tanto.

No decorrer de 2012 foram constatadas duas ocorrências de acumulação ilícita de docentes submetidos ao regime da dedicação exclusiva: uma situação de acumulação com outro cargo público da esfera militar e outra com emprego em instituição privada.

6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No período compreendido entre o final de 2011 e 2012, foram efetivadas duas notificações a servidores em situação irregular, uma inerente à acumulação de Docente submetido ao regime de Dedicação Exclusiva com outro cargo público da esfera militar e outra de Docente também submetido a DE com emprego em instituição privada.

No que tange à notificação efetivada ao Docente HERALDO MAKRAKIS, a mesma não teve êxito, tendo sido aberto processo administrativo disciplinar que concluiu pela licitude da acumulação unicamente com base no relatório de admissão – SISAC, recebido do TCU, que declarou legal o ato de ingresso do servidor.

Cabe ainda informar da existência de AÇÃO JUDICIAL ajuizada pelo próprio servidor, que foi julgada IMPROCEDENTE em primeira instância, tendo o Juízo concluído pela ilegalidade de acumulação, encontrando-se a ação atualmente em fase recursal.

No que tange à notificação efetivada ao servidor CARLOS HONORATO SCHUCH SANTOS, cabe informar que não houve necessidade de abertura de processo administrativo, tendo em vista que o servidor solicitou vacância do cargo por posse em outro cargo inacumulável junto à Universidade Federal de Santa Maria, não fazendo mais parte dos quadros deste IFRS.

Como informado anteriormente, foi instaurado processo administrativo disciplinar em face do servidor HERALDO MAKRAKIS, no qual a Comissão concluiu pela licitude da acumulação, unicamente com base no relatório de admissão – SISAC, recebido do TCU, que declarou legal o ato de ingresso do servidor.

Cabe ainda informar da existência de AÇÃO JUDICIAL ajuizada pelo próprio servidor, que foi julgada IMPROCEDENTE em primeira instância, tendo o Juízo concluído pela ilegalidade de acumulação, encontrando-se a ação atualmente em fase recursal.

6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Quadro 35 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	170	144	157	328

Concessão de aposentadoria	8	9	21	13
Concessão de pensão civil	3	2	6	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	181	155	184	343

Quadro 36 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	76	53	51	41
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	76	53	51	41

FONTE: SISAC-TCU

Quadro 37 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	25	44	17	5
Concessão de aposentadoria		8		
Concessão de pensão civil		3		
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total	25	55	17	5
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	16	8	10	26
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total	16	8	10	26

Quadro 38 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Quadro 39 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	9	0	0	0
Concessão de aposentadoria	12	0	0	0
Concessão de pensão civil	3	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	24	0	0	0

6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Atualmente o IFRS não possui indicadores gerenciais para a área de pessoal. Porém, alguns procedimentos já adotados geram perspectivas para a formulação de indicadores de recursos humanos a serem implantados na instituição:

- a) **Absenteísmo** – embora não haja um cálculo mensal do absenteísmo nos Câmpus e Reitoria, o IFRS faz constar em seus boletins de serviços as licenças para tratamento de saúde do próprio servidor e as licenças médicas para acompanhar pessoas da família. A implantação de um indicador de absenteísmo exige a definição de quais licenças e afastamentos efetivamente serão levados em consideração para cálculo do índice, bem como a definição de fórmulas para cálculo e medição do absenteísmo institucional.
- b) **Acidentes de Trabalho e Doenças** – conforme item anterior, não há um índice padrão para acompanhamento de acidentes de trabalho e doenças dos servidores, contudo, o IFRS aderiu ao sistema SIASS, vinculando-se ao polo da UFRGS. Conforme o sistema SIASS for estruturando, vamos fortalecer as políticas e indicadores relacionado à saúde dos servidores. Lembrando que em 2011, iniciou o programa de Exames Periódicos do IFRS, que teve como objetivo maior envolver pessoas, trabalho e organização, buscando o bem-estar, a participação, integração dos servidores e a eficácia organizacional.
- c) **Rotatividade e Reposição do Quadro de Servidores por Aposentadoria** – Após a publicação dos Decretos 7.311 e 7312/2010, foram criados os bancos equivalentes de técnico-administrativos de nível “C”, “D” e “E” e de professor, os quais garantiram aos Institutos

Federais autonomia para prover cargos vagos dentro dos limites estabelecidos pelos Decretos. Assim, o IFRS ganhou autonomia e passou a prover de imediato vagos desocupados em razão de exonerações, posses em outro cargo inacumulável, aposentadorias e etc.. Salienta-se ainda, que não foram criados indicadores para cálculo direto do *turnover* e do quantitativo de aposentadorias que são automaticamente repostas através de novas nomeações, de acordo sempre com o Banco Equivalente do IFRS. Desta forma o IFRS mantém o controle desses índices, de forma a prestar contas mensais ao MEC e a administração dos quantitativos permitidos pelos referidos Decretos.

- d) **Capacitação de Servidores** – Em 2012 houve a elaboração do Programa de Capacitação do IFRS. Sua aprovação (Resolução nº 83/2012 CONSUP/IFRS) traçou metas para a capacitação (aperfeiçoamento e qualificação) dos servidores e previu a elaboração de Planos Anuais de Capacitação nos câmpus e na reitoria com previsão de capacitações para os servidores dentro da perspectiva da Gestão por Competências : capacitar para desenvolver capacidades para as atribuições do cargo.
- e) **Dimensionamento da Força de Trabalho** – Apesar desse trabalho ainda estar sendo elaborado, algumas questões como a do banco equivalente para docentes como para técnico-administrativos são publicados mensalmente, como também são discutidos com os gestores de cada câmpus, conforme distribuição e aprovação de vagas e conseqüentemente o preenchimento destas.

O IFRS vem propiciando melhores condições para a atuação da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) quer seja pela nomeação de novos servidores para atuar na área, manutenção dos recursos para capacitação dos servidores, quer seja através do suprimento de equipamentos, logística e sistemas de informação. Além disso, houve reestruturações, com o fortalecimento das Coordenações de Gestão de Pessoas (CGP) de cada câmpus e a criação da Diretoria de Administração e Desenvolvimento de Pessoal. Com isso foi possível efetuar a gestão de pessoas com mais agilidade e eficiência, no que diz respeito ao operacional, bem como de forma transparente e democrática, no que se refere à dimensão estratégica. Dessa forma, pretende-se, com essa nova realidade apresentada, a partir dos próximos anos, trabalhar a partir de indicadores gerenciais, que com certeza trarão mais consistência e eficiência ao trabalho da Diretoria de Gestão de Pessoas.

6.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro 40 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Apoio Administrativo	1	1	1	0	0
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
O IFRS mantém um contrato de terceirização, firmado com a empresa Locadora Sul Ltda., CNPJ 90.169.285/0001-81, desde o dia 01/08/2008. Esta contratação foi embasada na Instrução Normativa 02/2008 da SLTI/MPOG e é justificada devido à defasagem de servidores no quadro funcional da instituição, e da crescente necessidade de pessoal no setor de compras e licitações. Porém, este contrato não será mais renovado em virtude de estarem previstas nomeações para o cargo em 2013, advindas do concurso público realizado em 2012.					

Fonte: Departamento de Licitações e Contratos do IFRS

6.2.2. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 41 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul															
UG/Gestão: 158141/26419						CNPJ: 10.637.926/0001-46									
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2009	V	O	15/2009	04.281.402/0001-62	18/06/2010	17/06/2013	18	18							P
2010	V	O	14/2010	04.281.402/0001-62	18/06/2010	17/06/2013	54	54							P
2011	V	O	22/2011	03.994.920/0001-60	01/09/2011	31/08/2013			6	6					P
2011	V	O	30/2011	11.222.248/0001-13	17/09/2011	16/09/2013	4	4							P
2011	V	O	31/2011	04.281.402/0001-62	01/10/2011	30/09/2013	8	8							P
2011	L	O	35/2011	10.581.285/0001-55	20/10/2011	19/10/2013	15	15							P
2011	L	O	36/2011	87.343.257/0001-24	20/10/2011	19/10/2013	31	31							P
2011	L	O	37/2011	87.343.257/0001-24	20/10/2011	19/10/2013	32	21							P
2011	L	O	38/2011	06.205.427/0001-02	20/10/2011	19/10/2013	31	33							P
2012	V	O	17/2012	04.281.402/0001-62	18/06/2012	17/06/2013	26	26							A

Observações:

1- No Contrato 14/2010 foram realocados os postos de trabalho dos campus, possibilitando o atendimento da crescente demanda do IFRS.

2- Houve readequação de áreas no Contrato 37/2011, o qual resultou na redução de postos de trabalho.
3- Houve um acréscimo no número de funcionários no Contrato 38/2011 devido à readequação do espaço físico nos campus Restinga e Porto Alegre.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Departamento de Licitações e Contratos do IFRS.

6.2.3. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 42 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul													
UG/Gestão: 158141/26419							CNPJ: 10.637.926/0001-46						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	12	O	mai/08	90.169.285/0001-81	01/10/2008	30/09/2013	3	3					P
2008	12	O	23/2008	90.169.285/0001-81	01/08/2008	31/07/2013			1	1			P
2008	12	O	38/2008	90.169.285/0001-81	22/12/2008	22/06/2012	5	6					E
2008	12	O	39/2008	90.169.285/0001-81	22/12/2008	21/06/2013	1	1					P
2009	12	O	jan/09	90.169.285/0001-81	21/01/2009	11/09/2012	6	6					E
2009	12	O	jun/09	90.169.285/0001-81	02/03/2009	01/03/2013	1	1					P
2010	12	O	fev/10	00.482.840/0001-38	18/02/2010	29/05/2012	1	1					E
2010	12	O	jul/10	07.454.361/0001-57	20/04/2010	19/04/2013	4	4					P
2010	12	O	jul/10	72.173.164/0001-21	01/02/2010	31/01/2013	2	2					P
2010	12	O	ago/10	72.173.164/0001-21	01/02/2010	31/01/2013			2	2			P
2010	12	O	out/10	72.173.164/0001-21	01/02/2010	31/01/2013			1	1			P
2011	12	O	17/2011	08.202.514/0001-21	13/07/2011	12/07/2013			2	2			P
2011	12	O	23/2011	72.173.164/0001-21	04/09/2011	03/09/2013	8	10					P
2011	12	O	29/2011	72.173.164/0001-21	04/09/2011	03/09/2013	6	6					P
2011	4	O	32/2011	13.532.069/0001-08	03/10/2011	27/03/2012	9	8					E
2011	12	O	33/2011	06.205.427/0001-02	23/09/2011	22/09/2013	6	6					P

2011	12	O	34/2011	06.205.427/0001-02	04/10/2011	03/10/2013	6	7					P
2011	5	O	41/2011	72.173.164/0001-21	07/11/2011	06/11/2013			1	1			P
2011	5	O	42/2011	10.439.655/0001-14	16/11/2011	15/11/2013			7	8			P
2011	9	O	55/2011	12.849.578/0001-04	19/12/2011	28/03/2012	14	13					E
2012	12	O	jun/12	00.731.434/0001-61	08/09/2012	07/09/2013	9	9					A
2012	12	O	jul/12	10.439.655/0001-14	09/04/2012	08/04/2013	4	4					A
2012	12	O	out/12	13.328.352/0001-12	28/03/2012	27/03/2013			5	6			A
2012	12	O	14/2012	05.369.433/0001-32	01/05/2012	01/12/2012			8	8			E
2012	12	O	15/2012	00.482.840/0001-38	01/06/2012	31/05/2013			1	1			A
2012	12	O	20/2012	10.439.655/0001-14	20/08/2012	19/08/2013	4	4					A
2012	12	O	22/2012	94.851.250/0001-89	27/06/2012	26/06/2013	8	8					A
2012	9	O	37/2012	10.439.655/0001-14	01/10/2012	31/05/2014	12	12					A
2012	9	O	38/2012	03.998.405/0001-59	08/10/2012	07/06/2014	3	3					A
2012	4	O	40/2012	10.439.655/0001-14	01/11/2012	31/10/2013	2	2					A
2012	12	O	48/2012	13.659.873/0001-52	05/11/2012	04/07/2014			10	1			A
2012	12	O	49/2012	10.762.976/0001-55	05/11/2012	04/07/2014			5	1			A
2012	12	O	55/2012	00.482.840/0001-38	17/12/2012	16/12/2013			3	3			A
2012	12	O	57/2012	00.482.840/0001-38	17/12/2012	16/12/2013			1	1			A
2012	12	O	58/2012	00.482.840/0001-38	17/12/2012	16/12/2013			1	1			A
2012	12	O	59/2012	00.482.840/0001-38	17/12/2012	16/12/2013			1	1			A
2012	12	O	60/2012	00.482.840/0001-38	17/12/2012	16/12/2013			1	1			A
2012	12	O	61/2012	04.741.977/0001/10	17/12/2012	16/12/2013	15	15					A

Observações:

1 - O contrato 01/2009 foi encerrado através de rescisão administrativa para atendimento de nova demanda do câmpus Bento Gonçalves, por meio do pregão 11/2010. Os contratos 32/2011, 14/2012 e 55/2011 foram encerrados através de rescisão administrativa advinda de processo de penalização.

2 - Os contratos 34/2011 e 10/2012 foram readequados quanto ao número de postos conforme solicitação dos câmpus para atender às suas necessidades.

3 - O Contrato 48/2012 foi celebrado advindo de licitação para contratação de vagas reserva. Somente foi contratado 01 posto para o Câmpus Canoas. Os demais postos poderão vir a ser contratados conforme a necessidade de cada unidade.

4 - Contrato 49/2012 - contratação conforme necessidade de cada unidade. Foram licitados 05 postos, mas até o momento contratado apenas 01 posto no Câmpus Porto Alegre.

5 - Foi acrescido 01 posto ao Contrato 23/2011 pela necessidade do Campus haja vista a franca expansão do mesmo.

6 - Os serviços classificados como Área 12 referem-se a serviços de trabalhador agropecuário, cantineiro, lavanderia, apoio à agricultura, operador de caldeira, serviços gerais, tratorista, porteiro, motorista, auxiliar na industrialização de alimentos, enfermeiro, tradutor, intérprete, eletricitista, padeiro, cozinheiro, tradutor e intérprete de libras, motorista, pedreiro e jardineiro.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Departamento de Licitações e Contratos do IFRS

6.2.4. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 43 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	65	89	0	84	-
1.1 Área Fim	14	27	0	17	-
1.2 Área Meio	51	62	0	67	-
2. Nível Médio	35	38	1	24	-
2.1 Área Fim	4	5	0	6	-
2.2 Área Meio	31	33	1	18	-
3. Total (1+2)	100	127	1	108	686.858,47

Obs.: Relatório do SIAPE não difere rubricas de Estagiários, portanto, não há relatório mensal do custo exato de superior e médio.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012

7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é o Decreto Nº 6.403, de 17/03/2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e a Instrução Normativa Nº 3, de 15/05/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

A frota de veículos do IFRS cumpre um papel fundamental no transporte rotineiro de servidores e materiais, que não poderia ser suprido com a mesma presteza e eficiência por outros meios, como o transporte comercial de cargas e passageiros, por exemplo.

Atualmente, o IFRS conta com uma frota composta por 2 veículos de transporte institucional e 134 veículos de serviços comuns, totalizando 136 veículos.

A média anual de quilômetros rodados é de 12.054 km para os veículos de transporte institucional e de 14.277 km para os veículos de serviços comuns.

A idade média da frota é de 4 (quatro) anos para os veículos de transporte institucional e de 7,5 anos para os veículos de serviços comuns.

Com relação aos custos anuais associados à manutenção da frota, tomando como base o ano de 2012, houve os seguintes gastos:

- Combustíveis: R\$ 278.625,58.
- Manutenção (revisões periódicas e consertos): R\$ 151.438,21.
- Seguro obrigatório DPVAT: R\$ 15.163,08.
- Seguro total (cobertura compreensiva): R\$ 21.576,21.

O Instituto, atualmente, é composto por 12 câmpus e uma Reitoria. Em cada uma dessas unidades há um responsável pela frota, mas essa não é a sua única atividade. Além disso, em vários câmpus a frota não ultrapassa ao total de cinco unidades, demonstrando que o tempo despendido para o seu gerenciamento também é diminuto. Pelo exposto, torna-se difícil quantificar com bom nível de precisão o gasto real com pessoal na gestão da frota.

O plano de substituição da frota do IFRS prima pela verificação das reais condições do veículo e a avaliação se este ainda cumpre eficientemente as suas finalidades. Veículos com idade relativamente alta são avaliados quanto a seu estado geral de conservação e da projeção de futuros gastos com manutenção, de forma a serem confrontados com os valores necessários para a sua substituição, propiciando condições de análise de vantajosidade de sua substituição ou permanência na frota.

Boa parte da frota do IFRS é herdada das antigas estruturas de CEFET e Escola Agrotécnica que a originaram. A criação e o crescimento progressivo do IFRS trouxeram a necessidade de aquisição de mais veículos. Como a sistemática historicamente adotada foi de aquisição em detrimento da locação, com bons resultados, optou-se por manter essa política ao invés de migrar para o sistema de locação. Considerando o tamanho atual da frota, de 136 veículos, uma alteração para o sistema de locação traria a necessidade de desfazimento dessa quantidade relativamente grande de bens, que vêm cumprindo seu papel a contento, e cujo valor de retribuição em caso de leilão poderia ficar abaixo do almejado ou simplesmente não atrair interessados. Por outro lado, deve-se ainda avaliar adequadamente os ganhos advindos da locação, que, no caso do setor público, não englobam os de natureza tributária, tornando a locação não tão atrativa quanto o é para o setor privado. De qualquer forma, essa análise será refeita periodicamente ou sempre que houver um fato novo que possa modificar o atual entendimento.

A estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte engloba dois sistemas de gerenciamento de frota, um baseado nos controles de manutenção e outro nos controles de abastecimentos. Com o primeiro, é possível

acompanhar adequadamente os gastos com manutenção preventiva e corretiva, montar cronogramas de revisões periódicas e avaliar orçamentos. Já o segundo faz um acompanhamento minucioso dos gastos com combustíveis, possibilitando avaliar a eficiência de veículos e condutores. Complementando esses controles, as solicitações de veículos para viagens seguem uma antecedência mínima de 10 dias, possibilitando ao setor responsável uma otimização de uso através do agrupamento no mesmo veículo de servidores com destinos próximos. Todas essas medidas e controles, bem como os normativos internos existentes, visam ampliar continuamente os níveis de eficiência e economicidade no uso da frota veicular.

7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 44 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF – Rio Grande do Sul	20	15
	Bento Gonçalves	3	3
	Alvorada	1	-
	Canoas	1	1
	Caxias	1	1
	Erechim	2	2
	Feliz	1	1
	Ibirubá	3	1
	Osório	1	1
	Passo Fundo	1	1
	Restinga	1	1
	Rolante	1	-
	Sertão	3	3
	Vacaria	1	-
Subtotal Brasil		20	15
EXTERIOR	PAÍS “n”	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		20	15

Fonte: SPIUnet / Pró-Reitoria de Administração

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 45 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF – Rio Grande do Sul	2	3
	Porto Alegre (Projeto Prelúdio)	1	1
	Porto Alegre (Câmpus Restinga)	-	1
	Caxias do Sul	1	1
Subtotal Brasil		2	3
EXTERIOR	PAÍS “n”	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		2	3

Fonte: SPIUnet / Pró-Reitoria de Administração

7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 46 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158141	854100018500-3 Reitoria	21	1	8.230.000,00	26/12/2012	8.230.000,00	86.151,39	170.656,01
	865900001500-0 Feliz	21	2	974.798,53	05/12/2012	974.798,53		
	851100001500-9 Alvorada	21	3	508.583,77	28/12/2012	508.583,77		
	870100006500-1 Ibirubá	21	3	212.000,00	28/12/2012	212.000,00		
	870100008500-2 Ibirubá	21	3	617.000,00	28/12/2012	617.000,00		
	870100010500-3 Ibirubá	21	3	4.038.500,00	28/12/2012	4.038.500,00		
	882300003500-2 Rolante	21	3	713.628,74	28/12/2012	713.628,74		
	895300030500-8 Vacaria	21	3	843.000,00	28/12/2012	843.000,00		
158263	878500045500-5 Passo Fundo	21	3	2.000.000,00	29/10/2012	2.000.000,00	34.465,36	62.646,96
	891100006500-1 Sertão	21	3	2.150.186,00	29/10/2012	2.150.186,00		
	891100007500-7 Sertão	21	3	22.834.333,54	29/10/2012	22.834.333,54		
	891100009500-8 Sertão	21	3	243.384,05	27/12/2012	243.384,05		
158264	854100015500-7 Bento - Granja	21	3	1.208.008,71	18/12/2012	1.208.008,71	95.785,76	190.772,90
	854100017500-8 Bento	21	3	7.871.764,59	18/12/2012	7.871.764,59		
158265	858900335500-1 Canoas	21	1	7.218.579,19	12/12/2012	7.218.579,19	7.312,33	10.390,43
158325	863700015500-5 Erechim	21	3	1.787.775,24	14/12/2012	1.787.775,24	1.544,56	35.424,99
	863700017500-6 Erechim	21	3	85.000,00	14/12/2012	85.000,00		
158327	877300023500-1 Osório	21	2	488.700,00	13/12/2012	488.700,00	29,70	3.900,00
158328	859900048500-9 Caxias	21	3	800.000,00	28/12/2012	800.000,00	3.705,50	0
Total							R\$ 228.994,60	R\$ 473.791,29

Fonte: SPIUnet / Pró-Reitoria de Administração

As informações sobre a gestão de bens imóveis de uso especial estão organizada em três quadros: Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial de Propriedade da União; Distribuição Espacial de Bens de Uso Especial Locados de Terceiros; e Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União de responsabilidade da UJ.

No ano de 2012 foram recebidos em doação três novos imóveis para implantação dos Câmpus Alvorada, Rolante e Vacaria, devidamente cadastrados no sistema SPIUnet. Além disso, foram cadastrados três imóveis de Ibirubá e um de Canoas, esse último resultado de unificação de matrículas. No Câmpus Ibirubá ainda há um imóvel pendente de formalização da doação, o que acontecerá em 2013.

O Câmpus Farroupilha teve seu processo de doação regularizado no final de 2012, não havendo tempo hábil para registro cartorial e inclusão no SPIUnet, o que ficou programado para 2013. Por ser um Núcleo Avançado, estando vinculado à UG da Reitoria, suas despesas com imóveis e instalações aparecem somadas às despesas dela.

Permanecem sem registro no SPIUnet os imóveis de uso dos Câmpus Porto Alegre e Rio Grande cujos processos de transferências ainda estão em trâmite. Atualmente, o Câmpus Porto Alegre utiliza duas sedes, uma localizada na Av. Ramiro Barcellos, 2777, Bairro Santana e outra na Rua Cel. Vicente, 281, Bairro Centro Histórico, ambos em Porto Alegre. O primeiro imóvel está registrado como propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cabendo a ela realizar a análise e registro no SPIUnet. O segundo imóvel continua sob guarda provisória do Câmpus até que a Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Sul (SPU/RS) providencie o registro dos imóveis em nome da União para posterior doação ao IFRS. Conforme orientação dessa Superintendência, os referidos imóveis só poderão ser cadastrados no SPIUnet do IFRS após os trâmites já citados. As despesas com manutenção no referido Câmpus foram de R\$ 30.644,28 para imóveis e de R\$ 121.922,59 para instalações.

Quanto aos imóveis ocupados pelo Câmpus Rio Grande, a FURG realizou o levantamento topográfico para fins de atualização das medidas e confrontações junto ao Registro de Imóveis de toda área ocupada pelo Campus, para repasse ao IFRS. Ainda há uma pendência de ordem estatutária da FURG, que por enquanto está impedindo a efetivação da doação. As despesas com manutenção no referido Câmpus foram de R\$ 22.031,84 para imóveis e de R\$ 36.893,92 para instalações.

Quanto aos imóveis ocupados pelo Câmpus Restinga, num total de 18 lotes que serão unificados em uma única matrícula, a Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Sul (SPU/RS) nos orientou a somente cadastrar a área após a unificação das matrículas, procedimento do qual a prefeitura de Porto Alegre havia se comprometido por ocasião da doação e que deverá ser finalizado em 2013. Em 2012, o Câmpus Restinga passou a ocupar suas dependências próprias, finalizando a locação existente em 31/08/2012. As despesas com manutenção no Câmpus Restinga foram de R\$ 27.129,75 para imóveis e de R\$ 10.351,45 para instalações.

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012

8.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Quadro 47 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.

<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/75 http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/65
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(3)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(3)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
()	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
()	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012

9.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro 48 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				x	
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Foram aplicados os critérios dispostos nos incisos do Art. 4º, inciso I e II do Art. 5º e incisos I, II, IV, V, VI e VII do Art. 6º, da Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 2010.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				x	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				x	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				x	
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Não é possível dimensionar este impacto, visto que estas aquisições foram efetuadas em conjunto com outras ações para redução de consumo. Ex: campanhas de conscientização				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).			x		
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Papel eco-reciclado, envelopes e agendas.				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					x
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim (x)			Não ()	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				x	

<p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>	<p>Através da licitação para compra de refis (pincéis de quadro branco), recargas de cartuchos de impressoras, regime de comodato de cilindros, botijões e bombonas.</p>				
<p>9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.</p>				x	
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>				x	
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>					x
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>				x	
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>				x	<p>Email para todos os servidores motivando o uso racional de água e energia elétrica; Campanha: Servidor inteligente consome com responsabilidade. Colagem de cartazes em cada setor com consumo e custo/ano da eletricidade - Campanha permanente iniciada em 2011; Palestras e Comunicação visual</p> <p>Email para todos os servidores motivando o uso racional de impressões, e separação do lixo; Semana do Meio Ambiente; Campanha promovida pelo NUDEC (verificação das lixeiras, a importância da coleta de lixo, campanha de recolhimento de garrafas Pet); Palestras realizadas no I Seminário Regional de Agroecologia e Desenvolvimento Rural e I Simpósio em Gestão Ambiental; Projeto Coleta Solidária e Projeto Vida Saudável</p>
<p>Considerações Gerais: O consumo excessivo dos recursos da terra continua gerando enormes problemas ambientais locais, regionais e globais. No Brasil, as compras governamentais movimentam recursos estimados em 10% do PIB, mobilizam setores importantes da economia que se ajustam às demandas previstas nos editais de licitação. Nesse sentido, é enorme a responsabilidade do gestor público encarregado de definir as regras do jogo para assegurar a livre concorrência, sem perder de vista o interesse do governante em dispor do melhor produto/serviço, pelo menor preço. Vale dizer, é justa a preocupação com o menor preço, mas se foi o tempo em que o melhor edital era aquele em que se buscava apenas o menor preço e sim a proposta mais vantajosa. Nesse sentido, o IFRS, dentro do possível, está adotando práticas de licitações sustentáveis: Disponibilizando acesso a cursos de Licitações Sustentáveis; - Adquirindo somente o necessário por meio do Sistema de Registro de Preços e desta forma evitando desperdícios, minimizando o consumo e atendendo as reais necessidades; - Grande parte das licitações do IFRS são realizadas, de forma compartilhada entre Reitoria e Câmpus; - O contrato para serviços de limpeza, por exemplo, prevê as seguintes obrigações da empresa contratada: Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como: Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água; Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação; Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros); Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos</p>					

estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica. A contratante deverá encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende a Resolução CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999. Foram realizadas licitações para aquisição de papel e envelopes reciclados, lâmpadas (prevendo a logística reversa); equipamentos menos poluentes; refs e recargas de pincéis para quadro branco e computadores verdes. O IFRS realizou chamada pública para Seleção das Associações e Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis aptas a receberem os resíduos produzidos neste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (Reitoria e Câmpus Bento Gonçalves). Os campus realizaram diversas campanhas em prol do meio ambiente. A DLC encaminhou ao Departamento de Projetos e Obras e à empresa contratada para a elaboração de projetos, ofício e cópia da IN nº 01/2010 para atendimento das exigências do mesmo nos projetos básicos e executivos do IFRS.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: Setor de Licitações da Reitoria e Câmpus e da Diretoria de Obras e Projetos

9.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

O IFRS não possui um plano formalizado de redução de consumo, no entanto, há uma série de orientações passadas aos servidores no sentido de estimular o uso racional dos recursos materiais, como é o caso do papel, da água e da energia elétrica. Periodicamente essas orientações são reforçadas junto aos servidores. Está sendo feita uma compilação das melhores iniciativas dos Câmpus e Reitoria, de comprovada efetividade na redução do consumo, para futura disseminação por todo o Instituto.

A política adotada para o uso racional do papel concentra-se na disseminação de práticas como a impressão preferencialmente no modo frente e verso, da impressão de material somente quando estritamente necessário e, sempre que possível, no reaproveitamento de papel descartado. Cerca de metade do papel adquirido é reciclável, como forma de incentivar a sustentabilidade. Mesmo com essas práticas, houve aumento no consumo, o que se explica pelo aumento de servidores e do volume de trabalho.

No Câmpus Canoas ao menos metade da quantidade consumida anualmente é proveniente da reciclagem e é feito um monitoramento de gastos excessivos, sem autorização prévia das chefias imediatas, através do fiscal de contratos da locação de máquinas fotocopiadoras, que monitora mensalmente a quantidade gasta por cada setor através da identificação do IP do computador que solicitou as cópias. O Câmpus Erechim também controla as impressões por usuário e, além disso, utiliza grupos limitados de usuários por impressora e incentiva a opção pela impressão frente e verso.

No Câmpus Bento Gonçalves houve redução de consumo de papel em torno de 20% entre 2011 e 2012, fruto de reuniões com os diretores e servidores orientando-os a promover o consumo consciente nas impressões de todos os documentos. Outro ponto que favoreceu a economia de papel foi o contrato de locação de impressoras, que limita o número de impressões por máquina.

O Câmpus Porto Alegre tem adotado em relação ao consumo de papel a locação de impressoras que permitam a impressão das folhas em frente e verso, além de incentivar a digitalização de documentos internos para tramitação.

No caso da água, o prédio da Reitoria conta com sistema de coleta de água da chuva, que é utilizada para regar plantas e na limpeza de áreas externas. Além disso, os reservatórios dos vasos sanitários estão regulados para armazenarem quantidade apenas suficiente para cumprir sua função, sem desperdício. Essas práticas garantiram uma estabilização no consumo de água nos últimos dois anos, apesar de o quadro de servidores na Reitoria ter aumentado nesse período.

Os novos prédios dos Câmpus também foram projetados dentro da perspectiva de redução de consumo de água, como a instalação de torneiras automáticas e recolhimento e aproveitamento da água da chuva. No Câmpus Restinga, por exemplo, são colocados avisos nos banheiros e bebedouros alertando para o uso racional da água. No Câmpus Erechim, os banheiros possuem torneiras que contemplam a saída controlada de água.

No Câmpus Bento Gonçalves o consumo praticamente dobrou em virtude de algumas situações: refeitório operando sete dias por semana com três refeições diárias aos alunos; início de funcionamento de novo prédio de almoxarifado; instalação da rede pública de água na Estação Experimental, onde há animais, áreas de plantio, áreas de pesquisa, banheiros, e incremento no número de alunos e servidores entre 2011 e 2012, fatores que contribuíram para o aumento do consumo de água. O setor de infraestrutura acompanha diariamente e soluciona pequenos problemas que surgem e poderiam gerar aumento do consumo. Além disso, em 2012 foi contratada uma empresa de engenharia para fazer estudo e projeto sobre toda a rede de água e esgoto do Câmpus, para enquadrá-la nas normas e otimizar o consumo, o que inclui a captação de água da chuva para atividades como limpeza externa e irrigação de jardins.

O Câmpus Porto Alegre, como política de redução de consumo de água, vem reformando seu sistema hidráulico para eliminação de vazamentos.

Já o Câmpus Sertão enfatiza a conscientização dos servidores em geral, pessoal dos setores e alunos para evitar os desperdícios. Nos banheiros, há torneiras com temporizadores, que reduzem substancialmente o consumo de água. Também promove a coleta de água da chuva em local adequado junto ao setor de mecanização agrícola, em tanque de 5.000 litros, que permite a utilização para a lavagem de veículos e máquinas agrícolas em geral. Foram feitas reformas no setor de suinocultura, onde foram adequados pisos, eliminados vazamentos e substituídas as valas abertas para condução de dejetos por canalizações em PVC, o que proporcionou uma redução nos gastos de água estimado em 70% naquele setor.

O Câmpus Ibirubá substituiu na área agrícola mais de 700 metros de tubulações de ferro que estavam corroídas por uma rede nova de PVC com dimensionamento adequado para a atual demanda. Com essa troca de rede de água as perdas foram eliminadas.

Sobre energia elétrica, há de se ressaltar que o prédio da Reitoria foi construído de forma a privilegiar a iluminação natural, dispensando total ou parcialmente e em largo período do dia o acendimento das lâmpadas, que, por sinal, são todas fluorescentes. Os corredores, escadarias e garagens contam com sensores de presença, acionando a iluminação somente quando necessário.

Os prédios dos Câmpus recentemente construídos e as novas obras também contemplam soluções de engenharia visando à redução do consumo de energia. No Câmpus Canoas, por exemplo, foram afixados folhetos explicativos orientando sobre uso racional de condicionadores de ar, sobre o desligamento de equipamentos e luzes das salas e dos corredores ao término das atividades e sobre a manutenção de apenas 1/3 da capacidade de iluminação externa durante a noite, após o horário das aulas. Anualmente o Câmpus realiza o plantio de novas árvores durante a Semana do Meio Ambiente, visando no futuro reduzir o aquecimento dos prédios e consequentemente a redução da utilização dos condicionadores de ar.

No Câmpus Erechim houve a substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes econômicas e a substituição de reatores convencionais por reatores eletrônicos, mais econômicos. Também é feita uma vistoria em todos os departamentos e salas de aula ao final de cada expediente, com vistas a garantir que todas as lâmpadas estejam desligadas quando não há utilização dos ambientes.

O Câmpus Bento Gonçalves registrou um crescimento no consumo de energia da ordem de 12%, o que se explica pela entrada em operação do novo almoxarifado, o incremento no número de alunos e servidores na Escola, a instalação e o funcionamento de dois novos laboratórios - um na área de Física e outro na área de Solos, ambos completamente equipados com diversos aparelhos elétricos e também pela instalação de um elevador no Bloco A visando adequar a acessibilidade de todos ao Câmpus. Além disso, há vários projetos de pesquisa em andamento no Câmpus e por consequência há vários laboratórios em uso praticamente 24 horas por dia. Para reduzir o consumo, existe uma política de manutenção preventiva coordenada pelo setor de infraestrutura, para evitar problemas de curto circuito ou fuga de energia. Também foi licitado um projeto para reestruturação de toda parte elétrica do Câmpus, passando pela entrada de energia na rede de alta tensão e chegando à distribuição interna de energia, com novas subestações e nova iluminação externa, tudo isso com o objetivo uma redução no consumo de energia e vai ampliar a capacidade de instalação do Câmpus visando o crescimento para os anos futuros.

O Câmpus Porto Alegre têm como rotina, após o período das aulas, que todas as luzes sejam apagadas e orienta seus servidores a desligar os equipamentos e manter portas e janelas fechadas quando os aparelhos de ar condicionado estiverem ligados. Também nos corredores existe o sistema de ligação automática de lâmpadas por meio de sensor de presença.

No Câmpus Sertão são afixados lembretes junto aos interruptores lembrando sobre a necessidade de apagar a luz ao sair. Periodicamente é promovida uma conscientização dos servidores e alunos para evitar os desperdícios. E os projetos de engenharia das obras novas levam em conta itens que reduzam consumo de energia, priorizando a iluminação natural.

No Câmpus Ibirubá há várias frentes de redução de consumo. Foram adquiridos um novo conjunto de ordenha e resfriador de leite com melhor eficiência energética. Também estão sendo

substituídos gradativamente os condicionadores de ar por modelos mais econômicos e eficientes. As obras no Câmpus deverão observar a posição solar para melhorar luminosidade natural e conforto térmico, como é o caso do novo prédio da Mecânica e Eletrotécnica.

Quadro 49 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
-		-		-		
Recurso Consumido IFRS	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	9.483	7.217	7.819	R\$ 79.829,78	R\$ 59.440,81	R\$ 69.770,07
Água (m3)	91.768	64.162	29.159	R\$ 352.948,98	R\$ 158.275,40	R\$ 85.514,68
Energia Elétrica (kilowatt)	3.006.869	2.059.271	1.468.760	R\$ 1.359.426,30	R\$ 885.420,82	R\$ 593.014,48
			Total	R\$ 1.792.205,06	R\$ 1.103.137,03	R\$ 748.299,23

Fonte: Diretorias de Administração e Planejamento e Coordenadorias de Execução Orçamentária e Financeira do IFRS

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012

10.1. DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 50 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro 50.1

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC - 035.959/2011-8	321/2012	1.6.1 e 1.6.2	DE	DOU 08/02/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Descrição da Deliberação:					
1.6.1 Providencie o encaminhamento no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novos atos de admissão para as interessadas constantes no presente processo, para apreciação por este tribunal, corrigindo as falhas de lançamento verificadas nos atos de admissão; e 1.6.2 Observe o correto preenchimento dos formulários de admissão no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas					100918
Síntese da providência adotada:					
Foi encaminhado novos atos conforme solicitado pelo Acórdão, 321/2012, das servidoras LEILA SCHWARZ, com as devidas correções das falhas no preenchimento das informações constantes do sistema SISAC (ato que originou a vaga é incompatível com o motivo da criação da vaga) e TAIS LETÍCIA BERNARDI (nomeação do servidora posterior à validade do concurso e sem a devida prorrogação).					
Síntese dos resultados obtidos					
Aguardar a análise por parte do TCU sobre a legalidade do Ato.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As providências solicitadas pelo Acórdão 321/2012, foram providenciadas no prazo estabelecido. Saliento que um dos fatores negativos é a falta de um servidor responsável por tarefa. O planejamento para 2013 da DGP, é designar um servidor lotado na Coordenadoria de Ingresso. Hoje cada Campus está enviando o seu ato, conseqüentemente não há a verificação por parte da DGP.					

Fonte: Auditoria Interna e Diretoria de Gestão de Pessoas

Quadro 50.2

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

2	TC - 005.970/2012-1	2756/2012	1.6.1 e 1.6.2	DE	DOU 30/04/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Descrição da Deliberação:					
1.6.1 Providencie o encaminhamento no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novos atos de admissão para as interessadas constantes no presente processo, para apreciação por este tribunal, corrigindo as falhas de lançamento verificadas nos atos de admissão; e 1.6.2 Observe o correto preenchimento dos formulários de admissão no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas					100918
Síntese da providência adotada:					
Encaminhamos novos atos conforme solicitado no prazo estabelecido pelo Acórdão 2756/2012, das servidoras HERNANDA TONINI, com as devidas correções das folhas no preenchimento das informações constantes do sistema SISAC (ato que originou a vaga é incompatível com o motivo da criação da vaga) e LIÉGE BARBIERI SILVEIRA (nomeação do servidora posterior à validade do concurso e sem a devida prorrogação).					
Síntese dos resultados obtidos					
Aguardar a análise por parte do TCU sobre a legalidade do Ato.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As providências solicitadas pelo Acórdão 2756/2012, foram providenciadas no prazo estabelecido. Saliento, que um dos fatores negativos é a falta de um servidor responsável por tarefa. O planejamento para 2013 da DGP, é designar um servidor lotado na Coordenadoria de Ingresso como responsável por todos os atos do IFRS. Hoje cada Campus está enviando o seu ato, conseqüentemente não há a verificação por parte da DGP.					

Fonte: Auditoria Interna e Diretoria de Gestão de Pessoas

Quadro 50.3

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC - 010.950/2012-5	4006/2012	1.6.1 e 1.6.2	DE	DOU 20/07/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Descrição da Deliberação:					
1.6.1 Providencie o encaminhamento no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novos atos de admissão para as interessadas constantes no presente processo, para apreciação por este tribunal, corrigindo as falhas de lançamento verificadas nos atos de admissão; e 1.6.2 Observe o correto preenchimento dos formulários de admissão no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas					100918
Síntese da providência adotada:					
Novo ato foi enviado, conforme solicitado no pelo Acórdão 4006/2012, da servidora JOSIELE SFREDO MICHELIN, com as devidas correções das falhas no preenchimento das informações constantes nos formulários do SISAC (Prazo					

entre data da nomeação e da posse, previsto no art. 13§ 1º, da Lei 8112/90, não obedecido).
Síntese dos resultados obtidos
Aguardar a análise por parte do TCU sobre a legalidade do Ato.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
As providências solicitadas pelo Acórdão 4006/2012, foram providenciadas dentro do prazo. Saliento, que um dos fatores negativos é a falta de um servidor responsável pelo cadastramento no Sisac Net. O planejamento para 2013 da DGP, é designar um servidor responsável por essa tarefa, lotado na Coordenadoria de Ingresso. Hoje cada Campus está enviando o seu ato, conseqüentemente não há a verificação por parte da DGP.

Fonte: Auditoria Interna e Diretoria de Gestão de Pessoas

Quadro 50.4

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC - 015.169/2012-0	5482/2012	1.7.1 e 1.7.2	DE	DOU 07/08/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Descrição da Deliberação:					
1.7.1 Providencie o encaminhamento no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novos atos de admissão para as interessadas constantes no presente processo, para apreciação por este tribunal, corrigindo as falhas de lançamento verificadas nos atos de admissão; e 1.7.2 Observe o correto preenchimento dos formulários de admissão no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas					100918
Síntese da providência adotada:					
Devido a falha de preenchimento, a DGP providenciou envio de novo ATO estabelecido no Acórdão (60 dias), com as devidas correções (Tempo de serviço informado diferente da soma dos tempos e tempo de serviço insuficiente (soma dos tempos informados). Informamos ainda, que o referido ATO de Aposentadoria da servidora aposentada NÁDIA TEREZINHA VALENTI POSSAMAI foi julgado LEGAL pelo TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.					
Síntese dos resultados obtidos					
Aguardar a análise por parte do TCU sobre a legalidade do Ato.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As providências solicitadas pelo Acórdão 5482/2012, foram providenciadas dentro do prazo. Saliento, que um dos fatores negativos é a falta de um servidor responsável pelo cadastro no Sisac Net. O planejamento para 2013 da DGP, é designar um servidor responsável por essa tarefa, lotado na Coordenadoria de Ingresso. Hoje cada Campus está enviando o seu ato, conseqüentemente não há a verificação por parte da DGP.					

Fonte: Auditoria Interna e Diretoria de Gestão de Pessoas

Quadro 50.5

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
Deliberações do TCU	

Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC - 030.480/2011-6	11059/2011	1.6	DE	DOU 25/11/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Descrição da Deliberação:					
Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do SISAC, de novos atos de admissão para os interessados constante do presente processo, para apreciação por este Tribunal corrigindo as falhas de lançamento verificadas nos atos de admissões, e observe o correto preenchimento dos formulários de admissão do sistema SISAC, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas					100918
Síntese da providência adotada:					
Devido à falhas de preenchimento, a DGP providenciou envio de novos ATOS estabelecido no Acórdão (60 dias), com as devidas correções, dos servidores: EVANDRO MANARA MILETTO, GERDA FERREIRA E IVAN JORGE GABE.					
Síntese dos resultados obtidos					
Aguardar a análise por parte do TCU sobre a legalidade do Ato.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As providências solicitadas pelo Acórdão 11059/2011, foram providenciadas dentro do prazo. Saliento, que um dos fatores negativos é a falta de um servidor responsável pelo cadastro no Sisac Net. O planejamento para 2013 da DGP, é designar um servidor responsável por essa tarefa, lotado na Coordenadoria de Ingresso. Hoje cada Campus está enviando o seu ato, conseqüentemente não há a verificação por parte da DGP.					

Fonte: Auditoria Interna e Diretoria de Gestão de Pessoas

Quadro 50.6

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6		1793/2011		DE	DOU 11/07/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Descrição da Deliberação:					
(...) determinar aos seguintes órgãos e entidades que observem o cumprimento do art. 2º da IN - SLTI/MP 1/2002 e lancem seus empenhos por meio do SIASG, ao contrário do ocorrido no exercício de 2010 quando foram encontrados empenhos efetuados diretamente no SIAFI (...)					
(...) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (...)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Síntese da providência adotada:					

Assim que esta Pró-Reitoria tomou conhecimento do acórdão acima citado, enviamos orientação aos Câmpus do IFRS para que não emitissem empenhos em desacordo com a IN-SLTI/MP. Entramos também em contato com o TCU via telefone, procurando obter a listagem de empenhos que foram considerados em desacordo com a IN, visando esclarecer aos envolvidos para que tal inconsistência não voltasse a acontecer. No entanto, não obtivemos êxito na fonte escolhida. Em seguida, iniciamos a leitura de manuais e legislação buscando orientações do que poderia ser empenhado via SIAFI, utilizando a modalidade “não se aplica”. Como não encontramos, em março de 2012 enviamos mensagem à Setorial Contábil deste Órgão buscando orientação sobre o assunto. A resposta nos foi dada em junho de 2012, dizendo que a modalidade “não se aplica” serve para os casos em que não cabe a realização de licitação, tais como taxas de inscrição em cursos e congressos, anuidades de entidades, ressarcimento, diárias, etc. (consultas em anexo). Analisando os empenhos 2012 do IFRS, emitidos via SIAFI com esta modalidade, contactamos que foram empenhadas apenas bolsas, diárias, ressarcimentos, taxas para Cartórios e Registros de Imóveis, taxas de inscrição para cursos de capacitação, taxas para Prefeituras, seguro obrigatório de veículos (DETRAN), ajuda de custo, anuidades, obrigações tributárias e contributivas, taxas do CREA/CAU, PASEP, IPI, ICMS, atendendo a orientação da Setorial e também do TCU. (relatório encaminhado por meio digital.)

Síntese dos resultados obtidos

Melhoria dos processos de trabalho e unificação dos procedimentos adotados no IFRS.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Falta de normativas que regulamentam o assunto para que o gestor possa utilizá-las na orientação aos setores que executam.

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 51 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro 51.1

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
IFRS-Câmpus Bento Gonçalves					1207
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC - 021.197/2008-1	1167/2010	1.5.1	DE	DOU 26/03/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
IFRS-Câmpus Bento Gonçalves					1207
Descrição da Deliberação:					
1.5.1 - adote as providências necessárias para dar cumprimento às determinações constantes dos Acórdãos TCU nº 1901/2006 primeira câmara, subitens 9.3.1 e 9.3.2 alertando à entidade para a possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 58, inciso VII, da Lei nº 8.443, de 1992, por reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
IFRS-Câmpus Bento Gonçalves					1207
Justificativa para o seu não cumprimento:					

Primeiramente, para a implantação do setor de vendas centralizadas, faz-se necessário que o setor possua um espaço único e suficiente para comportar o Setor de Vendas e Tesouraria, estrutura definida como ideal para seu perfeito funcionamento. Este espaço visualizado pela atual Gestão, hoje está sendo utilizado para o funcionamento da Lavanderia, onde é realizada a lavagem de roupas dos alunos internos do Câmpus. Devido ao fato de que estes alunos internos estão em pleno ano letivo, estas mudanças e reformas nas instalações físicas não foram possíveis de serem executadas, sem um novo local apropriado para a transferência da Lavanderia. Para esta transferência, foi preciso à desocupação de outro local, o que somente aconteceu no mês de maio de 2012, para então dar-se o início das obras de construção das base das máquinas de lavanderia, instalação de água potável e fechamento de portas. Estes trabalhos foram realizados nos meses de julho e agosto de 2012, necessitando ainda da instalação dos quadros de distribuição elétrica. Após esta etapa serão retiradas as máquinas de lavar da atual sala de lavanderia e repassadas ao novo local, e a sala desocupada passará por reformas para colocação de lajotas, de forro e também divisórias, produtos que foram solicitados no final de 2011 e fazem parte do Pregão N° 06/2012, homologado em julho de 2012 e que foram empenhados em novembro deste ano. Outro ponto importante se refere a obra do Almoxarifado, concluído em outubro de 2012. Desde o início do mês de novembro, os estoques e produtos armazenados no antigo prédio estão sendo transferidos para as novas instalações, incluindo os produtos da cantina de vinificação, tendo uma previsão de conclusão destas transferências até março de 2013 (os meses de Janeiro e Fevereiro são o período de férias da maioria dos servidores). Para o atendimento do Acórdão, existem também a necessidade em relação a aquisição de tecnologia 3G para o fornecimento de internet na Estação Experimental do Câmpus, necessária para a emissão de GRU's aos compradores de animais ofertados na Estação Experimental. Além destes, outro fato relevante é que no decorrer deste ano, houve a paralisação do Câmpus, em virtude da greve dos servidores, que se estendeu pelo período de dois meses (Julho e Agosto de 2012).

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Os principais fatores negativos que prejudicaram o atendimento das recomendações correspondem à questão de ausência de pessoal e disponibilidade de infraestrutura, pois conforme determinações do Tribunal de Contas da União e com a implementação da Tesouraria, optou-se pela centralização do Setor de Vendas para comercialização de todos os produtos oriundos do Câmpus, tanto de origem vegetal, animal e produtos da Vinícola-Escola. Esta centralização do setor engloba os servidores responsáveis pela venda, o pagamento direto a tesouraria e a entrega final da compra, devendo ocorrer todo esse processo no mesmo local. Entretanto, devido à escassez de servidores no Câmpus, a tesouraria atualmente, trabalha paralelamente em outras funções no Departamento Financeiro, e com a nova estrutura em funcionamento, esta deverá atuar junto ao Setor de Vendas (mesmo espaço físico). Na questão da infraestrutura necessária para o atendimento do Acórdão, o Câmpus (antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves) desde a criação dos Institutos Federais em 2008, recebeu um grande número de novos alunos e a sua estrutura física não acompanhou este crescimento, sendo necessária a reforma de grande parte desta estrutura, tanto para o aumento na quantidade de salas de aula, salas de professores, como para laboratórios e demais unidades pedagógicas, tendo grande dificuldade para obtenção de espaços para ampliação dos demais setores, como é o caso do setor de Vendas. Com a conclusão da obra do novo prédio do setor de Almoxarifado e o prédio da nova Biblioteca (que está em construção e com a previsão de ser concluída no 1º semestre de 2013), o Câmpus terá a disponibilidade de outras salas que serão desocupadas e que poderão ser utilizadas para a adequação dos demais setores.

Fonte: Auditoria Interna e Diretor Geral do Câmpus Bento Gonçalves

Quadro 51.2

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	015.036/2011-1	2315/2012	9.9	DE	Ofício 1151/2012-TCU/SECEX-RN
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul					100918
Descrição da Deliberação:					
9.9 determinar aos ...IFRS, ...que: 9.9.1 apurem em relação aos seus servidores ativos e inativos, inclusive de seus					

Campi, (a) eventual acumulação indevida de cargo público; (b) percepção indevida de acréscimo remuneratório por servidores submetidos ao regime de dedicação exclusiva; e (c) descumprimento da carga horária, tanto por aqueles submetidos ao regime de dedicação exclusiva quanto por aqueles submetidos a 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva; 9.9.2 verifiquem, para os servidores que possuem jornada total superior a 60 (sessenta) horas semanais, a compatibilidade de horários e a ocorrência de prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores, aplicando, ainda, se cabível, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990; 9.9.2.1 fundamente devidamente a decisão, na hipótese de se concluir pela licitude da acumulação, com a anexação, no respectivo processo, da competente documentação comprobatória e com a indicação expressa do responsável pela medida adotada; 9.9.3 promovam, caso confirmem a ocorrência das irregularidades, as medidas preconizadas na Lei nº 8.112/90; 9.9.4 informem, na prestação de contas ordinárias de 2012 ou no relatório de gestão as medidas adotadas e os resultados obtidos para cada determinação expedida nesse subitem;...

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918

Justificativa para o seu não cumprimento:

Após o recebimento do ofício 1151/2012-TCU/SECEX-RN, de 10/09/2012, esta Diretoria de Gestão de Pessoas tomou as seguintes providências: a) Elaborou o Ofício Circular nº005/2012, de 03 de outubro de 2012, encaminhando a todos os servidores da Instituição, o qual alerta sobre a impossibilidade de servidores submetidos à Dedicação Exclusiva desempenharem outras funções estranhas ao cargo, sejam estas de natureza pública ou privada, sob pena de devolução ao erário do valor relativo à parcela referente à DE e abertura de sindicância administrativa; b) Promoveu a divulgação da Nota Técnica SRH/MPOG nº 198/2009, a qual ressalta a necessidade do Docente submetido à Dedicação Exclusiva prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, com o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, concluindo, ainda, pelo ressarcimento ao erário da parcela referente à Dedicação Exclusiva nos casos de violação da referida norma legal; c) Sempre que constatados indícios de acumulação de cargos e/ou prática de atividades remuneradas em outras instituições por servidores submetidos à Dedicação Exclusiva, esta Diretoria providenciou a aplicação imediata dos procedimentos descritos no art. 133 e outros da Lei 8.112/90.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Quanto a análise crítica, informo não haver, ainda, nenhum sistema ou mecanismo efetivo que possa nos auxiliar a identificar possíveis acúmulos, havendo, inclusive, recomendação ao MPOG, no item 9.8 do Acórdão 2312/2012, no sentido de implementar ferramentas que permitam aos órgãos a identificação, mesmo antes da posse dos novos servidores, da possível ocupação de outros cargos ou a existência de outros vínculos na esfera privada; cabe salientar que o atendimento de tal recomendação por parte do MPOG, neste particular, facilitaria por demais as atividades desta DGP. Desta maneira, enquanto não implementadas as ferramentas de controle referidas no parágrafo anterior, resta prejudicado o cumprimento integral do disposto no item 9.9 do Acórdão 2312/2012.

Fonte: Auditoria Interna e Diretoria de Gestão de Pessoas

10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro 52 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro 52.1

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203363	Constatação 2.1.2.1 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU- Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
Descrição da Recomendação	
Recomendamos ao gestor que fortaleça os controles internos, capacitando os auditores internos e divulgando a importância da aderência aos controles internos de forma a buscar a melhoria do desempenho e consecução dos resultados da UJ.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
Síntese da Providência Adotada	
O IFRS viabilizou a participação dos auditores em cursos e eventos, com o objetivo de capacitá-los visando a melhoria do desempenho e consecução dos resultados da UJ.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Os conteúdos estudados possibilitaram uma visão geral da Administração Pública, dos processos de contratação, de pagamento de fornecedores e servidores, de controles internos e de metodologias de planejamento.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A utilização do ambiente virtual para realização do curso de Gestão Pública, a parceria com o Instituto Farroupilha na oferta de vagas em cursos por eles planejados e viabilizados, a contratação da Escola de Administração Fazendária e a Associação Brasileira de Orçamento Público, contribuíram para que o IFRS pudesse adotar as providências necessárias para capacitação dos auditores.	

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 52.2

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203363	Constatação 2.1.2.2 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que estabeleça atos normativos que instituam os procedimentos para a consulta e divulgação das alterações e atualizações da legislação específica da área de licitações e contratos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
O Reitor Substituto expediu a Ordem de Serviço nº 008, de 29 de junho de 2012 designando as servidoras Suelen Da Rolt e Elizabeth Maria da Silva Pedroski, como responsáveis pela consulta e divulgação das alterações e atualização da legislação relacionada à área de licitações e contratos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Todas as alterações da legislação relacionadas à área de licitações e contratos são informadas aos servidores das respectivas áreas.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A disponibilidade da legislação de forma eletrônica via web facilitou a adoção das providências pelo gestor. Como fatores negativos podemos citar a diversidade de fontes a serem consultadas, incorrendo no risco de não ser verificada a alteração tempestivamente.

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 52.3

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203363	Constatação 2.1.2.6 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que sejam anexados aos processos de prestações de contas dos suprimentos de fundos os documentos formalizados como PCSF (Proposta de Concessão de Suprimento de Fundos), imprescindíveis à consistência do procedimento utilizado para os gastos, devendo constar todas as informações sobre a concessão do suprimento, as assinaturas, os prazos de aplicação e comprovação e a assinatura do Ordenador de Despesas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
Os Câmpus do IFRS que utilizam suprimento de fundos, foram orientados a anexar aos processos o formulário "Proposta de Concessão de Suprimento de Fundos" e sobre a necessidade das assinaturas. Foi enviado também manual contendo os procedimentos contábeis, cartilha com perguntas e resposta da CGU e link do Tesouro Nacional para consulta a: Manual Sobre Suprimento de Fundos, Formulário de Proposta de Concessão de Suprimento de Fundos - PCSF; Formulário de Abertura de Novas Contas, Manual Cartão de Pagamento do Governo Federal			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O documento "Proposta de Concessão de Suprimento de Fundos" foi incluído nos processos com as devidas assinaturas, conforme recomendação, ocasionando uma melhoria nos processos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A disponibilidade de manuais auxiliou na adoção das providências necessárias e possibilitou a todos os Câmpus do IFRS a padronização dos procedimentos processuais.			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 52.4

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203363	Constatação 2.1.2.7 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que as despesas realizadas com o uso do CPGF sejam realizadas em estrita observância à legislação que rege a aplicação dos adiantamentos por meio de suprimentos de fundos e utilização do CPGF.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
Em reunião do Comitê de Administração, realizada no mês de julho, foi dado ciência aos Câmpus sobre o assunto. Encaminhamos novamente, via e-mail, recomendação salientando que as despesas realizadas com o uso do CPGF sejam realizadas em estrita observância à legislação, sendo encaminhado também arquivo contendo a rotina completa – suprimento de fundos e link do site do Tesouro Nacional, para consulta de outros arquivos relacionados aos assunto.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Melhoria contínua dos processos de trabalho e a padronização em âmbito institucional			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A disponibilidade de manuais auxiliou na adoção das providências necessárias e possibilitou a todos os Câmpus do IFRS a padronização dos procedimentos processuais.			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 52.5

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203363	Constatação 2.1.2.8 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que o IFRS adote procedimentos que para evitar a inobservância das orientações emanadas dos órgãos de controle interno e externo com a finalidade de evitar que a insuficiência nos controles administrativos com a segregação de funções venha a construir riscos de ocorrência de impropriedades ou irregularidades, aconselhando suas unidades vinculadas a adotarem procedimentos que conduzam ao controle administrativo efetivo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			

Foi solicitado ao Banco do Brasil um cartão para o Coordenador de Infraestrutura do Câmpus, visando regularizar a situação e procedido o cancelamento do cartão que estava com o suprido que também era responsável pela gestão financeira. Todos os demais Câmpus foram notificados para que tal impropriedade não volte a acontecer.

Síntese dos Resultados Obtidos

O novo suprido não é gestor financeiros, seguindo as normativas que tratam da segregação de função.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

N/A

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 52.6

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201203363	Constatação 2.1.4.1 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a UJ não proceda à substituição de livros e/ou coleções bibliográficas que não tenham sido objeto dos Termos de Referência dos editais dos processos licitatórios a que pertencem as edições esgotadas, sendo recomendável o imediato cancelamento dos empenhos indevidamente reinscritos por falta de amparo legal para a troca de objeto que não tenha sido incluído no instrumento convocatório por contrariar o disposto no inciso I, § 1º, do art. 3º, da Lei 8.666/93, em relação ao objeto julgado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
Os Câmpus foram informados em reunião do Comitê de Administração, realizada em julho de 2012 da impossibilidade de substituição de livros e/ou coleções bibliográficas que não tenham sido objeto de solicitação enviada antes do empenho. Foi também recomendado o imediato cancelamento dos empenhos indevidamente reinscritos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os empenhos reinscritos de 2010 cujo objeto era livros, foram regularizados com recebimento das mercadorias e/ou cancelamento daqueles empenhos que continham títulos esgotados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
N/A			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 52.7

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
Recomendações do OCI	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201203363	Constatação 2.1.5.2 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a UJ que adote procedimentos de ação de cobrança, junto ao locador, visando ressarcimento das despesas efetuadas na instalação elétrica efetuada no Campus da Restinga em Porto Alegre/RS, nos termos do art. 35 da Lei 8.245/91, a saber: "Art. 35. <i>Salvo expressa disposição contratual em contrário, as benfeitorias necessárias introduzidas pelo locatário, ainda que não autorizadas pelo locador, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício direto de retenção.</i> "			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
Encerramento do contrato de locação do imóvel para o funcionamento do Câmpus Restinga com a mudança de sede e retirada da rede elétrica instalada no prédio alugado, sendo as mesmas utilizadas nos laboratórios do prédio definitivo do Câmpus.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Desinstalação da rede elétrica do prédio alugado e sua reutilização nos laboratórios do prédio definitivo do Câmpus.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A conclusão parcial da obra no Câmpus Restinga contribuiu para que a mudança para a sede definitiva fosse viabilizada. com isso, foi possível o encerramento do contrato de locação e a retirada das benfeitorias realizadas no prédio alugado para serem reutilizadas.			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 52.8

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201203363	Constatação 2.1.8.2 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que realize o planejamento anual de compras de bens e serviços, atendendo às necessidades das Unidades do IFRS, a fim de evitar as contratações de serviços por meio de processos de Dispensa de licitação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918

Síntese da Providência Adotada
Convocação de todos os responsáveis pelas compras juntamente com os Diretores de Administração e Planejamento dos Câmpus que compõe o IFRS, com o intuito de discutir e elaborar um planejamento das contratações para 2012.
Síntese dos Resultados Obtidos
Elaboração do Planejamento de Licitações IFRS – 2012 com economicidade processual, tendo em vista que os processos licitatórios de bens e serviços comuns aos Câmpus, foram realizados de forma compartilhada. Em abril e julho de 2012, os responsáveis pelas compras voltaram a se reunir, com o objetivo de atualizar o status de cada um dos processos, visando garantir o pleno atendimento das demandas existentes.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
N/A

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 52.9

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201203363	Constatação 2.1.8.4 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Que o gestor abstenha de contratar por inexigibilidade sem restar comprovada a exclusividade do fornecedor.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
Foi dada ciência aos Câmpus para que incluam nos processos de inexigibilidade de licitação a comprovação de fornecedor exclusivo, a coleta de preços praticados no mercado pela contratada junto a outros órgãos públicos ou empresas privadas, de modo a justificar o preço pago			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Inclusão nos processos de inexigibilidade da comprovação de exclusividade e pesquisa de preços praticados no mercado			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
N/A			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 52.10

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201203363	Constatação 2.1.8.4 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Observar os preceitos da Lei nº 8.666/93, obedecendo todas as formalidades legais exigidas nos processos licitatórios, principalmente no que se refere à especificação do bem ou serviço a ser contratado, da realização da pesquisa de preços e quando do aceite da nota fiscal com a discriminação correta do serviço ou produto.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
Foi adotada a metodologia de check-list nos processos para acompanhamento dos documentos anexados, visando obedecer todas as formalidades legais exigidas nos processos licitatórios.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os processos são instruídos com todas as formalidades, a descrição dos bens ou serviços são incluídas sem direcionamento a marca/modelos e as pesquisas de preços são realizadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Dificuldade na realização de pesquisas de mercado, pois a grande maioria das empresas, sabedoras que se trata apenas de cotação para comparativo de preços, não formaliza a pesquisa.			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 52.11

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	20103363	Constatação 2.1.2.6 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos, ainda, que seja orientado aos servidores responsáveis pela emissão das Notas de Empenho que seja adotada a inclusão dos prazos de aplicação e comprovação dos suprimentos de fundos no campo próprio da descrição da Nota de Empenho para que possam ser consultados também no sistema SIAFI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Síntese da Providência Adotada			
Notificação aos Câmpus para que incluam os prazos de aplicação e comprovação dos suprimentos de fundos no campo próprio da descrição da Nota de Empenho, para que possam ser consultados também no sistema SIAFI			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Foi iniciada a inclusão das informações solicitadas.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
N/A

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 52.12

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	254832	Constatação 2 Recomendação 1	Ofício nº 36868/2011/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Câmpus Bento Gonçalves			1207
Descrição da Recomendação			
Implemente projetos pedagógicos em parceria com a Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves Ltda., nos termos da Portaria MEC nº 4.033/1995, ou, alternativamente, devolva o servidor às suas atividades de Técnico Agropecuário no IFRS.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Câmpus Bento Gonçalves			1207
Síntese da Providência Adotada			
Foi providenciada a assinatura de projeto de Extensão, intitulado "Preceitos do Cooperativismo na produção de Plantas Ornamentais", sob o registro no SIG Proj de nº 76024.353.94164.05042011. Além disso, foi formalizado outro projeto de Extensão, intitulado "Tratamento e Destino dos Resíduos gerados no Campus Bento Gonçalves através do Cooperativismo", sob o registro no SIG Proj de nº 87775.353.94164.24052011.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os dois projetos de Extensão "Preceitos do Cooperativismo na produção de Plantas Ornamentais" e "Tratamento e Destino dos Resíduos gerados no Câmpus Bento Gonçalves através do Cooperativismo" iniciados em 2011, tiveram continuidade em 2012. No projeto de tratamento e destino dos resíduos, os objetivos alcançados foram: a propagação de uma agricultura sustentável; difusão dos preceitos do cooperativismo e o desenvolvimento do senso de reciclagem. Mesmo com a dificuldade do professor orientador se deslocar do campo para desenvolver o projeto, foi possível de maneira singular, mostrar aos alunos cooperados a importância do reaproveitamento dos resíduos gerados no Câmpus, e desta forma repassar em sua propriedade (residência) e comunidade onde reside. Não se obteve resultados financeiros, mas a proposta de conscientização do trabalho em equipe em comunidade foi atingida. Este projeto possui todos os princípios preconizados tanto no cooperativismo, como ecológico, contribuindo fortemente na formação básica profissional e social do aluno. No projeto das plantas ornamentais, os objetivos alcançados foram: difusão dos preceitos do cooperativismo entre os formandos do Curso Técnico em Agropecuária; Integração dos conhecimentos e articulação da teoria e prática nas áreas de Floricultura, Cooperativismo, Gestão, Planejamento, Projetos e Gestão Ambiental, oportunizando aos alunos acompanhamento de um projeto de produção e comercialização dentro de um processo cooperativista. Notou-se a importância da utilização da criatividade para obtenção de ferramentas alternativas no processo de produção e da necessidade de criar métodos ambientalmente corretos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Os projetos alcançaram parcialmente seus objetivos, devido ao longo período de greve, poucas aulas práticas desenvolvidas, ao acúmulo de atividades, problemas de infraestrutura e problemas na equipe. Ocorreram dificuldades para conciliar o professor e os alunos com as aulas práticas, devido a recuperação das aulas em função da greve; diversas atribuições do professor com trabalhos de pesquisa; não ter sido definido o local para a instalação das composteiras; infraestrutura: dificuldade de conduzir água e energia elétrica.

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 52.13

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	24011	Constatação 8 Recomendação 1	Ofício nº 36868/2011/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Câmpus Sertão			1206
Descrição da Recomendação			
Recomendamos aos gestores a realização de cálculo preciso para determinar o montante repassado indevidamente à empresa contratada, observando para isso a IN SRF nº 480 de 15/12/2004 e seu anexo I, alterado pela IN SRF nº 539 de 25/04/2005 (tabela de retenções para cada natureza de serviço prestado), de modo a cumprir fielmente o disposto no Acórdão nº 950/2007 - Plenário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Câmpus Sertão			1206
Síntese da Providência Adotada			
Por meio do Ofício DG/CS nº 057/2011 esta gestão encaminhou cópia do processo administrativo 23000.063255/2010-69 à Procuradoria Regional Federal da 4ª Região para inscrição da empresa Locadora Sul Ltda. em dívida ativa e execução fiscal; porém, a decisão do processo comum ordinário nº 5001442-09-2011.404.7104 determinou que o IFRS se abstenha de adotar quaisquer medidas de cobrança contra a Locadora Sul Ltda. relativa aos Contratos Administrativos 001/2005 e 002/2006; assim, em 27 de junho de 2011, encaminhamos a Procuradoria Regional Federal da 4ª Região o Ofício IFRS/CA Nº 149/11 para conhecimento da decisão judicial e adoção das medidas cabíveis.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Levantamento dos valores devidos pela empresa contratada e formalização do processo de cobrança.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Todas providências foram tomadas pelo gestor, não sendo possível arrecadar o valor repassado indevidamente a empresa devido a determinação judicial que impede tal procedimento.			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 53 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro 53.1

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203363	Constatação 2.1.2.1 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que inclua em seu planejamento de longo prazo a avaliação dos riscos internos e externos para a consecução dos objetivos do Instituto, bem como elabore e divulgue os normativos das atividades de guarda de estoques e inventário de bens e o Código de Ética e Conduta do Servidor do IFRS.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O IFRS está atuando na elaboração do seu plano de longo prazo, chamado PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional. Trata-se de um planejamento para cinco anos (de 2013 a 2017). Após a definição dos objetivos e metas para o longo prazo, será realizado um diagnóstico dos riscos de origem interna e externa, relacionados aos processos estratégicos, avaliando-se a probabilidade de ocorrência e a adoção de medidas para mitigá-los.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
N/A			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.2

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203363	Constatação 2.1.2.2 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que normatize e documente a realização do planejamento anual de compras que atenda às necessidades das Unidades do IFRS, bem como passe a instruir os processos licitatórios com a justificativa para aquisições e com a realização de amplas pesquisas de preços de mercado que incluam consultas a sites de empresas, ComprasNet e SISPP (Rede Serpro)			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918

Justificativa para o seu não Cumprimento
Foi desenvolvida uma normativa que estabelece a realização do planejamento anual de compras que atenda a todas as unidades do IFRS, porém a mesma está em forma de minuta e necessita da aprovação do Comitê de Administração (COAD), o cuja reunião está prevista para o mês de março/2013.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
N/A

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.3

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203363	Constatação 2.1.2.3 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que proceda como armazenamento das pastas funcionais dos servidores do IFRS de forma a minimizar os riscos à segurança das mesmas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Em outubro de 2012 o IFRS foi comunicado da implantação do Assentamento Funcional Digital pela Governo Federal . Sendo assim haveria um custo desnecessário para a instituição na vinda das pastas funcionais dos servidores neste momento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O fato da não vinda das pastas funcionais neste momento, não se caracteriza como falta de segurança das mesmas. No momento oportuno, com a digitalização dos dados do servidor, será decidido a forma de armazenamento das mesmas.			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.4

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203363	Constatação 2.1.2.3 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul		100918
Descrição da Recomendação		
Recomendamos ao gestor que realize o cadastramento de servidores pensionistas, o acompanhamento sistemático dos servidores cedidos e requisitados, bem como daqueles servidores que atingirão a idade limite de aposentadoria.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul		100918
Justificativa para o seu não Cumprimento		
O cadastramento dos servidores pensionistas foi efetuado através dos câmpus. O acompanhamento dos servidores cedidos e requisitados e dos que atingirão a idade limite de aposentadoria não foi realizado, tendo em vista a falta de servidores na Diretoria de Gestão de Pessoas e a inexistência de um sistema informatizado no âmbito do IFRS, para integrar os procedimentos dentro da estrutura multicâmpus.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
A falta de servidores técnico-administrativos na Diretoria de Gestão de Pessoas e de um sistema integrado tem impactado a implementação de medidas mais eficientes de acompanhamento de algumas demandas do setor de gestão de pessoas, tornando alguns controles ineficientes ou até inexistentes.		

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.5

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201203363	Constatação 2.1.2.3 Recomendação 3	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que proceda a identificação das atividades críticas da área de pessoal e elabore os devidos procedimentos, principalmente ao que se refere à segurança dos lançamentos na folha de pagamentos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A falta de servidores técnico-administrativos lotados na Diretoria de Gestão de Pessoas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A falta de servidores técnico-administrativos lotados na Diretoria de Gestão de Pessoas impediu a implantação de rotinas mais eficientes de controle na área, o que está sendo providenciado com a nova nomeação de servidores para a Diretoria de Gestão de Pessoas desde o início de 2013.			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.6

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201136868 e reiterado 201203363	Constatação 2.1.3.1 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Reiteramos a recomendação para o IFRS implantar seu Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), implantar um Comitê Gestor de Segurança da Informação e Política de Segurança de Informação e ainda estabelecer processos formais de trabalho para a aquisição/contratação de bens e serviços de TI em consonância com o PETI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O item Implantação do Plano Estratégico de TI (PETI) já foi atendido e está disponível no site http://dti.ifrs.edu.br , link Gestão. http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/75 e http://dti.ifrs.edu.br/site/conteudo/index/id/65 O item Implantar o Comitê Gestor de Segurança da Informação foi atendido. O novo regimento foi aprovado em reunião do Conselho Superior no dia 18/12/2012 e está disponível no site http://dti.ifrs.edu.br , link Gestão. Aguardando as indicações dos membros que comporão a Comissão de Segurança da Informação e Comunicações do IFRS (CSIC) O item Estabelecer Processos Formais de aquisição/contratação já foi atendido. Em reunião do Comitê de TI todos os gestores foram orientados a seguirem a Instrução Normativa 04/2012 da SLTI/MPOG			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
N/A			

Fonte: Auditoria Interna e Departamento da Tecnologia de Informação

Quadro 53.7

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201203363	Constatação 2.1.4.1 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que sejam revistos todos os empenhos reinscritos em 2011 relativamente aos Restos a Pagar de 2010, que estejam em situação de inadimplência do fornecedor por não cumprimento dos prazos de entrega de bens e serviços, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis em função dos mandamentos da Lei 8.666/93.			

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Permaneceram em restos a pagar os empenhos 2010NE900374 e 2010NE900413 do Câmpus Erechim (UG 158325) cuja favorecida é a empresa TK SERVICE LTDA ME, tendo em vista que no ano de 2011 foi instaurado processo de penalização nº 23363.000231.2011-61, conforme publicação no DOU de 22/11/2011 Seção 3, contra o qual o fornecedor ingressou com a Medida Cautelar Inominada nº 5003660-68.2011.404.7117/RS, cuja sentença suspendeu a penalidade. No processo n.º 5000255-87.2012.404.7117, ao qual referida medida cautelar está vinculada, a TK Service solicita, além da nulidade da penalidade aplicada (na cautelar foi requerida apenas a suspensão da penalidade), a aceitação do material e o pagamento pelo IFRS. Ainda não houve sentença nesse feito, portanto aguarda-se o andamento do processo para decisão pelo cancelamento ou manutenção dos empenhos.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
N/A	

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.8

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201203363	Constatação 2.1.5.2 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a UJ promova o levantamento físico dos bens imóveis sob sua responsabilidade ao final dos exercícios financeiros a fim de que seja disponibilizado aos interessado e ao controle interno e externo o inventário físico com todas as informações em relatório próprio de comissão de servidores especialmente designada para a verificação da situação dos referidos bens com a finalidade de apontar a evolução da situação dos bens imóveis e dar cumprimento ao art. 96, da Lei 4.320/64.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No ano de 2012 o inventário físico dos bens imóveis foi realizado pelo IFRS, conforme relatórios e documentos dos imóveis constante no processo 23419.001910.2012-45. Foram instituídas comissão própria para tal finalidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
N/A			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.9

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201203363	Constatação 2.1.6.2 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que a Entidade exclua do sistema SIAPE os servidores indevidamente cadastrados uma vez que o referido sistema foi instituído especificamente para o cadastro de servidores da Administração Pública Federal que recebem recursos à conta do Tesouro Nacional, conforme art. 2º do Decreto 99.328, de 19/06/1990.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A solicitação não foi atendida naquele momento tendo em vista o fechamento do sistema apropriado para tal procedimento. O entanto, a exclusão ocorreu no mês de setembro de 2012.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A impossibilidade de acesso ao sistema em determinados períodos do mês impossibilita algumas demandas pontuais.			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.10

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201203363	Constatação 2.1.6.3 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao IFRS que fortaleça a área de gestão de pessoas com incremento de servidores nas áreas carentes, implementando rotinas de revisão de pendências existentes nas atividades da área, provendo meios de evitar as falhas apontadas e dar pleno atendimento às determinações das normas que regem o setor de recursos humanos dos Órgãos e Entidades da Administração Federal, em especial às determinações do TCU.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Falta de códigos de vaga inviabiliza a nomeação de servidores para serem lotados na Diretoria de Gestão de Pessoas e			

consequentemente a implementação de rotinas.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Um número maior de servidores lotados nos diversos setores da Diretoria de Gestão de Pessoas evitaria falhas em procedimentos e daria atendimento às demandas da gestão de pessoas do IFRS.

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.11

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201203363	Constatação 2.1.6.3 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos que a UJ implemente programas de capacitação traduzidos por treinamentos frequentes e envide esforços para minimizar a carência de servidores que pode comprometer a consistência legal dos atos praticados na área de pessoal.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A falta de código de vagas disponíveis para a nomeação de servidores na Diretoria de Gestão de Pessoas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A falta de servidores na Diretoria de Gestão de Pessoas inviabiliza a implementação de programas de capacitação, pois não tendo a equipe de trabalho formada, fica difícil o direcionamento de ações de aperfeiçoamento para desenvolver capacidades que resultem em maior eficiência nos atos praticados.			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.12

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201203363	Constatação 2.1.7.1 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			

Recomendamos ao gestor que fortaleça os controles acerca da entrega de cópias das declarações de bens e rendas exigidas pela Lei nº 8.730/93 (ou das autorizações para acesso eletrônico das declarações) de todos os servidores da Entidade e suas unidades vinculadas com a finalidade de manter atualizadas as informações cadastrais.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Falta de servidores que realizem os controles necessários e de um sistema informatizado no âmbito do IFRS, para que os câmpus efetuem a alimentação dos dados e realizem, em conjunto com a DGP, o controle das informações atualizadas.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A falta de códigos de vagas inviabiliza a nomeação de novos servidores para fortalecer a Diretoria de Gestão de Pessoas, com isso tornando os controles necessários à gestão, frágeis, o que poderia ser minimizado se a administração possuísse um sistema integrado de dados no IFRS.	

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.13

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201203363	Constatação 2.1.7.1 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que exija dos servidores a entrega anual de cópias das declarações de bens e rendas - DIRPF estabelecidas pela Lei nº 8.730/93 (ou autorizações para acesso eletrônico das declarações anuais entregues à Secretaria da Receita Federal).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A entrega está sendo exigida, porém falta um sistema informatizado no âmbito do IFRS para armazenamento desses dados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A falta de um sistema informatizado no âmbito do IFRS para armazenamento dos dados, que possibilitaria a integração entre os dados recolhidos no câmpus e o controle na DGP, torna frágil a comprovação de entrega de documentos.			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.14

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201203363	Constatação 2.1.8.1 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que se exima de promover licitações, mesmo que para registro de preços, sem a verificação prévia das necessidades das Unidades do IFRS, tanto quantitativas quanto qualitativas, evitando a especificação excessiva dos bens, que possa limitar a competitividade do certame e sempre instruindo o processo licitatório com as devidas justificativas para as aquisições de bens ou serviços.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A minuta do "Manual do Requirante" bem como a formatação das comissões multicâmpus terão de ser submetidas a aprovação do Comitê de Administração (COAD), juntamente com os representantes de Licitações da Reitoria e Câmpus, cuja reunião está prevista para o mês de março/2013, visto que não foi possível realizá-la no mês de dezembro/2012, conforme previsto.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
N/A			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.15

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201203363	Constatação 2.1.8.3 Recomendação 1	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Recomendamos ao gestor que realize o planejamento anual de compras de bens e serviços, atendendo às necessidades de todas as Unidades do IFRS, a fim de evitar as contratações de serviços por meio de processo de Dispensa de licitação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foi desenvolvida uma normativa que estabelece a realização do planejamento anual de compras que atenda a todas as unidades do IFRS, porém a mesma está em forma de minuta e necessita da aprovação do Comitê de Administração			

(COAD), o cuja reunião está prevista para o mês de março/2013.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
N/A

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.16

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201203363	Constatação 2.1.6.2 Recomendação 2	Ofício nº 21930/2012/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
Abstenha-se de conceder diárias aos servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves/RS enquanto não houver uma norma disciplinadora da concessão de diárias a colaboradores eventuais da Administração Pública Federal, posto que o Decreto nº 7.446 de 01/03/2011, encontra-se revogado, não tendo persistido no Decreto 7.689, de 05/03/2012, sucedâneo, norma sobre o assunto em comento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os servidores cedidos pela Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves/RS foram excluídos do SIAPE em setembro de 2012 e, a partir de agosto de 2012 deixaram de receber diárias, tendo em vista que a Portaria MEC 403, de 23 de abril de 2009, em seu artigo 4º, define Colaborador Eventual como toda pessoa que, sem vínculo com o Serviço Público Federal, seja convidado a prestar colaboração de natureza técnica especializada ou participar de evento de interesse dos órgãos ou das entidades vinculadas ao MEC em caráter esporádico. Entendemos que os serviços prestados, principalmente pelo motorista, não são de natureza técnica especializada de caráter esporádico, uma vez que as viagens acontecem semanalmente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
N/A			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.17

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

17	254832	Constatação 1 Recomendação 1	Ofício nº 36868/2011/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Câmpus Bento Gonçalves			1207
Descrição da Recomendação			
Regulamente o uso dos bens móveis citados no Contrato de Comodato nº 006/2010, de forma a harmonizar sua utilização com o disposto no artigo 1º, inciso III do Decreto nº 99.509/1190.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Câmpus Bento Gonçalves			1207
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os alunos associados da Cooperativa-Escola e professores orientadores elaboraram dois Termos Aditivos ao Convênio Nº 004/2011 de Cooperação Pedagógica, Técnica e/ou Científica, celebrado entre IFRS – Câmpus Bento Gonçalves e a Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves Ltda., contemplando dois projetos didático-pedagógicos: “O Cooperativismo e a Prática Educativa na Seção de Consumo e Apoio ao Associado da COOPEBG” e o Projeto “Seis Sigma realizado na Cooperativa-Escola”. Constam nos dois Termos Aditivos, a relação de equipamentos de propriedade do IFRS – Câmpus Bento Gonçalves cedidos a COOPEBG (com seus respectivos números de tomo patrimonial), pelo prazo necessário à elaboração e execução dos dois projetos pedagógicos. Os Termos Aditivos foram devidamente protocolados na Diretoria de Extensão do Câmpus Bento Gonçalves, após, encaminhados para análise e parecer do Diretor-Geral e posteriormente enviados à Pró-Reitoria de Extensão do IFRS para manifestação. A Pró-Reitoria de Extensão, por sua vez, encaminhou as duas minutas para análise jurídica junto ao Procurador Federal do IFRS para que após pronunciado seu parecer, se proceda à assinatura de ambas as partes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pontos Positivos: - Elaboração de dois Termos Aditivos (Termo Aditivo Nº 001/2013 – Projeto “O Cooperativismo e a Prática Educativa na Seção de Consumo e Apoio ao Associado da COOPEBG”, protocolado sob o nº 23360.000120.2013-46 e o Termo Aditivo Nº 02/2013 - Projeto “Seis Sigma realizado na Cooperativa-Escola”, protocolado sob o nº 23360.000121.2013-91); - Encaminhamento dos dois termos protocolados na Diretoria de Extensão do Câmpus Bento Gonçalves para análise e parecer do Diretor-Geral e posteriormente enviados à Pró-Reitoria de Extensão do IFRS para manifestação. A Pró-Reitoria de Extensão buscará a análise jurídica junto ao Procurador Federal do IFRS para que se proceda à assinatura de ambas as partes. Pontos Negativos: - Paralisação dos servidores do IFRS – Câmpus Bento Gonçalves pelo período de 70 dias em 2012, por motivo de Greve; - Acúmulo de atividades, tanto pelos professores orientadores dos projetos, como pelos alunos associados da Cooperativa-Escola para a recuperação dos dias letivos suspensos no período de paralisação.			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.18

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	254832	Constatação 1 Recomendação 2	Ofício nº 36868/2011/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Câmpus Bento Gonçalves		1207
Descrição da Recomendação		
Regulamente o uso dos bens móveis e imóveis citados no Contrato de Comodato nº 006/2010, restringindo as destinações dos mesmos a atividades eminentemente educacionais, de laboratório operacional para a prática e fixação das técnicas do cooperativismo e de apoio a planejamento, coordenação, execução e manutenção de outros projetos pedagógicos do IFRS, conforme disposto no artigo 1º, § 1º da Portaria MEC nº 4.033/2005.		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG
Câmpus Bento Gonçalves		1207
Justificativa para o seu não Cumprimento		
Os alunos associados da Cooperativa-Escola e professores orientadores elaboraram dois Termos Aditivos ao Convênio Nº 004/2011 de Cooperação Pedagógica, Técnica e/ou Científica, celebrado entre IFRS – Câmpus Bento Gonçalves e a Cooperativa-Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Bento Gonçalves Ltda., contemplando dois projetos didático-pedagógicos: “O Cooperativismo e a Prática Educativa na Seção de Consumo e Apoio ao Associado da COOPEBG” e o “Projeto Seis Sigma realizado na Cooperativa-Escola”. Constam nos dois Termos Aditivos, a relação de equipamentos de propriedade do IFRS – Câmpus Bento Gonçalves cedidos a COOPEBG (com seus respectivos números de tomo patrimonial), bem como a utilização do espaço físico, pelo prazo necessário à elaboração e execução dos dois projetos pedagógicos. Os Termos Aditivos foram devidamente protocolados na Diretoria de Extensão do Câmpus Bento Gonçalves, após, encaminhados para análise e parecer do Diretor-Geral e posteriormente enviados à Pró-Reitoria de Extensão do IFRS para manifestação. A Pró-Reitoria de Extensão, por sua vez, encaminhou as duas minutas para análise jurídica junto ao Procurador Federal do IFRS para que após pronunciado seu parecer, se proceda à assinatura de ambas as partes.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Pontos Positivos: - Elaboração de dois Termos Aditivos (Termo Aditivo Nº 001/2013 – Projeto “O Cooperativismo e a Prática Educativa na Seção de Consumo e Apoio ao Associado da COOPEBG”, protocolado sob o nº 23360.000120.2013-46 e o Termo Aditivo Nº 02/2013 - Projeto “Seis Sigma realizado na Cooperativa-Escola”, protocolado sob o nº 23360.000121.2013-91); - Encaminhamento dos dois termos protocolados na Diretoria de Extensão do Câmpus Bento Gonçalves para análise e parecer do Diretor-Geral e posteriormente enviados à Pró-Reitoria de Extensão do IFRS para manifestação. A Pró-Reitoria de Extensão buscará a análise jurídica junto ao Procurador Federal do IFRS para que se proceda à assinatura de ambas as partes. Pontos Negativos: - Paralisação dos servidores do IFRS – Câmpus Bento Gonçalves pelo período de 70 dias em 2012, por motivo de Greve; - Acúmulo de atividades, tanto pelos professores orientadores dos projetos, como pelos alunos associados da Cooperativa-Escola para a recuperação dos dias letivos suspensos no período de paralisação.		

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.19

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201108798	Constatação 23 Recomendação 2	Ofício nº 36868/2011/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918

Descrição da Recomendação	
O IFRS deve proceder a realizar avaliação imobiliária de acordo com os comandos previstos no Normativo ON-GEADE-004.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	100918
Justificativa para o seu não Cumprimento	
O imóveis foram reavaliados por ocasião do inventário físico de bens imóveis 2012	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
N/A	

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

Quadro 53.20

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	201108798	Constatação 23 Recomendação 3	Ofício nº 36868/2011/GAB/GGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Descrição da Recomendação			
O IFRS deve proceder e registrar todos os bens imobiliários de acordo com as recomendações descritas no Manual do SIPUnet.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul			100918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Falta de unificação das matrículas dos imóveis pertencentes ao Câmpus Restinga e falta de transferência dos imóveis ocupados pelos Câmpus Porto Alegre e Rio Grande			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O processo de doação do imóvel pertencente ao Câmpus Farroupilha foi finalizado do mês de dezembro de 2012, porém o seu lançamento no SPIUnet será realizado no ano de 2013, tendo em vista que os documentos do Registro de Imóveis não chegaram antes do encerramento do exercício para que pudéssemos efetuar o lançamento.			

Fonte: Auditoria Interna e Pró-Reitoria de Administração

10.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

a) **Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria interna no organograma da UJ;**

Conforme Estatuto do IFRS, publicado no Diário Oficial da União, em 24 de agosto de 2009, “A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Conforme Regimento Geral do IFRS aprovado pelo Conselho Superior do IFRS, conforme resolução nº 064, de 23 de junho de 2010, “A Auditoria Interna, dirigida por um Chefe nomeado pelo Reitor, é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bom como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente”.

Assim, conforme previsto no Estatuto e no Regimento Geral do IFRS, a Auditoria Interna está posicionada abaixo do Conselho Superior do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

A Equipe de Auditoria Interna conta com 5 (cinco) auditores distribuídos conforme quadro abaixo:

Quadro 54 – Equipe de Auditoria Interna

Servidor	Cargo	Exercício	Lotação
Marcelo Juarez Vizzotto	Coordenador	30/08/2010	Reitoria
Alexandre Estive Malinowski	Auditor	18/11/2010	Câmpus Porto Alegre
Eduardo Marques de Camargo	Auditor	14/06/2011	Câmpus Ibirubá
Leandro Pinheiro Vieira	Auditor	01/02/2012	Câmpus Rio Grande
Maríndia Zeni	Auditor	15/10/2010	Câmpus Sertão

Fonte: AUDIN Reitoria

De acordo com a relação acima nem todos os Câmpus possuem auditores. Oito Câmpus não contam com Auditores em seu quadro de servidores e, sendo assim, a Auditoria Interna do IFRS não possui uma estrutura definida, pois ela é uma mescla: parte centralizada e parte descentralizada. Centralizada considerando que os Auditores lotados na Reitoria realizam, na medida do possível, a auditoria nos Câmpus que não possuem Auditor em seu quadro funcional; e descentralizada porque os Auditores lotados nos Câmpus auditam seus respectivos Câmpus.

b) **Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações;**

Segue abaixo as tabelas detalhando os trabalhos mais relevantes realizados pela Auditoria Interna no exercício de 2012 bem como as principais constatações:

Quadro 55 - Constatações realizadas pelos auditores que estiveram em exercício na Reitoria

Relatório	AUDIN Reitoria – Relatório nº 002/2012	Data de emissão	21/03/2012
Assunto	Auditoria no Câmpus Canoas		
Principais constatações			
De acordo com pesquisas no site institucional e conversa com o Servidor J. B. J. , não existem normas, instruções de serviço ou instrumento similar, de âmbito institucional, orientando quanto à correta administração, controle e movimentação dos materiais depositados em almoxarifado.			
De acordo com o Servidor J. B. J. , não são emitidas requisições para solicitação de material do almoxarifado.			
As instalações não são apropriadas para a guarda e depósito de materiais.			

<p>Após conferência de fechamento dos saldos do almoxarifado referente ao período de Dezembro de 2011, constantes nos sistemas SIAFI (Balancete contábil), sistema SUAP (Balancete Elemento de Despesa de Material de Consumo) e Relatório de Movimentação do Almoxarifado – RMA, apresentaram os seguintes saldos totais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Balancete Contábil (SIAFI): Saldo de R\$71.248,29; - Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA): Saldo de R\$71.248,29; - Balancete Elemento de Despesa de Material de Consumo (SUAP): Saldo de R\$69.585,89. <p>Aprofundando a análise, constatou-se divergência entre os saldos do grupo “Material Educativo e Esportivo”, onde no relatório “Balancete Contábil” do sistema SIAFI e RMA constam um saldo de entradas do período no valor de R\$1.662,40, já no relatório “Balancete Elemento de Despesa de Material de Consumo” do sistema SUAP, o valor de entradas do período é de R\$0,00, ocasionando divergência também entre os relatórios no saldo total de entradas do período e saldo atual total do almoxarifado. Após consulta no sistema SUAP, foi localizada uma entrada no dia 19/12/2011 de dois itens, que somados totalizam o valor de R\$1.662,40.</p>
<p>De acordo com pesquisas no site institucional e conversa com o Servidor J. B. J. , não existem normas internas acerca de procedimentos de controle e movimentação de material permanente no âmbito deste Instituto Federal.</p>
<p>Conforme informado no anexo II da S.A. nº039/AUDIN/2011 e posterior confirmação <i>In Loco</i> pelo servidor J. B. J. , o Câmpus Canoas não adota a rotina de emissão de termos de responsabilidade documentados e assinados por servidores responsáveis das cargas patrimoniais.</p>
<p>Conforme informado no anexo II da S.A. nº039/AUDIN/2011 e posterior confirmação <i>In Loco</i> pelo servidor J. B. J. , o Câmpus Canoas não possui comissão específica para o recebimento definitivo dos bens permanentes, bem como não possui meio de controle para o recebimento provisório.</p>
<p>Referente às amostras de sequência nº 73 ao 84 (notebooks), não foram localizados na sala os materiais com as mesmas descrições, porém foram localizados na mesma quantidade outros materiais (notebooks) ainda em caixas com as seguintes descrições: Processador Core I3, disco rígido com capacidade de armazenagem de 500 Gigabytes, 4 Gigabytes de Memória RAM. Já quanto ao item de sequência nº 21 (notebook), não foi localizado durante a inspeção <i>In Loco</i>.</p> <p>Quanto à inspeção física <i>In loco</i> e de acordo com informações do servidor J. B. J. , os itens da amostragem analisada de sequência nº 11 e 42 (Servidor de Rede e Notebook) não possuem identificação quanto ao seu número patrimonial (etiquetas provisórias).</p>
<p>Quanto à inspeção física <i>In loco</i>, da amostragem analisada, os itens de sequência nº 27 a 35 (Condicionadores de Ar) não foram localizados na sala devida de acordo com o constante no sistema SUAP, porém conforme informado pelo servidor J. B. J. , os aparelhos não se encontravam na sala em função de sua instalação ter ocorrido nas salas entre o período de 11 a 20 de Janeiro de 2012. A conferência ficou inviável em função dos mesmos não possuírem etiquetas de identificação.</p>
<p>Após conferência de fechamento dos saldos do almoxarifado referente ao período de Dezembro de 2011, constantes nos sistemas SIAFI (Balancete contábil), sistema e Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, apresentaram os seguintes saldos totais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Balancete Contábil (SIAFI): Saldo de R\$1.673.488,55; - Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB): Saldo de R\$1.673.488,55; <p>Durante a análise, percebe-se que o Sistema SUAP possui o relatório de bens patrimoniais denominado “Relatório Totalização Atual por Câmpus”, onde constam os valores totais das contas cadastradas, porém, salvo melhor juízo, esse sistema não permite a emissão de relatórios por período, os relatórios emitidos representam a situação atual no momento de sua emissão, impossibilitando sua conferência em período posterior.</p> <p>De acordo com o sistema SUAP, também se percebe que, analisando o relatório de totalização atual por Câmpus, emitido em 11/01/2012, possui divergência em comparação com os saldos do Balancete Contábil (SIAFI), e do Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), ambos de Dezembro de 2011, na conta “Coleções e Materiais Bibliográficos” no valor de R\$125.437,18. Conforme informado pelo servidor J. B. J. , esses bens não foram lançados no sistema SUAP.</p>
<p>Conforme informado no questionário e ratificado <i>In Loco</i>, não estão sendo emitidas Portarias de localização dos servidores no Câmpus.</p>
<p>Na análise <i>In Loco</i>, constatou-se que nas pastas funcionais, em sua maioria, não estão anexadas as Portarias do MPOG e do MEC autorizando o provimento do cargo ou origem da vaga, o Edital do Concurso Publicado no D.O.U., Edital de homologação do Concurso Publicado no D.O.U., já no caso específico do servidor A. M. F. P. não foi localizada a pasta funcional, conforme informado pela servidora J. B. R., o exercício deste servidor no Câmpus Canoas ocorreu devido a sua remoção do Câmpus Farroupilha, conforme portaria nº 673, de 24 de Outubro de 2011.</p>
<p>Quanto à documentação referente aos estagiários, na amostra analisada não foi localizado o contrato celebrado entre o IFRS e a empresa responsável pela prestação de serviços de administração das concessões de vagas disponíveis para estágio. Constatou-se também que a documentação referente a todos os estagiários estão em uma única pasta.</p>
<p>Durante a análise da amostra referente aos compromissos de estágios percebeu-se que o Termo de Compromisso de Estágio da estagiária P. da R. S. possui a vigência de 10/10/2011 a 10/10/2012, conforme a ficha de cadastro para</p>

estágio, preenchida em 23/09/2011, a estagiária cursava o 3º ano do ensino médio, porém a carta de aprovação da CETES estipula como prazo para o término do estágio a data de 31/12/2011, também consta na documentação o atestado de matrícula referente ao 1º semestre de 2012 da estagiária para o Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais.			
Os veículos não se encontram segurados contra a ocorrência de acidentes, roubo e sinistros. Conforme documentos apresentados e anexados aos papéis de trabalho, está sendo providenciada a contratação de seguros para frota veicular do IFRS, também em consultas ao site institucional, percebe-se que está publicado no site institucional o pregão eletrônico nº 01/2012, referindo-se a matéria supracitada.			
Através de consulta de infrações junto ao site do Detran RS, constatou-se uma infração do veículo modelo Siena placa IPW4748, onde no momento da consulta constava a situação “Aguarda Prazo de Defesa”.			
No período destinado para inspeção <i>In Loco</i> , não foi localizado o veículo modelo Siena placa IPW5904. Conforme autorização de deslocamento apresentado, o veículo estava em manutenção mecânica.			
Não existe controle diário de bordo em cada veículo, bem como não são emitidas autorizações para abastecimento dos veículos, conforme resposta a S.A. nº039/2011, anexo IV e conversa com o servidor J. B. J. , o controle é feito por contrato de gestão de frota.			
Conforme informado pelo servidor J. B. J. , não existe controle do prazo de validade das habilitações para dirigir dos servidores autorizados a dirigir veículos oficiais.			
Quanto às dispensas, os orçamentos constantes nos processos possuem o timbre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, e também em alguns casos não possuem as assinaturas e carimbo dos fornecedores, assim como em alguns casos o mapa comparativo não possui data e assinatura do responsável pela elaboração.			
Quanto aos processos de dispensas e inexigibilidades, alguns documentos foram localizados somente em forma de cópias no processo, como por exemplo, no caso do processo de inexigibilidade nº 23361.000259.2011-18, onde consta, nas páginas 15 e 16, cópia do certificado de exclusividade do fornecedor.			
Quanto aos processos de dispensas e inexigibilidades, no tangente a previsão de recursos orçamentários, não consta especificação das dotações orçamentárias que dispõe de saldo para a realização das despesas.			
Quanto aos contratos, não foram localizados em nenhum processo tanto de dispensa quanto inexigibilidade. Quanto às notas fiscais, em dois processos de dispensa foram localizadas mais de uma nota fiscal, com emissão em datas diferentes, e em um desses dois processos, os pagamentos ocorreram em períodos diferentes, conforme impressões de tela do SIAFI. Também consta ausência de ateste em algumas notas fiscais.			
Quanto às inexigibilidades, em dois processos não foram localizadas as ratificações das inexigibilidades.			
Ausência de numeração e rubrica nas páginas do processo nº 23361.000003.2011-19.			
Através de análise no sistema SIAFI e processual, observa-se que não consta no processo a nota de empenho nº 2011NE800016, referente ao reforço do empenho de estimativa nº 2011NE800005.			
Relatório	AUDIN Reitoria – Relatório nº 002/2012	Data de emissão	21/03/2012
Assunto	Auditoria no Câmpus Canoas		
Principais constatações			
Constatamos fragilidades nos processos de compras realizadas através de adesão a ATA de registro de preços de outros Órgãos ou Entidades da Administração Pública Federal, no que tange ao atendimento, em especial, aos princípios da motivação, legalidade, economicidade e eficiência.			
Constatamos fragilidades nos controles internos quanto à falta de cópia de documentos que facilitem e agilizem as fiscalizações e conferências importantes nos processos de pagamentos referentes aos serviços continuados.			
Constatamos fragilidades nos controles internos quanto à fiscalização dos contratos de serviços continuados, sendo que a documentação exigida em contrato não está sendo acostada nos processos.			
Constatamos fragilidades nos controles internos quanto às informações referentes ao cumprimento da IN 03/2009 (conta vinculada específica como garantia para pagamento dos encargos trabalhistas), sendo que não estão sendo anexadas aos processos as memórias de cálculos que especificam o valor retido.			
Constatamos falta de sistematização de informações importantes que deveriam constar no histórico dos documentos quando digitados no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), citamos como exemplos: notas de empenhos, apropriações, retenções e pagamentos.			
Constatamos fragilidades nos controles internos em relação ao recebimento de Notas Fiscais sem detalhamento em sua descrição.			
Constatamos fragilidades nos controles internos em relação à falta de ateste em várias Notas Fiscais e as que possuem ateste não identificam o servidor que recebeu o material/serviço.			
Constatamos fragilidades nos controles internos quanto ao pagamento de Notas Fiscais de serviços prestados no exercício de 2012 com recursos financeiros do exercício de 2011 que estavam inscritos em Restos a Pagar.			
Constatamos que os processos não estão devidamente autuados, protocolados e numerados.			
Constatamos que as instalações do almoxarifado são precárias e os materiais não são acondicionados de maneira			

adequada. O Câmpus Restinga encontra-se em fase de obras e a sala destinada ao almoxarifado é aberta permitindo o fluxo de pessoas que não são do setor.
Constatamos que não foi realizado Inventário do Almoxarifado referente ao exercício de 2011. O gestor justifica que: “o inventário não foi realizado devido ao quantitativo de servidores ser insuficientes para a realização desta atividade. Além disso, a disposição dos materiais não nos permitia ter acesso a todos e/ou movimentá-los já que grande parte estava alocada em um depósito na obra e o restante em uma sala na sede alugada do campus”. Esta Auditoria Interna ressalta que, conforme relação de servidores emitidos pela Coordenadora de Gestão de Pessoas, o Câmpus Restinga contava com 42 servidores no final do exercício de 2011.
Constatamos fragilidades nos controles internos do almoxarifado, pois os saldos registrados Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) que é utilizado para gestão e controle dos materiais do almoxarifado não condizem com a real existência do material. O Balancete Material de Consumo emitido por este sistema em abril/2012 apresentava um saldo total de R\$ 155.124,06 com 402 tipos de produtos. Foram selecionados 42 itens para conferência <i>In Loco</i> , sendo que somente 7 itens apresentavam o mesmo saldo. Vale destacar que outros 7 itens não foram conferidos devido à atual condição de armazenamento dos materiais.
Constatamos que não é elaborado mensalmente o demonstrativo físico financeiro evidenciando os estoques iniciais e a movimentação de entrada e saída de todos os materiais que transitam pelo almoxarifado.
Constatamos que não é realizada a conciliação mensal da movimentação entre o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Em relação a esta questão o gestor justifica que: “o lançamento e a conciliação entre o sistema contábil e o de controle de almoxarifado não são realizados porque em primeiro lugar não há neste campus servidor designado para esta tarefa, sequer conhecimento de que deveria ser realizada e de que forma deveria ser. Apenas o lançamento no sistema de controle do almoxarifado (SUAP) é utilizado no campus”. Vale salientar que o saldo registrado no sistema de gestão e controle dos materiais do almoxarifado (SUAP) é de R\$ 155.124,06 enquanto o saldo registrado na contabilidade (SIAFI) é de R\$ 7.047,29.
Constatamos fragilidades nos controles internos referente à guarda e movimentações de materiais no almoxarifado, sendo que vários produtos já não existem mais fisicamente no almoxarifado e foram distribuídos para uso, porém não foi dada baixa no sistema utilizado para gestão e controle dos materiais do almoxarifado (SUAP) e também não foi localizada Nota de Fornecimento destes produtos. Pode-se citar, entre outros, os seguintes exemplos: a) bola oficial de vôlei com 18 gomos em microfibras, e, b) gênero de alimentação achocolatado 200 ml.
Constatamos que existe o ateste nas Notas Fiscais quando do recebimento do material no Almoxarifado, porém sem a identificação do servidor que recebeu o material.
Constatamos fragilidades nos controles internos quanto à falta de assinaturas nas Notas de Fornecimento de material do Almoxarifado. Além disso, um grande número destas Notas de Fornecimento é de solicitações de produtos em que o requisitante é a própria Coordenadora do Setor do Almoxarifado.
Constatamos que o Câmpus Restinga encontra-se em fase de obras e a sala destinada à guarda provisória de alguns bens permanentes é aberta permitindo o fluxo de pessoas que não são do setor. As instalações da sala são precárias e os bens não são acondicionados de maneira adequada.
Constatamos que não foi realizado Inventário Físico do Patrimônio referente ao exercício de 2011. O gestor manifesta que: “o inventário não foi realizado devido ao quantitativo de servidores ser insuficiente para a realização desta atividade. Além disso, a disposição dos materiais não nos permitia ter acesso a todos e/ou movimentá-los já que grande parte estava alocada em um depósito na obra e o restante distribuídos, uma sala na sede alugada do campus”.
Constatamos fragilidades nos controles internos. Foram selecionadas, de acordo com informações do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) 70 amostras entre um universo de 1649 itens, cujo valor da amostra totalizou R\$273.731,07. Através da realização dos trabalhos <i>In Loco</i> , perceberam-se dificuldades na localização de alguns itens, inviabilizando sua conferência, também que os saldos registrados no sistema SUAP não condizem com a real existência do material, como por exemplo, no tangente a rotina de emissão de termos de baixas de bens permanentes. Em entrevista realizada com a coordenadora de infraestrutura, foi informado que não houve baixas no sistema informatizado de controle de patrimônio (SUAP), porém houve furtos de bens, constando somente boletins de ocorrência.
Constatamos que não existe a rotina de emissão de termos de responsabilidade para todos os bens permanentes, sendo informado que só são impressos e assinados os termos de responsabilidade dos notebooks e bens da chefia de gabinete.
Constatamos que não é realizada a conciliação mensal entre os saldos do sistema de controle de patrimônio (SUAP) e de administração financeira (SIAFI). Em relação à questão, o gestor justifica que: “não temos contadoria no Câmpus”. Complementando as análises, o gestor também manifesta que: “não temos orientação de como fazer e proceder por não ter pessoa habilitada para isso, nem contadoria”. Vale Salientar que o saldo registrado na consulta em 25/06/2012 do sistema de controle de patrimônio (SUAP) é de R\$852.556,48, enquanto o saldo registrado no balancete contábil emitido pelo sistema integrado de administração financeira (SIAFI) é de R\$1.576.205,69.
Constatamos falta de motivação dos atos na formalização de procedimentos. Através das análises, por exemplo, foram encontrados documentos com preenchimento incompleto (ex. termos de doação sem dados e assinaturas dos doadores), cópias de notas fiscais sem ateste, ausência de identificação das assinaturas em documentos, entre outros.
Constatamos fragilidades nos controles internos, em análise as fichas SISAC, pois o prazo de envio das informações

pertinentes aos atos de admissões está em desacordo com o art. 7º da IN TCU nº 55/07.			
<p>Constatamos fragilidades nos controles internos conforme verificação efetuada nas pastas funcionais dos servidores selecionados pela amostra de auditoria, através de aplicação de check-list, sendo que não estão sendo arquivados os seguintes documentos nas pastas funcionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Portarias do MPOG e do MEC autorizando o provimento dos cargos; - Edital do concurso publicado no DOU; - Edital de Homologação do Concurso publicado no DOU; - Prorrogação do prazo de validade do concurso publicado no DOU, quando for o caso; - Disponibilidade do código de vaga. 			
Conforme análise da pasta funcional da professora substituta Edila Marli da Silva Ribeiro não foram localizados os seguintes documentos: Origem da Vaga, Edital do Processo Seletivo Simplificado publicado no DOU, Edital de Homologação do Processo Seletivo Simplificado publicado no DOU, Publicação do Extrato do Contrato no DOU, Ficha SIAPE e Ficha SISAC.			
Em relação ao contrato celebrado entre o IFRS – Câmpus Restinga e a referida professora identificamos que a primeira folha foi impressa em folha A4 de papel reciclado e as duas páginas seguintes foram impressas em folhas A4 de papel branco. Nenhuma folha possui o timbre do Ministério da Educação e a identificação do IFRS. A primeira folha não está assinada/rubricada e a segunda folha só tem a rubrica da professora contratada.			
Constatamos que não é utilizada uma metodologia padrão para controle de movimentação de veículos, resultando em fragilidades de controles internos. Conforme informado em resposta às solicitações de auditoria, sobre o controle de movimentação de veículos, o responsável pelo setor manifesta que o acompanhamento é realizado através de requisições, com autorização (assinatura) das chefias. Devido ao Câmpus estar dividido em duas sedes, o controle do veículo placa IQX-3172 está sendo feito por planilha eletrônica e o controle do veículo placa IQX-3411 por planilha manual. Em caso de viagem, usa-se a requisição padrão.			
Constatamos fragilidade nos controles internos, no sentido de que o Câmpus Restinga não mantém acompanhamento do vencimento das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) dos servidores autorizados a conduzir veículos oficiais. Conforme resposta às solicitações de auditoria, sobre os procedimentos de controle das datas de vencimento das habilitações para dirigir de todos os motoristas habilitados a conduzir veículos oficiais, foi informado que quando a ordem de serviço é feita, o motorista entrega a cópia da habilitação, mas fica responsável por mantê-la em dia.			
Constatamos fragilidades nos controles interno, no sentido de que os documentos carecem de detalhamento e preenchimento (motivação). Conforme resposta às solicitações de auditoria e análise, sobre procedimentos de controles internos, no tangente ao uso de controle diário de bordo em veículos oficiais e solicitações para deslocamento com veículo oficial, percebe-se que em alguns casos os servidores autorizados não realizam o preenchimento de forma adequada, sendo que já foram advertidos por e-mail e pessoalmente.			
Constatamos fragilidades nos controles internos, em especial quanto à formalização das autorizações para que os servidores possam conduzir veículos oficiais. Em alguns casos analisados, as ordens de serviços apresentadas à Auditoria Interna não possuíam assinatura do Diretor Geral autorizando tal procedimento.			
Relatório	AUDIN Reitoria – Relatório nº 010/2012	Data de emissão	21/11/2012
Assunto	Auditoria na Reitoria		
Principais constatações			
Constatamos que os processos não estão devidamente autuados, protocolados e numerados.			
Constatamos fragilidades nos controles internos em relação à falta de ateste em várias Notas Fiscais e as que possuem ateste não identificam o servidor que recebeu o material/serviço.			
Constatamos fragilidades nos controles internos quanto ao pagamento de Notas Fiscais de serviços continuados prestados no exercício de 2012 com recursos financeiros do exercício de 2011 que estavam inscritos em Restos a Pagar.			
Constatamos fragilidades nos controles internos em relação à falta de assinatura do ordenador de despesas nas Notas de Empenho.			
Constatamos fragilidades nos controles internos em relação à emissão de Notas de Empenho sem detalhamento de sua origem, em especial, aos empenhos emitidos em decorrência de Termos Aditivos de contratos.			
Constatamos fragilidades nos controles internos em relação ao pagamento dos processos 23419.000103.2011-13, 23419.000183.2012-15, 23000.061020.2010-32, 23000.087023.2009-62 e 23419.000104.2012-51 sem a apresentação do relatório do fiscal do contrato.			
Constatamos que vários processos possuem mais de 200 folhas e alguns possuem mais de um volume. Não localizamos em nenhum processo o Termo de Encerramento ou o Termo de Abertura de volume.			
Relatório	AUDIN Reitoria – Relatório nº 011/2012	Data de emissão	28/11/2012
Assunto	Auditoria na Reitoria		
Principais constatações			

Constatamos que os processos não estão devidamente autuados, protocolados e numerados.
Constatamos que vários processos possuem mais de 200 folhas.
Constatamos que não foram localizadas em alguns processos de adesão a ATA de Registro de Preços a aprovação da abertura da despesa pelo ordenador de despesa e a declaração de disponibilidade de recurso orçamentário.
Constatamos fragilidades nos controles internos em relação à falta de indicação das rubricas quando da comprovação da existência de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações a serem assumidas.
Constatamos que não foram localizados em alguns processos de adesão a ATA de Registro de Preços os documentos que comprovem a ampla pesquisa de preços que visam comprovar a vantajosidade deste procedimento.

Fonte: AUDIN Reitoria

Quadro 56 - Constatações realizadas pelo auditor lotado no Câmpus Porto Alegre

Relatório	Relatório de Auditoria 02/2012	Data de emissão	16/10/2012
Assunto	Diárias		
Principais constatações			
Em algumas das solicitações analisadas não houve a tempestividade no pagamento da diária.			
O adicional de embarque/desembarque não vem sendo pago da forma correta.			
Algumas das solicitações de diárias analisadas não foram feitas dentro do prazo de 10 dias de antecedência. Ainda, em algumas destas amostras intempestivas não constava anexado nenhuma justificativa de atraso.			
Não esta sendo anexado no SCDP os canhotos das passagens de embarque nos deslocamentos via transporte terrestre. Ainda, algumas amostras apresentaram prestação de contas com prazo superior a 5 dias.			
Nas solicitações de diárias constam no formulário o cargo ou função do servidor beneficiário e seu CPF, porém faltam os dados referentes à matrícula Siape.			
Em algumas amostras não há documento comprobatório da necessidade do afastamento bem como não há anexo na prestação de contas, os comprovantes ou certificados relativos à participação do servidor no evento. Por exemplo, na solicitação nº 000051/12, na prestação de contas foi identificado o comprovante das passagens e de hospedagem, porém não foi anexado nenhum comprovante de participação do servidor no evento.			
As diárias em sua maioria foram concedidas de acordo com o Decreto 5.992/96, porém em um número significativo delas faltou identificar o nome do Chefe Imediato e em algumas amostras faltam a data do “De Acordo”, como em outras falta a assinatura de concessão do dirigente do órgão, apenas constando o seu carimbo. Na solicitação de diária específica nº 000051/12 constatou-se a falta de assinatura do próprio proposto caracterizando falha grave de controle interno.			
Relatório	Relatório de Auditoria 03/2012	Data de emissão	07/10/2012
Assunto	Transportes		
Principais constatações			
O setor ainda carece de organização quanto a normas, instruções de serviço ou instrumento similar, orientando quanto à correta administração, controle e utilização da frota de veículos e máquinas.			
Existe um controle sobre a movimentação de veículos, com informações relativas ao motivo do deslocamento, quilometragem e itinerários percorridos, horários de saída/chegada bem como o visto de quem utilizou o veículo. Porém dados sobre o abastecimento e reparos efetuados não possuem um controle específico.			
O Câmpus não mantém planilhas de controle individualizado para cada veículo, para demonstrar o seu custo de manutenção, compreendendo informações sobre serviços, peças e abastecimentos efetuados, assim como eventuais datas de saída e retorno de conserto.			
Não é feito mensalmente no setor a apuração do custo operacional dos veículos visando identificar os veículos passíveis de reparos (recuperáveis) e os antieconômicos ou irrecuperáveis (sucatas), baseados em critérios econômicos e técnicos, inclusive em relação à proteção do meio ambiente.			
O setor recebe as notificações de trânsito e notifica e orienta a unidade que mantém a carga patrimonial do veículo quanto aos procedimentos a serem adotados para identificação do condutor e pagamento da multa, porém não é aberto processo.			
O setor mantém em seus registros cópia e controle das datas de vencimento das CNH de todos os motoristas oficiais, bem como os autorizados a dirigir, mas não faz o procedimento de informar o setor de exercício dos mesmos as datas de vencimento para as providências cabíveis.			
Não vem sendo elaborado planilha de controle mensal das médias de quilometragem registradas por cada veículo da frota.			

Cada veículo do instituto possui os equipamentos obrigatórios de segurança (estepe, extintor, cinto de segurança, triângulo sinalizador, macaco e ferramentas de roda) em dia.			
Os veículos Meriva e Zafira não possuem a correta identificação do logo do IFRS – Câmpus Porto Alegre em sua lateral.			
Relatório	Relatório Extraordinário 01/2012	Data de emissão	
Assunto	Gastos com Cartão de Pagamento do Governo Federal		
Principais constatações			
Constatou-se não haver consulta formalizada do almoxarifado, quando da compra de insumos com o uso do CPGF.			

Fonte: AUDIN Câmpus Porto Alegre

Quadro 57 - Constatações realizadas pelo auditor lotado no Câmpus Rio Grande

Relatório	AUDIN Câmpus Rio Grande – Relatório nº 001/2012	Data de emissão	29/05/2012
Assunto	Auditoria no Câmpus Rio Grande		
Principais constatações			
<p>Não existem normas internas, instruções de serviço ou instrumento similar, em nível institucional, específicos ao âmbito do IFRS ou do Câmpus Rio Grande orientando quanto à correta administração, controle e movimentação dos materiais depositados em almoxarifado (Normatização das Atividades do Setor). Sendo utilizadas, para orientação nas atividades, normas gerais impostas pela Legislação Federal.</p> <p>Durante a verificação “in loco”, observou-se que as instalações do almoxarifado são razoavelmente seguras quanto a invasões externas (indivíduos sem acesso ao Câmpus), haja vista que todos os depósitos possuem grades nas aberturas, e o maior tem, inclusive, um sistema de alarme, além de, atualmente, haver ponto permanente de vigilância próximo a ambos os depósitos. Quanto a invasões internas (indivíduos com acesso ao Câmpus), ressalta-se que somente o responsável pelo almoxarifado, e outros dois funcionários atuantes no setor, possuem acesso às chaves dos ambientes/salas, entretanto, o depósito maior apresenta um layout (02 (dois) ambientes/salas – um interno menor dentro de outro maior) que dificulta o controle de entrada de pessoas a todos os ambientes, quando este se encontra aberto (sobretudo quando se está executando alguma atividade no ambiente de material de expediente, com o depósito aberto).</p> <p>Durante a verificação “in loco”, observou-se que as instalações, embora antigas, oferecem condições razoáveis de armazenagem, não apresentando sinais visíveis de infiltrações/goteiras ou vestígios de umidade nos ambientes, os materiais mais suscetíveis à umidade se encontram em estrados ou prateleiras evitando o contato direto com o piso, os produtos encontram-se organizados nas prateleiras de modo a facilitar o acesso aos de grande movimentação, e, também, os produtos pesados e mais volumosos estão localizados em baixo e os mais leves e menos volumosos em cima, entretanto, inexistente um sistema de identificação (rótulos, etiquetas, etc..) dos produtos nas prateleiras compatível com os registros constantes no Sistema Informatizado, o qual caso existisse, poderia facilitar a identificação desses. Durante a verificação “in loco”, não se constatou a existência de materiais inutilizados/inutilizáveis em estoque.</p> <p>Todos os materiais de consumo adquiridos que entram em estoque de consumo transitam e são registrados no Sistema Informatizado, já os materiais de consumo imediato não transitam pelo almoxarifado e não são registrados no Sistema Informatizado, os quais, após recebidos pelo setor de almoxarifado, são conferidos conforme empenho, a NF é atestada com carimbo de recebimento pelo responsável pelo almoxarifado, e é feito um termo de entrega/recibo, o qual é assinado pelo solicitante/requisitante quando da entrega do material. Tanto os primeiros quanto os últimos têm a documentação relativa às operações realizadas arquivadas em meio físico (papel).</p> <p>Inexiste um controle específico centralizado no Setor de Almoxarifado ou em outro setor administrativo quanto à destinação e utilização dos materiais após entrega destes aos setores requisitantes, com a finalidade de evitar a utilização indevida dos materiais (uso particular ou desvio) ficando tal controle, sob a responsabilidade dos setores requisitantes.</p>			

Fonte: AUDIN Câmpus Rio Grande

Quadro 58 - Constatações realizadas pelo auditor lotado no Câmpus Sertão

Documento	Data	Assunto	Principais Constatações
AUDIN Câmpus Sertão Relatório nº 001/2012	25/01/12	Almoxarifado	Estocagem de materiais em contato direto com o piso;
			Estocagem de itens obsoletos ou inservíveis.

AUDIN Câmpus Sertão Recom. nº 001/2012	09/03/12	Inventário físico de transferência de responsabilidade.	Devido à troca de Direção-Geral e de Coordenadores se faz necessária a realização de inventário de transferência de responsabilidade.
AUDIN Câmpus Sertão Relatório nº 002/2012	30/03/12	Compras e Licitações	Editais de pregão sem o valor de referência; Carência na especificação do assunto dos processos cadastrados no SUAP; Adesões a atas de registro de preços sem a confecção de processo administrativo; Falta de declaração de existência de recursos orçamentários em alguns processos de compras.
AUDIN Câmpus Sertão Recom. nº 002/2012	11/04/12	Segregação de Funções	Necessidade de orientar a gestão quanto ao princípio da segregação de funções.
AUDIN Câmpus Sertão Recom. nº 003/2012	13/04/12	Decreto nº 5.904/06	Reinteração de recomendações efetuada em 2011, devido à necessidade de observância ao Decreto 5.904/06.
AUDIN Câmpus Sertão Recom. nº 004/2012	19/04/12	Atualização cadastral de lotação e exercício, junto ao SIAPE, de servidores removidos.	Alguns servidores removidos do/para o Câmpus Sertão estavam com lotação e exercício incorretos no SIAPE.
AUDIN Câmpus Sertão Relatório nº 003/2012	26/04/12	Gestão de Pessoas	Licença para tratamento de saúde em aberto (sem fim real) no SIAPE; Utilização de códigos incorretos (SIAPE) no cadastramento de afastamentos para estudos no país e de cessões de servidores.
AUDIN Câmpus Sertão Recom. nº 005/2012	18/05/12	Retificação dos valores publicados referentes a concessões de diárias e padronização na forma de publicação.	Os valores das diárias (do 1º trimestre de 2012) publicados no BS do Câmpus eram divergentes dos valores fornecidos pelo SCDP; A forma de publicação das concessões de diárias divergia da forma utilizada pela Reitoria (de acordo com o “Boletim Serviço” do SCDP).
AUDIN Câmpus Sertão Relatório nº 004/2012	22/05/12	Diárias	Prazos de solicitação de diárias e de prestação de contas desrespeitados; Solicitações preenchidas de forma incorreta e sem comprovante da necessidade da viagem; Registros no SCDP não contavam com os anexos de solicitação de diárias, de comprovação da viagem e de prestação de contas; Dois casos de servidores que receberam diárias além do devido.
AUDIN Câmpus Sertão Relatório nº 005/2012	06/07/12	Gestão Financeira e Orçamentária	Necessidade de aprimorar os controles internos no tocante ao ateste das notas fiscais.
AUDIN Câmpus Sertão Relatório nº 006/2012	26/07/12	Transportes/Veículos Oficiais	Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos não renovados na data adequada; Necessidade de realização da transferência de propriedade dos veículos da antiga EAFS para o Câmpus; Ocorrência de viagem de fretamento intermunicipal sem a listagem de passageiros; Autorizações de viagens preenchidas de forma incompleta; Fichas cadastro de veículos oficiais desatualizadas; Não utilização do Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção dos Veículos Oficiais.
AUDIN Câmpus Sertão	16/10/12	Compras e Licitações	Não atendimento de algumas recomendações efetuadas no Relatório 002/2012;

Relatório nº 007/2012			Adesões a atas de registro de preços sem comprovação da vantajosidade para a Administração (sem pesquisa de preços);
			Processos de compras sem a solicitação dos bens e/ou serviços a serem adquiridos e/ou contratados ou sem a devida justificativa de necessidade;
			Processos sem a autorização do gasto pelo ordenador da despesa;
			Processos sem os originais ou cópias autenticadas ou conferidas com o original das propostas e dos documentos de habilitação;
			Inexigibilidades sem ratificação;
			Processos com folhas não paginadas e rubricadas.
AUDIN Câmpus Sertão Relatório nº 008/2012	26/10/12	Gestão de Pessoas	Prazos para o cadastramento de admissões e desligamentos junto ao SISAC não respeitados;
			Admissão por força judicial cadastrada no SISAC sem a informação de que é admissão judicial;
			Contratação de professor temporário em data anterior a publicação do Edital de Homologação no DOU;
			Alguns dados cadastrados no SISAC divergem da documentação que compõem o processo de admissão e/ou desligamento.
AUDIN Câmpus Sertão Relatório nº 009/2012	12/12/12	Seção de Patrimônio	Os bens recebidos por meio de doação são cadastrados com valores simbólicos (não são considerados valores nominais ou de mercado);
			Os Termos de Responsabilidade dos bens são emitidos somente ao final do ano;
			A comissão inventariante, geralmente, é formada por três servidores, sendo um deles o Chefe da Seção de Patrimônio (desrespeito à segregação de funções);
			Falta de equipamentos apropriados para a adequada etiquetagem dos bens.
			Bens transferidos para o Câmpus Ibirubá e para o Polo de Vacaria continuam cadastrados como patrimônio do Câmpus Sertão.
			Veículo de passeio – Zafira – de propriedade do Câmpus Sertão está em nome Reitoria.

Fonte: AUDIN Câmpus Sertão

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

Segue abaixo um quadro que apresenta o total de recomendações implementadas (atendidas) e o total das recomendações que estão pendentes de atendimento:

Quadro 59 – Relação: quantidade de recomendações implementadas & quantidade de recomendações pendentes

Câmpus	Recomendações Atendidas	Recomendações Não Atendidas
Reitoria	11	20
Bento Gonçalves	0	0
Canoas	27	1
Caxias	11	3
Erechim	4	0
Farroupilha	0	9
Feliz	4	9
Ibirubá	1	8
Osório	13	5

Porto Alegre	18	5
Restinga	19	15
Rio Grande	7	6
Sertão	38	11
TOTAL	153	92

Fonte: AUDIN Reitoria

Total de Recomendações = 245

Total de Recomendações Atendidas = 153 (62,45%)

Total de Recomendações Não Atendidas = 92 (37,55%)

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

Conforme reunião realizada pelos Auditores Internos, nos dias 18 e 19 de setembro de 2012, registrado na ATA 06/2012 AUDIN, foi estabelecido um modelo padrão de SA para acompanhamento das recomendações. Para o exercício de 2013 a ação nº 12 do PAINT (Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna) já prevê que os auditores internos deverão fazer o acompanhamento das recomendações exaradas pela auditoria interna. Esse acompanhamento, conforme cronograma de atividades acontecerá nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro.

A SA é encaminhada para o Diretor-Geral que se manifesta em relação ao atendimento ou não atendimento da recomendação. Em caso de atendimento da recomendação é solicitado ao gestor que descreva: a) síntese das providências adotadas; b) síntese dos resultados obtidos; e c) análise crítica dos fatores positivo-negativo que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor. E em caso de não atendimento da solicitação é solicitado que o gestor descreva: a) justificativa para o seu não cumprimento; e b) análise crítica dos fatores positivo-negativo que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor. Consequentemente, com base nas respostas e com base nos documentos que comprovem aquelas recomendações atendidas, os Auditores Internos realizam uma nova análise avaliando e monitorando as recomendações.

e) Informações da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

Os Auditores Internos adotaram como sistemática para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna a solicitação de manifestação dos Gestores quanto ao atendimento ou não atendimento, conforme descrito na resposta do item anterior.

Os Auditores Internos não contam com sistema informatizado para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

Quando os trabalhos de Auditoria Interna são realizados em um dos Câmpus do IFRS o Relatório de Auditoria Interna é entregue ao Diretor Geral do Câmpus para que pontualmente tome as devidas providências para atender as recomendações e trimestralmente os Relatórios de Auditoria Interna são encaminhados a Reitora (Presidente do Conselho Superior). Em 2013 esse encaminhamento passará a ser bimestral.

Quando os trabalhos de Auditoria Interna são realizados na Reitoria o Relatório de Auditoria Interna é entregue a Reitora. Da mesma forma ele é encaminhado, junto com os relatórios dos Câmpus, ao Presidente do Conselho Superior.

Com o trabalho de acompanhamento das recomendações o gestor se posiciona em relação ao atendimento ou ao não atendimento das recomendações, sendo que se optar por não atender a recomendação estará aceitando e assumindo os riscos pela sua não implementação, inclusive justificando o seu não atendimento.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre os riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

Conforme relatado no item anterior a Magnífica Reitora, que é a presidente do Conselho Superior, é comunicada periodicamente de todos os trabalhos realizados pelos Auditores Internos. Nos trabalhos de acompanhamento das recomendações novamente são informadas as recomendações que não foram atendidas. No início de cada ano é emitido o Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT) do exercício anterior onde constam todas as recomendações que estão pendentes de atendimento. O RAIN'T também é encaminhado para o presidente do Conselho Superior.

10.3. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93

10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 60 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	55	0	0
	Entregaram a DBR	55	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	127	0	0
	Entregaram a DBR	127	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Obs.: Adotamos o Art.3º parágrafo 2º do Decreto 5483/2005. Autorização a consulta.

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas

Nesta análise, destacam-se alguns aspectos relacionados à entrega da DBR por servidores, conforme previsto na legislação. Quanto às providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR, os servidores são alertados a respeito das implicações a que poderão estar submetidos. No IFRS, a incumbência de gerenciar a recepção das declarações cabe a Coordenadoria de Ingresso, ligada a Diretoria de Gestão de Pessoas, e as Coordenadorias de Gestão de Pessoas de cada Câmpus que solicitam por ocasião do ingresso/posse. O gerenciamento e controle da entrega estão sendo organizado através de planilha eletrônica centralizada na DGP e compartilhado com os câmpus. Não é realizada análise pela UJ das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio, em face da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações.

10.4. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL**

DECLARAÇÃO

Eu, Adriana Pancotto, CPF nº **983.382.500-15**, Diretora de Licitações e Contratos, cargo exercido na Reitoria do IFRS, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Bento Gonçalves, 15 de fevereiro de 2012.

A assinatura manuscrita de Adriana Pancotto, escrita em tinta preta, com uma caligrafia cursiva e fluida.

Adriana Pancotto
983.382.500-15
Diretora de Licitações e Contratos

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012

11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

O IFRS adota os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo é baseada na Macrofunção 020300 do Tesouro Nacional, em seu item 27:

27. O administrador deverá seguir a tabela de vida útil abaixo, estabelecida para cada conta contábil. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabilizará a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação. Assim, mesmo havendo diferenças relativas às características de cada item classificado na mesma conta contábil, deverá ser aplicado o critério padrão de vida útil, devido às limitações operacionais dos sistemas, compreensão da informação e representatividade. Pelo mesmo motivo, o valor residual dos bens também será padronizado e deverá seguir o especificado na tabela abaixo.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes e as taxas utilizadas para o cálculo estão no quadro abaixo:

Quadro 61 – Vidra útil padrão

QUADRO DE VIDA ÚTIL PADRÃO			
CONTA	TÍTULO	V.ÚTIL (anos)	VALOR RESIDUAL
14212.02.00	AERONAVES	0	-
14212.04.00	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
14212.06.00	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
14212.08.00	APARELHOS EQUIP. E UTENS. MED. ODONT., LABOR.	15	20%
14212.10.00	APARELHOS E EQUI. P/ESPORTES E DIVERSÕES	10	10%
14212.12.00	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
14212.13.00	ARMAZENS ESTRUTURAIS - COBERTURAS DE LONA	10	10%
14212.14.00	ARMAMENTOS	20	15%
14212.16.00	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	0	-
14212.18.00	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	-
14212.19.00	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
14212.20.00	EMBARCAÇÕES	0	-
14212.22.00	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
14212.24.00	EQUIPAMENTOS PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%
14212.26.00	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20	10%
14212.28.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS NATUREZA INDUSTRIAL	20	10%
14212.30.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%

14212.32.00	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
14212.33.00	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%
14212.34.00	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
14212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
14212.36.00	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENS. DE ESCRITÓRIO	10	10%
14212.38.00	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10%
14212.39.00	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
14212.40.00	MAQ. EQUIP. UTENSÍLIOS AGRI/AGROP. E RODOVIÁRIO	10	10%
14212.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
14212.44.00	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	0	-
14212.46.00	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10%
14212.48.00	VEÍCULOS DIVERSOS	15	10%
14212.49.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10	10%
14212.50.00	VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	30	10%
14212.51.00	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%
14212.52.00	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	15	10%
14212.53.00	CARROS DE COMBATE	30	10%
14212.54.00	EQUIP. PEÇAS E ACESSÓRIOS DE AERONÁUTICOS	30	10%
14212.56.00	EQUIP. PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO AO VOO	30	10%
14212.57.00	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
14212.58.00	EQUIPAMENTO DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
14212.60.00	EQUIPAMENTO, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15	10%
14212.83.00	EQUIPAMENTO E SISTEMA PROTEÇÃO V. AMBIENTAL	10	10%

Fonte: Contabilidade – IFRS – Pró-Reitoria de Administração

Quanto a metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração dos imóveis, foi montada uma comissão interna de patrimônio em cada uma das unidades (câmpus, núcleos avançados e Reitoria) para elaborar um inventário dos bens imóveis no final do ano passado. Os critérios usados para avaliar os imóveis foram consulta a imobiliárias, o valor gasto nas obras e benfeitorias e possíveis depreciações. As avaliações apuraram um valor aproximado, com uma margem de erro aceitável, de forma a apresentar uma estimativa do valor patrimonial dos imóveis da União, que é o objetivo do sistema Spiunet. Após a finalização dos inventários, o sistema Spiunet foi atualizado com os novos valores e descrições detalhadas das benfeitorias existentes nos imóveis, gerando por consequência atualizações no sistema Siafi. Quanto aos demais itens resta prejudicado uma vez que não possuímos em nossos registros créditos de dívidas, investimentos e diferido. Já quanto aos estoques informamos que se tratam apenas de materiais de expediente e de uso continuado, são de pequena monta e com rápida passagem pelo almoxarifado central cujo controle é efetuado através do RMA.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBCT 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício foi o de trazer o montante de bens patrimoniais constantes do inventário geral para a realidade de valor presente, tornando a informação do Balanço do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia ainda mais fidedigna, eis que foram registradas as variações ocorridas no Patrimônio para mais e para menos, obedecendo também o disposto na Macrofunção 020300. O resultado alcançado é importante inclusive para a consolidação dos dados no Balanço Geral da União, que resultará em uma peça que traduzirá com maior propriedade entre outras evidenciações, o montante do Patrimônio da União.

11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quadro 62 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		158141/ 26419	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei N° 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n° 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Bento Gonçalves/RS	Data	28/02/2013
Contador Responsável	Luiz Antônio Hining	CRC n°	43.833



LUIZ ANTONIO HINING
 CONTADOR/CRC/RS 43.833
 IFRS - REITORIA
 PORTARIA 649/2010

12. PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN-TCU Nº 119/2012

12.1. INDICADORES DE GESTÃO DO IFRS NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005

Quadro 63 – Indicadores de Gestão do IFRS nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios			
			2012*	2011	2010	2009
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Número de Candidatos / Número de Vagas	6,64	3,89	3,24	2,06
	Relação Ingressos/Aluno	Número de Ingressantes / Número Total Matriculados	36,72%	51,95%	58,49%	46,45%
	Relação Concluintes/Aluno	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número Total Matriculados	14,35%	11,78%	9,67%	15,02%
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número de Matriculados Finalizados	62,54%	57,19%	55,43%	62,31%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Número Total de Retidos / Número Total Matriculados	39,33%	15,50%	8,60%	13,21%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Número de Alunos Matriculados / (Docentes 20h*0,5 + Docentes 40 h + Docentes DE)	24,30	20,98	20,54	17,26
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Total de Gastos Correntes / Número Total Matriculados	R\$ 7.969,36	R\$ 9.004,11	R\$ 8.655,97	R\$ 12.411,19
	Percentual de Gastos com Pessoal	Total de Gastos com Pessoal / Gastos Totais	62,98%	60,10%	55,13%	61,99%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Total de Gastos com Outros Custeios / Gastos Totais	16,33%	75,36%	70,03%	76,05%
	Percentual de Gastos com Investimentos	Total de Gastos com Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras / Gastos Totais	16,36%	21,46%	27,08%	22,19%
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	0 < RFP <= 0,5 SM	425	732	158	35
		0,5 < RFP <= 1 SM	1.331	1.935	515	121
		1 < RFP <= 1,5 SM	2.298	2.510	858	108
		1,5 < RFP <= 2,5 SM	2.539	2.739	1.915	122
		2,5 < RFP <= 3 SM	1.530	1.402	1.063	68
		RFP > 3 SM	1.411	470	1.194	65
		AMOSTRA TOTAL	9.534	9.788	5.703	519
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$G*1+A*2+E*3+M*4+D*5 / G+A+E+M+D$	3,99	3,91	3,87	3,79

Obs.: G = Graduados; A = Aperfeiçoados; E = Especialistas; M = Mestres; D = Doutores.

Fonte: SETEC*, Sistec, Siafi, Siape e Pesquisa Institucional - IFRS

12.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE GESTÃO

Nas próximas páginas estão apresentados o detalhamento e a avaliação crítica dos Indicadores de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, referente ao ano 2012, conforme determinado no Acórdão 2.267/2005-TCU. Para tal há um breve preâmbulo com observações gerais e avaliação de cada um dos indicadores individualmente.

As ponderações aqui efetuadas têm como norte principal um rápido comentário sobre cada um dos índices em questão, a visualização e avaliação crítica dos valores obtidos no exercício de 2012, comparações com os exercícios anteriores, quando pertinente, além de eventuais indicativos para futuras ações, se cabível.

Os Relatórios de Gestão dos exercícios anteriores já apontam para uma particularidade dos últimos anos que também têm consequências na avaliação dos números ora apresentados. O que se quer enfatizar é que conforme já foi dito no documento dos anos passados, o IFRS teve um o sensível crescimento. Além disso, os dados referentes ao exercício 2009 contemplam somente os Câmpus Bento Gonçalves, Sertão e Erechim. Já em 2010, entraram em funcionamento os Câmpus Caxias do Sul, Canoas, Restinga e Osório. Os Câmpus de Porto Alegre e Rio Grande faziam parte do IFRS em 2009, mas os dados referentes àquele ano registrados, respectivamente, nos relatórios de gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - e da Universidade Federal do Rio Grande – FURG -, às quais eles eram vinculados. Além dos relatados acima, os Câmpus de Feliz, Farroupilha e Ibirubá, foram formalmente incorporados ao IFRS em 2010. Portanto, mais do que levar em conta o crescimento em si do instituto, há que se considerar que a base de dados foi acrescida pela entrada de dois Câmpus antes vinculados a universidades, três Câmpus avançados e quatro novos que entraram em funcionamento.

Há, também, que se contemporizar a questão dos novos cursos ofertados no IFRS. Eles não decorrem somente da criação dos novos Câmpus, como seria de se esperar. Deve ser lembrado que os Câmpus que já estavam em atividade aumentaram significativamente a oferta de novos cursos. Assim, números referentes a estes cursos de oferta recente, que ainda não têm algumas turmas integralizadas, tendem a apresentar certa distorção em determinados índices. Por exemplo, marcadores que têm por objetivo a verificação de evasão e retenção escolar, dependendo da forma que são calculados, só apresentam informação confiável após algumas turmas integralizadas.

É importante registrar, ainda, que parte dos indicadores determinados pelo Acórdão 2.267/2005-TCU no período referente ao exercício 2011 foram calculados pelo Sistec, e para o exercício 2012 todos os indicadores foram elaborados e enviados pela SETEC, sem que o IFRS tivesse algum tipo de interferência na forma de cálculo ou no levantamento dos dados que fizeram parte dos cálculos. Já nos anos anteriores, 2010 e 2009, todos os cálculos foram feitos pelo IFRS. O relatório do ano de 2011 aponta duas consequências desta mudança: diferença na interpretação das determinações do Acórdão 2.267/2005-TCU e alguma inconsistência nos dados referentes ao ano de 2011 fornecidos pelo Sistec

Em resumo, nos últimos anos não houve somente um período crescimento absoluto dos Câmpus existentes. Também foi um período em que novos Câmpus iniciaram suas atividades. E não é só isso: neste mesmo intervalo de tempo, dois Câmpus ex-vinculados a universidades passaram a ter seus números computados no IFRS e três foram encampados pelo instituto. Tudo isso somado a enorme quantidade de oferta de novos cursos em todos os Câmpus, a pouca confiabilidade de alguns dos dados fornecidos pelo Sistec e a diferença de interpretação do significado de alguns índices.

Portanto, pelos motivos elencados acima, da mesma forma que no relatório do exercício anterior, a comparação com outros períodos letivos tem que ser feita com muito cuidado e, na maioria das vezes, não faz muito sentido. Se nos Relatórios de Gestão de 2010 e 2011 a comparação com os exercícios anteriores nem sempre poderia ser válida, agora também não o é. É imediato deduzir que o crescimento dos números verificado entre o período de 2009 e 2011 não pode ser

repetido na comparação de 2011 com 2012. Isso decorre do fato de que estes dados refletem a singularidade natural de um processo de crescimento, implementação, criação e encampação. Ações estas que implicam em uma descontinuidade nos registros, em especial quando ocorrem de forma simultânea e sobreposta. Este fenômeno também é esperado para os próximos períodos ainda que as informações obtidas tornar-se-ão progressivamente mais confiáveis na medida em que se avance no tempo.

É preciso, finalmente, que se façam considerações sobre dois problemas muito sérios da educação não só no Brasil, mas em praticamente todo o mundo que são a evasão e a retenção escolar.

Para a retenção escolar existe um índice específico que será apresentado e avaliado a baixo. Além disso, ele tem relação, ainda que indireta, com os índices “Relação Ingressos/alunos”, “Relação Concluintes / alunos”, “Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes”, “Relação Alunos / Docente em Tempo Integral” e “Gastos Correntes por Aluno”.

A retenção escolar aumenta a quantidade de alunos matriculados. Por isso, ela tem impacto positivo na “Relação de Alunos / Docente” e negativo no demais. Já a evasão escolar diminui esta quantidade e o efeito é inverso. Para exemplificar, pode-se tomar a “Relação Concluintes / Alunos”. Uma alta taxa de evasão escolar diminui o número de alunos matriculados (denominador da fórmula).

Ora, a evasão escolar diminui o “total de matrículas em curso”. Como ele é computado no denominador da fórmula, o resultado é que o valor numérico final da expressão matemática é maior para uma maior evasão escolar.

No que se refere à retenção escolar, o problema é menos grave porque ela pode ser identificada uma vez que existe um indicador específico. Infelizmente, para a evasão escolar, além de ela distorcer alguns índices, gerando falsas conclusões, não há nenhuma medição.

12.2.1. Relação Candidato/Vaga

Este índice mede a quantidade de candidatos para cada vaga ofertada no processo seletivo discente. Ele é obtido pela razão entre o número de inscritos e o número de vagas ofertadas. É especialmente útil para avaliar a procura por um determinado curso, ou mesmo pelo instituto como um todo.

Para seu cálculo, deve ser usada a expressão:

Relação candidato/vaga = Inscrições / Vagas Ofertadas.

Onde “Inscrições” é o número de inscrições para vestibular e processos seletivos e “Vagas Ofertadas” a oferta de vagas em Editais de seleção discente por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso. Essa procura pode ser resultado de uma série de fatores, dos quais se podem elencar alguns:

- o público alvo ter conhecimento da existência da instituição e de quais são os seus cursos;
- a qualidade dos cursos ofertados;
- a adequação dos cursos ofertados em relação à demanda da região; etc.

A “Relação Candidato / Vaga” merece alguns comentários sobre pontos específicos, no que se refere decisão sobre a oferta de um determinado curso, à questão da comunicação dos IFs e também do papel social das nossas instituições.

Quando se está por decidir qual curso deve ser ofertado em um determinado câmpus, o interesse por parte da sua futura clientela é fator de fundamental importância, mas não o único. De nada adianta ofertar um curso para o qual se tenha a certeza de alta procura se, por exemplo, os profissionais por ele formados não tiverem garantia de emprego. A decisão adequada para uma nova oferta deve levar, sim, em consideração o interesse dos possíveis futuros alunos, mas, também, a vocação econômica da região, as perspectivas de evolução desta vocação no médio e longo prazo, etc.

Este índice reflete, principalmente, o interesse da clientela nos cursos ofertados. Contudo, todas as demais questões referentes ao Mundo do Trabalho, que devem nortear a oferta de um curso, não são identificadas por ele. Por isso, por vezes, determinado curso com a “Relação Candidato / Vaga” baixo não pode ser simplesmente eliminado ou substituído por outro, porque há mais fatores que devem nortear esta decisão.

Conforme já registrado no relatório do ano anterior, existem limitações legais importantes no que se refere ao *marketing* dos institutos federais e é de se esperar que, com o passar do tempo, a instituição fique mais conhecida.

A legislação é e deve ser bastante restritiva no que se refere às possibilidades de divulgação das nossas instituições. Existe toda uma complexa gama de motivos legítimos que levaram o legislador a normatizar desta forma. Esta discussão, entretanto, não faz parte dos objetivos deste documento. O fato é que há uma limitação ela traz consequências importantes no que se refere à comunicação dos IFs.

Até este ponto, a análise aqui apresentada sugere que uma procura alta pelos nossos cursos é algo a se comemorar. Porém, quando ela é feita sob a ótica do papel social de uma instituição pública e que está aqui para servir a sociedade, os valores se invertem. Se, por um lado, um valor elevado da “Relação Candidato / Vaga” do IFRS denota a qualidade de seus cursos, a adequação deles ao Mundo do Trabalho, etc., por outro implica em uma elitização do nosso ensino. Em especial, quando se tratar de políticas de ingresso de caráter meritório.

Raciocinando assim, o valor ideal para a “Relação Candidato / Vaga” deveria ser um, ou seja, que oferta fosse igual à demanda; que todos os que desejassem serem nossos alunos pudessem sê-lo. É claro que se trata de uma situação hipotética e ideal distante da realidade de nosso país, mas está aqui posta como provocação à reflexão.

Resumindo, este índice não pode ser muito alto para não sermos uma instituição de elites, nem tão baixo que denote baixa qualidade ou mesmo desperdício de dinheiro público. Não há estudos acadêmicos a respeito, mas o limite inferior deveria ser próximo a um e o limite superior algo entre dois ou quatro.

Para os cursos abaixo de um, deve se fazer uma reavaliação procurando identificar os motivos desta baixa procura. Para os que se encontram no outro extremo, talvez o ideal seja aumentar a quantidade de turmas. Ocorre que, nos câmpus do IFRS, é impossível, de momento, aumentar-se a quantidade de turmas por limitação de infraestrutura e de pessoal.

Independente das observações acima, este índice pode ser usado para avaliar um curso específico. Principalmente quando apresentar alguma disparidade importante quando comparados curso por curso, em especial se a discrepância for identificada em um mesmo Câmpus.

Para finalizar, o IFRS oferta 50% de suas vagas dos cursos técnicos subsequentes pela nota do ENEM e 50% das vagas dos cursos superiores pelo SiSU. Nacionalmente, estas duas formas de seleção têm apresentado o seguinte fenômeno: uma enorme quantidade candidatos e baixa efetivação das matrículas por parte dos aprovados. As causas desta ocorrência fogem ao controle do IFRS. São discutidas em nível nacional pelos órgãos oficiais envolvidos, mas ainda não se chegou a uma solução com efeitos práticos. Além disso, o ENEM e o SiSU são ações do Governo Federal e amplamente incentivadas por ele aos IFs e às UFs. O IFRS é solidário ao Governo Federal e atende a sua solicitação de fazer uso desta forma de ingresso. Para tentar minimizar o problema, nos últimos processos seletivos a fração de uso do ENEM e SiSU foi diminuída de 100 para 50%. Porém, ainda assim este fenômeno impacta significativamente no índice ora analisado, em especial nos cursos superiores.

No ano de 2012 o IFRS apresentou um aumento de 70,7% neste índice em relação ao exercício de 2011, obtendo uma média geral de 6,64 candidatos por vaga. Conforme previsto nos últimos Relatórios de Gestão este aumento já era esperado e deve ser creditado ao maior conhecimento sobre o instituto por parte da comunidade externa, bem como ao uso do ENEM e SiSU como forma de ingresso (ver observação acima).

Este resultado poderia sugerir que existe espaço para se aumentar a oferta de vagas dos cursos mais procurados, porém é necessário se fazer duas observações: a limitação física dos câmpus do IFRS para o aumento de turmas e o uso do ENEM e SiSU.

Conforme já foi dito, as forma de ingresso que se utilizam do ENEM e do SiSU tendem a ter uma alta procura de candidatos, mas uma baixa efetivação de matrículas por parte dos aprovados. Não raro cursos com alta procura não conseguem preencher a fração vagas destinadas ao ENEM ou SiSU, tendo que se fazê-lo com os candidatos aprovados na prova de seleção convencional.

Por outro lado há a limitação de infraestrutura dos câmpus do IFRS. Todos estão operando no limite de sua capacidade. Alguns dependendo da finalização de obras para poderem aumentar sua oferta de vagas e cursos.

Portanto, seja pela característica do processo seletivo, seja pela indisponibilidade de salas de aulas e laboratórios, o alto índice obtido no período de 2012 não deverá acarretar em um aumento da oferta de vagas nos atuais cursos do IFRS.

12.2.2. Relação Ingressos/Aluno

Esse índice reflete a taxa percentual de ingressantes em relação ao total de alunos. Seu cálculo deve ser efetuado usando-se a seguinte equação.

Relação ingressos/alunos = Numero de Ingressos / Alunos Matriculados

Onde “Alunos Matriculados” corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas) e “Número de Ingressos” são os ingressantes por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

Esse índice pode mostrar a retenção escolar do instituto. Em determinados casos, também pode indicar o seu crescimento. Porém a avaliação não pode ser direta. Em primeiríssimo lugar, é preciso ter-se em mente que esse índice é muito sensível ao tempo de duração de curso. Não se pode comparar esse índice em cursos de carga horária total muito diferente, como é o caso de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e Subsequentes ao Ensino Médio. Um curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio, mais curto, tem um número total de “Alunos Matriculados” muito menor que um integrado ao Ensino Médio se ambos tiverem a mesma oferta anual de vagas. Portanto, ainda que eles tenham um mesmo “Número de Ingressos” o resultado calculado será completamente diferente.

No caso do IFRS, existem Câmpus com grande quantidade de Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, como o Câmpus Porto Alegre e a maioria dos Câmpus novos, enquanto outros como os de Sertão e Bento Gonçalves que têm um bom número de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Portanto, a comparação pura e simples desse índice entre os Câmpus não pode ser feita. Além disso, é preciso ter especial atenção aos números referentes aos cursos que estão no seu início, principalmente aqueles que estão nos seus primeiros períodos letivos. Nesse caso o número de “Alunos Matriculados” tende a crescer com o passar do tempo até que se estabilize, conforme se pode ver nos números deste ano.

O valor obtido em 2012 foi de 36,72% o que representa um decréscimo de 29,3% em relação ao exercício anterior. Ora, diferentemente do que uma análise rápida possa sugerir, não há uma diminuição no número de ingresso, mas, sim, um aumento no número de alunos matriculados. É preciso dar-se conta que este dado, o aumento do número de alunos, está no denominador da fórmula e diminui o valor numérico do índice.

O aumento da quantidade de alunos no IFRS deve-se, especialmente, ao crescimento da oferta de cursos nos últimos dois ou três anos, já amplamente comentado neste e nos outros Relatórios de Gestão do IFRS. Estes cursos recentemente ofertados estão acumulando anualmente turmas que ainda não integralizaram o curso. Este incremento na quantidade de matrículas só para quando os estudantes começarem a integralizar seus estudos e colar grau. É óbvio concluir que mesmo que não mais se ofertem novos cursos, o número de alunos continua aumentando por alguns períodos letivos.

Ao se observar a fórmula do índice em questão se percebe que o número de alunos matriculados está no seu denominador, ou seja, um aumento do número de alunos implica em uma diminuição do indicador, sem, entretanto, que haja uma diminuição na oferta de vagas.

Este fenômeno já foi identificado no exercício passado e, conforme registrado no último Relatório de Gestão estava previsto para este ano, também.

12.2.3. Relação Concluintes/Aluno

Esse índice mede a taxa de concluintes em relação ao total de alunos matriculados no instituto. Seu valor numérico é obtido da seguinte forma:

Relação concluintes/alunos = Número de Concluído e Integralizados Fase Escolar / Número Total Matriculados.

Aqui, “Número Total Matriculados” corresponde ao total de matrículas no mesmo ano e “Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar” é o número de alunos que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

Após alguns anos de efetivo funcionamento do curso, este índice pode dar uma ideia da eficácia escolar. Em outras palavras, mede a capacidade do instituto de formar seus alunos.

Conforme já detalhado na introdução desta seção, este índice pode ser aumentado na hipótese de haver uma evasão escolar muito alta. A evasão diminui o número de alunos matriculados que aparece no denominador da fórmula. Se isso acontecer, o resultado final é que o índice aumenta.

No ano de 2012, a taxa foi de 14,35%. Já na comparação com o exercício anterior, a variação é de 21,8%.

Conforme previsto no Relatório de Gestão anterior, a taxa aumentou, apesar de ter também aumentado a quantidade de alunos (o que contribui para a diminuição do índice, uma vez que este dado está no denominador da fórmula).

A explicação para este aumento vem do fato de que neste período alguns cursos (mesmo cursos novos, como os Cursos Subsequentes ao Ensino Médio), já se integralizaram aumentando o número de concluintes.

É de se esperar que para os exercícios seguintes a taxa continue aumentando tendo em vista que os cursos de maior duração e que tiveram a sua primeira oferta recentemente ainda não integralizaram as primeiras turmas. Além disso, deve-se contar com a parcela de alunos em retenção escolar que integralizarão seus cursos nos próximos períodos letivos. Tudo isso tenderá aumentar um pouco mais o índice nas próximas verificações.

12.2.4. Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes

Esse índice mede a capacidade da instituição de formar seus alunos no tempo nominal do curso. É parecido com o anterior, porém a base de comparação são os alunos que deveriam estar se formando naquele momento.

É calculado usando-se a seguinte expressão:

Índice de eficiência acadêmica de concluintes = Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número de Matriculados Finalizados

Onde “Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar” é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau e “Número de Matriculados Finalizados” é o número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso. Conta os ingressos verificados na mesma instituição, considerando-se o período equivalente como a quantidade de períodos para integralização da carga horária letiva do curso. Por exemplo, para um curso de periodicidade semestral com integralização de dois semestres em 2005 terá os concluintes do 1º e 2º semestre de 2005 e ingressos do 1º semestre de 2005 e 2º semestre de 2004.

Resultado obtido em 2012 para todo o IFRS foi de 62,54%, implicando em uma variação positiva de 9,4% em relação ao ano anterior.

Apesar de haver um crescimento em relação ao período anterior, a comparação não deve ser levada em consideração, pois, conforme registrado no último Relatório de Gestão este indicador calculado pelo Sistec apresentava fortes indícios de inconsistência.

12.2.5. Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Esse índice calcula a taxa de retenção escolar. Entende-se por Retenção a quantidade de alunos retidos ou com a matrícula trancada e expressa o percentual de retidos comparados com o universo de alunos matriculados.

O cálculo desse índice é feito com o uso da seguinte equação:

Índice de retenção do fluxo escolar = Número de Alunos Retidos / Alunos Matriculados

Portanto, “Alunos Matriculados” corresponde ao total de matrículas no mesmo ano e “Número de Alunos Retidos” à soma de alunos reprovados e com matrícula trancada.

O valor geral do IFRS para este indicador é de 39,33%, indicando um aumento de 153,7% em relação ao último período letivo.

Mais uma vez se percebe o previsto no último Relatório de Gestão. Este aumento significativo no Índice de Retenção nada mais é que o resultado da oferta de novos cursos neste instituto. Ora, um curso recentemente ofertado, no seu primeiro período letivo não tem retenção. Já para segunda turma ofertada é esperada alguma retenção. Assim, sucessivamente, para cada nova turma a retenção de aumentar.

Por isso, os câmpus antigos têm um índice de retenção maior que os novos e é de se esperar que, daqui a algum tempo, os câmpus novos tenham seus resultados próximos dos antigos o que deverá repercutir no índice de todo o instituto aumentando-o. Assim, espera-se que nos próximos períodos este índice continue aumentando, mas a uma taxa cada vez menor até que se estabilize.

Falando da retenção em si e não deste índice deve-se levar em consideração alguns fatores. Em primeiríssimo lugar, está a precária formação do aluno que adentra ao instituto. Outro fator importante é a conscientização e atitude docente. No que se refere às deficiências de formação as ações adotadas são basicamente de recuperação paralela dos alunos em dificuldade. Já em relação à capacitação docente, o instituto oferece cursos de formação pedagógica que, entre outros, tratam deste assunto.

Apesar dos esforços, por vezes, não é possível que o aluno seja aprovado por não ter alcançado o requisitos mínimos necessários para tal. Neste aspecto, uma escola técnica é completamente diferente de uma propedêutica. Enquanto na última a avaliação pode se basear quase que exclusivamente no progresso individual do aluno, em uma escola técnica ele precisa provar suas competências e habilidades para ser merecedor de seu título. Em especial, porque, muitas vezes, a atividade técnica implica na segurança do profissional e de terceiros. Esta responsabilidade social de uma escola técnica implica, em determinados casos, em uma maior retenção escolar.

12.2.6. Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral

Este índice é dado pela razão entre o número de alunos matriculados pelo número de docentes. O Termo de Acordo do Plano de Metas fixado entre o IFRS e o MEC preconiza um número mínimo de 20 alunos por docente, levando-se em consideração uma normatização de docentes de tempo integral, ou seja, faz-se uma correção em relação aos docentes que tem carga horária 20 horas semanais.

Os números obtidos pelo IFRS no ano de 2012 são de 24,3 alunos por docente, acarretando um aumento de aproximadamente 16% em relação ao ano anterior. Este aumento vem do fato de o número de alunos ter sido incrementado, seja pelo aumento de novos cursos, seja pela simultaneidade das turmas subsequentes aos cursos criados nos últimos exercícios. Nos próximos

períodos há a expectativa de aumento de docentes, tendo em vista a contratação no ano de 2013 de novos docentes. Por isso, apesar de se esperar um aumento do número de alunos, deverá haver uma discreta diminuição do índice.

12.2.7. Gastos Correntes por Aluno

O objetivo desse indicador é quantificar os gastos por aluno, por região e para o País, no período de um ano. Do total de gastos, foram excluídos os valores de investimentos, capital, precatórios, inativos e pensionistas e também os valores da Bolsa-Formação do Pronatec, uma vez que os alunos matriculados nesse Programa não constam nos indicadores acadêmicos.

Em 2012, os gastos correntes por aluno foram de R\$ 7.969,36 (sete mil, novecentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos) observando-se uma redução de 11,5% em relação ao ano de 2011 quando esses gastos atingiram o valor de R\$ 9.004,11 (nove mil, quatro reais e onze centavos).

Esta diferença justifica-se pelo aumento de 28,88% no número de alunos, matriculados passando de 12.464 em 2011 para 16063 em 2012, enquanto que o total de gastos correntes aumentou apenas 14,06% em relação ao ano de 2011, cujo valor era de R\$ 112.227.254,82 (cento e doze milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e dois centavos) passando para R\$ 128.011.754,94 (cento e vinte e oito milhões, onze mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e quatro centavos). Tal fato justifica-se pela mudança no critério utilizado para cálculo do indicador. Em 2011 o IFRS utilizou o montante de gastos empenhados e, em 2012, a SETEC utilizou os valores das despesas liquidadas somados aos valores de restos a pagar não-processados pagos de todos os grupos de despesas, exceto os valores da bolsa formação.

Tendo em vista as mudanças de critérios utilizados para o cálculo, resta prejudicada a análise desse indicador.

12.2.8. Percentual de Gastos com Pessoal

Esse indicador tem por objetivo quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais do Instituto.

Considera-se gastos com pessoal aqueles efetuados com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios cujas despesas foram liquidadas em 2012 e acrescidas dos restos a pagar não-processados pagos. Constatamos que o IFRS aplica um 62,98% de seu orçamento com pessoal e que esse percentual sofreu um acréscimo de 4,8% em relação ao ano de 2011.

O total de gastos com pessoal no ano de 2011 foi de R\$ 93.855.216,07 (noventa e três milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e dezesseis reais e sete centavos) e, em 2012 esse valor atingiu o montante de R\$ 105.723.388,54 representando um acréscimo de 12,65%.

Os gastos totais tiveram um acréscimo de 7,49% em relação a 2011, quando o valor foi de R\$ 156.163.862,14 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e sessenta e três mil, oitocentos e sessenta e dois reais e quatorze centavos) passando a ser de R\$ 167.856.569,89 (cento e sessenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos) em 2012.

Os acréscimos verificados nos gastos resultam ainda do processo de expansão e reestruturação do IFRS. Porém, a análise resta prejudicada, pois a metodologia do cálculo dos gastos totais foi alterada, passando a ser utilizado o montante das despesas liquidadas acrescidas dos restos a pagar não-processados pagos de todos os grupos de despesas, exceto os valores da bolsa formação. Anteriormente, esse cálculo era realizado mediante a utilização dos valores empenhados.

12.2.9. Percentual de Gastos com outros Custeios

Esse indicador tem por objetivo quantificar o percentual de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais.

Entende-se por gastos com outros custeios os gastos totais com outras despesas correntes menos benefícios (assistência pré-escolar, auxílio transporte, auxílio alimentação, exames periódicos, assistência médica e odontológica) e PASEP. Os gastos totais são os gastos de todas as fontes e todos os grupos de despesa, excluída a Bolsa-Formação do Pronatec.

Ao iniciarmos a análise desse indicador, nos deparamos com uma redução de 78,3% no percentual de gastos com outros custeios. Constatamos que o valor dos gastos com pessoal foram incluído nos gastos com outros custeios nos anos anterior, provocando uma distorção muito grande nesse indicador. Refeitos os cálculos, os percentuais corretos são: 2009 – 14%; 2010 – 14,90%; 2011 – 15,26%.

No ano de 2012, o IFRS aplicou o percentual de 16,33% do seu orçamento com outros custeios. Nota-se um progressivo aumento nesse percentual no decorrer dos anos, provocado pelo processo de expansão do IFRS que acarreta acréscimo nas despesas de manutenção da Instituição, assim como há necessidade de aumento do efetivo de terceirizados para atender serviços de vigilância e limpeza, cujos valores impactam significativamente nesse percentual.

12.2.10. Percentual de Gastos com Investimentos

Definimos investimento com despesas destinadas ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

As despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros, chamamos de inversões financeiras.

Com essas definições, podemos dizer que o objetivo desse indicador é quantificar o percentual dos gastos em investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais, ou seja, gastos de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

O percentual de gastos com investimentos no ano de 2012 foi de 16,36%. Em comparação ao ano de 2011, nota-se uma redução de 23,7%, ocasionada pelo aumento dos gastos totais que passaram de R\$ 156.163.862,14 (cento e cinquenta e seis milhões, cento e sessenta e três mil, oitocentos e sessenta e dois reais e quatorze centavos) para R\$ 167.856.569,89 (cento e sessenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos) em 2012 e pela mudança na metodologia empregada para calcular os gastos com investimentos e inversões financeiras que baixou consideravelmente os valores informados. Até 2011, o IFRS utilizou o valor total empenhado dessas despesas. A partir de 2012, os gastos com investimentos e inversões financeiras passaram a ser calculados pelo valor das despesas liquidadas, acrescido do valor dos restos a pagar não processados pagos.

12.2.11. Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar

O objetivo desse indicador é auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes. Não há definições precisas nem cálculo a ser efetuado.

Apesar de ser sabido e comentado que os Cursos Técnicos Integrados ao Nível Médio, no seu geral, são frequentados por estudantes oriundos da classe média, historicamente, o ensino técnico como um todo foi voltado para as camadas menos favorecidas da sociedade. A recente

reforma da Rede Federal de Ensino Profissionalizante tem, como um de seus objetivos, inverter essa lógica. Portanto, a avaliação desse item neste e nos próximos períodos letivos vai ser de especial relevância para verificar se o que se pretende está sendo alcançado. Por hora é importante o seu registro para que se tenha uma informação basal que servirá para futuros estudos.

Os números de 2012 mostram que há um nítido aumento de alunos das camadas mais favorecidas e uma diminuição das camadas menos favorecidas da sociedade. Mais do que isso: quando maior a renda *per capita* familiar, maior o aumento no incremento e quanto menor, menor o incremento. A se repetir esta tendência nos próximos períodos poderá se concluir que estaria existindo uma elitização da clientela do IFRS. Mas, por hora, o universo de dados é muito pequeno para qualquer conclusão. Por outro lado, é importante lembrar que existe uma melhora do poder aquisitivo em geral da população do Brasil. Isto poderia, pelo menos em parte, explicar estes números.

12.2.12. Índice de Titulação do Corpo Docente

O índice cria uma forma de cálculo cujo objetivo é gerar um valor numérico que tem uma relação direta com a titulação do corpo docente. O índice pode variar de um (onde todos os docentes seriam graduados) a cinco (todos doutores).

Para o cálculo do índice deve se usar a seguinte fórmula: $(G*1+A*2+E*3+M*4+D*5) / (G+A+E+M+D)$.

Para esclarecer: “G” é a quantidade de docentes Graduados, “A” é a quantidade de docentes Aperfeiçoados, “E” é a quantidade de docentes Especialistas, “M” é a quantidade de docentes Mestres e “D” é a quantidade de docentes Doutores.

Em 2009, 2010 e 2011 o valor obtido foi de sempre acima de 3,75. Este resultado pode ser lido da forma que o IFRS tem um corpo docente com titulação bem próxima do mestrado. Não foi diferente no ano 2012, havendo um incremento no índice para 3,99, o que levaria a uma interpretação de que, em geral, o corpo docente do IFRS possui uma titulação equivalente a mestrado. Levando-se em consideração que o índice pode variar de um a cinco, a avaliação é que esse valor é satisfatório.

No ano 2012, a evolução do índice manteve-se semelhante às dos anos anteriores, sendo que a variação do ano 2012 em relação ao ano 2011 foi de aproximadamente 2%. Observa-se que o IFRS realizou concursos para docentes no ano em análise, bem como parte de seus docentes concluiu os seus cursos de mestrado ou doutorado neste ano. O fato de ter havido contratações de docentes nos últimos três anos com baixa variação no índice de titulação, indica que o perfil dos professores contratados é próximo do que existia no instituto. Apesar de, no ano 2012, o número de vagas abertas ter sido inferior ao dos anos anteriores, verifica-se que o resultado individual de cada Câmpus se manteve dentro da média institucional. Assim, tanto os Câmpus mais recentes (que possuem maior número de professores recém contratados), quanto os mais antigos, apresentam índices semelhantes em termos de titulação, havendo pouca variação.

12.3. RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO

Quadro 64 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Fundação de Apoio													
Nome: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul							CNPJ: 74.704.008/0001-75						
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato (Valores em R\$ 1,00)						Convênio (Valores em R\$ 1,00)					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repass			Início	Fim	Bruto	Repass
3701-X	1								Processo de Ingresso IFRS – Campi Bento Gonçalves, Canoas, Caxias, Feliz, Ibirubá, Farroupilha, Restinga, Osório – 2012	13/10/2011	28/2/2012	184.275,01	0,00
3709-5	1								Processo de Ingresso IFRS – Campus Rio Grande – 2012	10/10/2011	10/10/2012	53.148,00	0,00
3786-9	3								Concurso Público para provimento de cargos de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Quadro de Pessoal do IFRS – 2012	09/04/12	9/4/2013	397.059,80	121.156,87
3788-5	1								Realização dos processos seletivos do IFRS – Campus Porto Alegre – 2012/2 e 2013/1	19/5/2012	19/5/2013	174.690,00	0,00
3789-3	3								Concurso Público para provimento de cargos Técnico-Administrativos do Quadro de Pessoal do IFRS – 2012	18/4/2012	31/10/2012	741.754,81	0,00

3837-3	1								Processo de Ingresso IFRS – Campus Rio Grande – 2013	24/9/2012	24/9/2014	61.200,00	0,00	
3839-3	1								Processos seletivos do IFRS – Campus Restinga – 2012/2014	23/10/2012	23/10/2014	8.150,00	0,00	
3846-6	1								Processos seletivos do IFRS – Campus Canoas	18/10/2012	18/10/2013	45.835,00	0,00	
3852-0	1								Processo de Ingresso IFRS – 2013 dos Campi Bento Gonçalves, Farroupilha e Feliz	10/12/2012	10/12/2013	140.000,00	0,00	
					Total	-	-					Total	1.806.112,62	121.156,87

Recursos Pertencentes às IFET Envolvidos nos Projetos

Projeto		Recursos das IFET				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor

Tipo:

- (1) Ensino
- (2) Pesquisa e Extensão
- (3) Desenvolvimento Institucional
- (4) Desenvolvimento Científico
- (5) Desenvolvimento Tecnológico

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Obs.: O valor bruto informado corresponde a arrecadação do projeto, sendo que para os 3 últimos, o valor refere-se a estimativa de arrecadação.

CONCLUSÃO

No exercício de 2012, o IFRS ofertou 6.339 novas vagas discentes, contemplando os seguintes níveis e modalidades: cursos de formação inicial e continuada integrada ao Ensino Fundamental - PROEJA-FIC; cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio; cursos Superiores de Tecnologia; cursos de Licenciatura; cursos de Bacharelado; curso de Formação Pedagógica para Docentes e cursos de Pós-Graduação *lato sensu*. O instituto, em comparação com o ano anterior, aumentou em 29% o seu número de alunos, perfazendo o total de 16.063 alunos matriculados.

Os percalços atuais, intrínsecos à etapa de estruturação vivenciada pelo IFRS, estão sendo superados gradativamente. Todavia, para os próximos exercícios estão previstas, além da continuidade no processo de expansão do instituto, a evolução de uma gestão cada vez mais sólida e unitária, bem como a ampliação de ofertas e atividades educacionais, respondendo de forma ágil às demandas crescentes por formação profissional e criação de novas tecnologias.

Diante das demandas e objetivos do IFRS frente às responsabilidades institucionais, apresenta-se algumas das principais ações planejadas para o próximo exercício:

- elaboração do novo Plano de Desenvolvimento do IFRS;
- implantação do Observatório do Mundo do Trabalho;
- oferta de 6.797 vagas para novos beneficiários da Bolsa-Formação do Pronatec;
- criação de programa para o Desenvolvimento de Produtos e Tecnologias Assistivas;
- implantação da Rádio Web IFRS;
- criação e aplicação de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação da qualidade do ensino no âmbito do IFRS;
- elaboração e execução de programa institucional para incentivo à mobilidade estudantil;
- fomento a novos convênios de cooperação internacional;
- implantação do Sistema de Bibliotecas nos câmpus do IFRS;
- realização de novos eventos de capacitação, como congressos, cursos e seminários, no âmbito do IFRS.

Portanto, com base nas conquistas, realizações e aprendizados adquiridos em 2012, espera-se que as atuais dificuldades continuem sendo superadas. Dessa forma, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul se consolidará como uma instituição de ensino público de qualidade, buscando formar não apenas profissionais para o mercado, mas, acima de tudo, cidadãos para o mundo do trabalho.